UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

LARISSA MILANEZI FABRIZ

JOAQUIM NABUCO: PAN-AMERICANISMO, CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER (1905-1910)

VITÓRIA
2014

LARISSA MILANEZI FABRIZ

JOAQUIM NABUCO: PAN-AMERICANISMO, CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER (1905-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Juçara Luzia Leite.

VITÓRIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Bruno Pacheco Coelho Leite – Bibliotecário CRB-6 ES/765)

Fabriz, Larissa Milanezi, 1987-

F305j Joaquim Nabuco: Pan-americanismo, Circulação de representações e Relações de Poder, 1905-1910 / Larissa Milanezi Fabriz. – 2014.

170 f.

Orientadora: Profa. Dra. Juçara Luzia Leite.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Joaquim Nabuco. 2. Diplomacia Cultural. 3. Pan-americanismo. I. Leite, Juçara Luzia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

LARISSA MILANEZI FABRIZ

JOAQUIM NABUCO: PAN-AMERICANISMO, CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER (1905-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Juçara Luzia Leite.

Aprovada em de de 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Juçara Luzia Leite
PPGHIS/UFES – Orientadora

_____

Profa. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva
PPGH/UERJ – Membro Titular

_____

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos
PPGHIS/UFES – Membro Titular

_____

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio
PPGHIS/UFES – Membro Suplente

À José Luiz, Maria Lauraci e
Rafael, com amor.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio e incentivo de diversas pessoas. Neste espaço, gostaria de expressar minha gratidão a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para tornar este trabalho uma realidade. Em primeiro lugar agradeço à minha professora e orientadora, Juçara Luzia Leite, que acreditou em meu projeto e capacidade de estudo e trabalho. Agradeço pela paciência, atenção e ensinamentos acadêmicos. Certamente o seu exemplo de conduta e seriedade serão lembrados por mim. Aos professores Julio Bentivoglio e Adriana Pereira Campos, pelos apontamentos sugeridos por ocasião do meu exame de qualificação, que foram muito pertinentes. À professora Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva por ter aceitado compor a banca de defesa. Não poderia deixar de agradecer aos amigos Tatiana, Rosani, Sabrina, Isadora, Renan, Adalgisa, Bruno e Leonardo pelas palavras de incentivo e carinho e por terem compartilhado de minhas felicidades e tristezas. Ao Raul Zobole pelo companheirismo e amor dedicados a mim neste período. À minha família pelo amor, compreensão e apoio incondicionais em todos os momentos. À Daury pela atenção de ter lido meu projeto, apoio e pelo incentivo à leitura. À Ivana pelas informações prestadas. Ao PPGHIS. À CAPES pela concessão de bolsa, condição fundamental para que eu me dedicasse integralmente à dissertação.

RESUMO

A dissertação discute as representações de pan-americanismo que Joaquim Nabuco pretendeu fazer circular através da estratégia da retórica pan-americanista enquanto ocupou o cargo de embaixador brasileiro em Washington entre 1905 e 1910. Trata-se de um contexto em que o Ministério das Relações Exteriores teve o objetivo de direcionar as ações diplomáticas para o continente americano, atribuindo uma atenção diferenciada aos Estados Unidos da América. Nesse contexto analisa-se como Nabuco criou e se aproveitou de espaços de sociabilidade como banquetes políticos, conferências em centros universitários norte-americanos e do periódico *Revista Americana* para divulgar a imagem de Brasil como país pacífico, líder sul-americano e possível aliado dos Estados Unidos no sentido de promover uma nação pan-americana no continente. Voltamos a atenção igualmente para outros representantes da intelectualidade americana, que se apropriaram das representações divulgadas por Nabuco, no sentido de pensar as questões do continente e promover sua modernização e equilíbrio no sentido do alcance da paz. Foram utilizadas como fontes desta dissertação os discursos que Nabuco proferiu em banquetes políticos e nas universidades de Washington, Yale e Wiscosin; artigos publicados a respeito do diplomata no *Washington Post* e no *The New York Time,* os artigos de Nabuco e outros representantes da intelectualidade sul-americana publicados na *Revista Americana,* as Atas do Conselho de Estado entre 1820 e 1910 e os ofícios diplomáticos enviados pelo diplomata ao Ministro das Relações Exteriores. Nesses documentos buscou-se compreender de que modo Joaquim Nabuco traçou estratégias no sentido de possibilitar uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco. Pan-americanismo. Diplomacia Cultural. Representação de América.

ABSTRACT

The following dissertation discuss the pan-Americanism representations that the brazilian Joaquim Nabuco intended to circulate by using the rhetoric as strategy while occupied the role of brazilian ambassador in Washington between the years of 1905 and 1910. It was a context in which the Foreign Relations Ministry had the purpose of orientate the diplomatic actions to the American continent and privilege the approximation with the United States of America. The text analyses how Nabuco created and took advantage of spaces of sociability such as political banquets, conferences at the north-American universities and the periodical *Revista Americana* to spread the image of the country Brazil as pacific, south American leader and possible ally of United States to further a Pan-American nation in the continent. The appropriations of those representations by other American intellectuals were studied to realize how they thought the continent issues to foment its modernization and balance with the purpose to guarantee the peace. The historical sources used in this research were the speeches written and spoken by Joaquim Nabuco at political banquets and conferences, news from the *New York Times* and *The Washington Post,* articles published by Joaquim Nabuco and other intellectuals at the *Revista Americana*, minutes of the brazilian state board and the diplomatic missives sent by the diplomat to the Foreign Relations Ministry. These sources were used to comprehend how Joaquim Nabuco formulate strategies to make possible an approach between Brazil and United States of American.

Key-words: Joaquim Nabuco. Pan-Americanism. Cultural diplomacy. Representation of America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 A VIDA DE JOAQUIM NABUCO 16

2 DIPLOMACIA CULTURAL 40

2.1 O MOVIMENTO PAN-AMERICANO 46

2.2 A ATUAÇÃO DE JOAQUIM NABUCO NA EMBAIXADA DE WASHINGTON – CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS E CONVICÇÕES 68

2.2.1 CONCEITOS 79

2.2.2 EXPERIÊNCIAS 92

2.2.3 CONVICÇÕES 97

3 REVISTA AMERICANA 117

CONSIDERAÇÕES FINAIS 159

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta os resultados da pesquisa, cujo objetivo principal é analisar a apropriação das ideias, a influência e a atuação de Joaquim Nabuco de Araújo como embaixador brasileiro em Washington (1905-1910) no sentido de conduzir a política externa brasileira como parte do projeto de consolidação do projeto pan-americanista, frente aos representantes dos Estados Americanos.

Nosso pressuposto é de que o embaixador em questão se utilizou da política diplomática para tornar possível a construção e circulação das representações da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, e também entre Brasil e da ideia de pan-americanismo. Utilizamo-nos aqui do que chamamos de retórica pan-americanista para refletir sobre a forma como Joaquim Nabuco elaborou sua compreensão a respeito do pan-americanismo e norteou suas ações para o alcance da concretização deste movimento enquanto ocupava o cargo de embaixador.

A decisão de estudar a atuação de Joaquim Nabuco toma sentido quando reconhecemos que ele era parte integrante da intelectualidade brasileira da época e acreditava que os Estados Unidos eram o grande parceiro do momento para o Brasil. Em outras palavras, Nabuco era uma personagem nacional expressiva que representou a tendência nacional acima citada, com peculiaridades próprias de um espírito inovador ao ocupar cargo de inegável ascendência.

A pesquisa também adquire importância ao aprofundar o estudo das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos nesse período histórico, visto que o tema é abordado de maneira generalizada em estudos relacionados à temática da política externa republicana e poucos se atêm às nuances deste estreitamento de relações.

A partir desta investigação, pretendemos compreender em que medida Nabuco contribuiu para o alcance dos objetivos delineados pelo Ministério das Relações Exteriores, qual seja, um relacionamento preferencial com os Estados Unidos em detrimento da Europa. Nosso intuito é compreender como Nabuco fazia circular uma dada representação de pan-americanismo por meio da exploração das noções de paz, solidariedade, raça americana, civilização e modernidade. Isso porque, a retórica pan-americanista de Nabuco fazia parte de um projeto maior que consistia

em estabelecer parâmetros a cerca de uma necessária aproximação entre Brasil e Estados Unidos no contexto do início da República.

Para tanto, analisaremos os discursos que Nabuco proferiu em banquetes políticos e nas universidades de Washington, Yale e Wiscosin; artigos publicados a respeito do diplomata no *Washington Post* e no *The New York Time,* os artigos de Nabuco e outros representantes da intelectualidade sul-americana publicados na *Revista Americana,* as Atas do Conselho de Estado entre 1820 e 1910 e os ofícios diplomáticos enviados pelo diplomata ao Ministro das Relações Exteriores.

O escopo desta pesquisa encontra-se situado no campo das estreitas e tensas relações entre os intelectuais e a política, visto que Nabuco, parte da intelectualidade brasileira, tornou-se ator fundamental da reorientação estratégica da política exterior brasileira. Alguns aspectos específicos dessa relação foram destacados em nossa pesquisa.

Nesse sentido, compreendemos que Nabuco acreditava que a soberania brasileira sobre a maior parte da região amazônica e outros territórios brasileiros estava vulnerável e desafiada e seguindo nesta direção, pensamos que, se por um lado Joaquim Nabuco não reconhecia nenhuma contribuição cultural dos EUA, por outro entendeu que havia outra contribuição importante: a promoção da paz pelo exercício do seu poder.

Apesar de alguma preocupação quanto ao intervencionismo dos Estados Unidos, Nabuco acreditava que o imperialismo europeu, principalmente o inglês e o alemão, era uma ameaça maior ao Brasil e a outras nações da América do Sul do que o imperialismo estadunidense. Segundo Pereira (2005), os Estados Unidos não buscavam colônias na América Latina porque isso causaria um profundo desequilíbrio em seu sistema do governo e uma incalculável deterioração de sua raça. E, segundo Joaquim Nabuco a Doutrina Monroe era a melhor garantia de que não haveria nenhuma recolonização europeia da América.

Acreditamos ser pertinente afirmar que grande parte da relevância da pesquisa aqui proposta reside no fato de que a investigação sobre o pensamento político de Nabuco enquanto idealista em oposição ao realismo de Rio Branco perpassa uma

análise e reflexão acerca do pan-americanismo e da circulação da atuação de Joaquim Nabuco enquanto diplomata.

Dentro da análise que aqui apresentamos, alguns conceitos são de extrema importância para a compreensão das propostas que Joaquim Nabuco tinha para um projeto pan-americanista.

Habermas (2003), ao buscar as origens da opinião pública, postula que a manifestação da opinião pública encontrou lugar, inicialmente, na Inglaterra no século XVIII. Nesse contexto, o desenvolvimento do capitalismo concedeu autonomia individual e poder de pressão na vida política a indivíduos até então excluídos das hierarquias, as classes médias. Tem-se, assim, o surgimento de um público pensante na tentativa de estabelecer críticas ao poder instituído. Ainda para este autor, a cidade burguesa constituiu o primeiro lócus onde surgiu uma esfera pública entendida como espaço formado por pessoas privadas reunidas em um público (espaço regulamentado pela autoridade) para a discussão das leis gerais de troca da esfera privada por meio da racionalização política. Ao longo do século XVIII, na Inglaterra, este espaço foi transformado. Paulatinamente, o Parlamento deixou de ser um órgão secreto da corte, na medida em que os atos parlamentares passaram a ser acessíveis a todos com a reprodução destes não somente nos anais, mas também nos jornais. Este fato imprimiu uma nova relação entre o Parlamento e a opinião pública: por meio da imprensa os atos parlamentares atingiam a opinião pública. Pouco a pouco, a imprensa se consolidou como espaço privilegiado de discussão e de exercício da crítica para um público politizado.

Jean-Jacques Becker (1996), por sua vez, ao refletir sobre o conceito de opinião pública, chama a atenção para a dificuldade em se estabelecer uma definição precisa para esse termo. Desse modo, a primeira dificuldade é dizer o que é opinião pública. Nesse sentido, o autor propõe uma grade interpretativa para se compreender a opinião pública a partir de duas dimensões, a saber: a opinião pública estática, entendida como o “sistema de ideias próprio de uma época num determinado país”, assim forjado a partir das tradições e estruturas morais e intelectuais da sociedade, e a opinião pública dinâmica concebida como a reação da opinião diante do acontecimento. Sob essa perspectiva, a compreensão do fenômeno da opinião pública perpassa a análise de como os acontecimentos agem

sobre a opinião pública, e vice-versa. A compreensão do fenômeno da opinião pública igualmente demanda uma análise pautada na articulação entre vozes singulares e a expressão dita coletiva da opinião pública, visto que a opinião pública revela um fervilhamento de opiniões particulares. Consoante sua interpretação, é ilusório pensar que tenham existido situações em que havia apenas uma única tendência. É interessante notar ainda que as diferentes tendências não exercem igual influência na realidade sociopolítica.

Becker (1996), corroborando com Chartier (1990) esclarece que embora a opinião pública não faça a política interna e, tampouco, a política externa, não se pode perder de vista que nenhuma política pode ser realizada a sua revelia. Desse modo, não há política que possa se desenvolver por muito tempo, desprovida de vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública.

Essa compreensão acerca da opinião pública é basilar em nossa investigação, uma vez que nossa documentação privilegia discursos que foram proferidos em banquetes e conferências em universidades dos Estados Unidos. Nesses espaços de sociabilidade, Nabuco intentou fazer circular as representações do projeto pan-americanista, bem como da aproximação entre brasileiros e norte-americanos.

Igualmente, na análise da documentação supracitada, nos foram úteis os conceitos de representação, circulação, prática e apropriação propostos por Chartier (1990), para quem é necessário relacionar o discurso com quem o utiliza, pois as percepções do social não são neutras. Dessa forma, para Chartier, não há análise do discurso em si, não há texto (discurso) desencarnado do sujeito e não há sujeito fora da História. Assim, quando um sujeito escreve (produz um discurso) o que ele dá a ler para a sua época ou para o futuro, e, assim, se inscreve na História, são representações (percepções do social).

De acordo com Chartier, tais conceitos são importantes para identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17). Isto é, ao escrever se inscreve na História, cria representações de si, de sua época ou de dada realidade. Ao fazê-lo, constrói essa realidade.De acordo com este mesmo autor, o estudo da História também deve ser entendido como o estudo dos processos através dos quais um

sentido é construído, já que as representações devem ser entendidas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (1990, p. 17), em outras palavras, escrever História (a historiografia) é construir sentido.

Além disso, trata-se de esquemas intelectuais porque se originam de processos cognitivos (produção de conhecimento sobre o mundo por meio do intelecto). Esses esquemas criam representações, que são entendidas como figuras simbólicas com o objetivo de produção de sentido para dar sentido à realidade vivida, para dar sentido ao outro, torná-lo inteligível e para decifrar o espaço.

Este esquema conceitual proposto por Chartier nos é interessante, pois o presente trabalho tem o objetivo de se debruçar no conjunto de ideias sobre a prática de um intelectual específico, Joaquim Nabuco, e compreender suas estratégias discursivas que permitiram a aproximação entre Brasil e Estados Unidos no início do século XX.

O presente trabalho também está inserido no campo da História dos Intelectuais, que abrange a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura de sua época. Jean-François Sirinelli (1998) assevera que “a exploração deste campo se fará pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico.” Corroborando com o que é defendido por Becker (1996), Sirinelli (1998, p. 265) afirma que “entre o mundo intelectual e a esfera que o rodeia existe uma forte osmose, nos dois sentidos: as elites culturais tomam a cor do debate cívico, mas também contribui para lhes dar o seu tom”.

As elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotada de certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência. (SIRINELLI, 1998, p. 261). As elites também se definem não somente pelo seu poder e pela sua influência intrínsecas, como também pela própria imagem que o espelho social reflete. (SIRINELLI, 1998, p. 262-264). As elites culturais não existem como entidades autônomas, mas estão ligadas à sociedade que as rodeia. São esses laços, especialmente os ligados à política, que lhes confere identidade.

Além disso, nessa pesquisa foi importante o conceito de diplomacia cultural elaborada por Ribeiro (apud LEITE, 2011, p. 86), que afirmou que “o Estado continua a deter uma função primordial nos processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si.” Ainda de acordo com este autor, adotando esta estratégia cada vez mais os Estados conseguem tirar partido “dos canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si” (Idem, p. 24).

Finalmente, por se tratarem de discursos que foram proferidos para um público presente, o conceito de retórica nos foi de grande utilidade. Entendemos nesse trabalho retórico, concordando com Reboul (2004), como uma ferramenta intelectual a favor da argumentação, como a arte de persuadir pelo discurso. Em outras palavras, acreditamos que Nabuco se utilizou da retórica como estratégia para levar o seu público a concluir de maneira semelhante, a partir de uma trama de argumentações.

Os resultados do presente estudo apresentam-se divididos em três capítulos. No primeiro, esboça-se, em linhas gerais, a trajetória do sujeito Joaquim Nabuco e os principais aspectos biográficos que o levaram a ser escolhido para ocupar o cargo de embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Acredita-se que o entendimento dessa trajetória pode nos ajudar a compreender os sentidos que ele pretendia construir ao proferir seus discursos.

No segundo capítulo, dedicamo-nos à análise dos discursos proferidos pelo diplomata em questão no sentido de mapear as categorias recorrentes que foram utilizadas para forjar uma visão positiva a respeito da aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Para tanto, utiliza-se dos discursos digitalizados e disponíveis no site da Fundação Joaquim Nabuco, bem como artigos publicados pelo próprio na *Revista Americana* e em jornais que circulavam em Washington. Também se optou por descrever o contexto socioeconômico e político que corresponde ao período em que Joaquim Nabuco atuou como diplomata em Washington a fim de que se compreendesse as decisões ou tons de discurso escolhidas pela personagem.

Por fim, no terceiro capítulo, a análise volta-se para a leitura de artigos publicados por outros representantes da intelectualidade latino-americana a fim de escanear a circulação de ideias que haviam sido utilizadas por Nabuco em seus discursos. Através dessa proposta, foi possível perceber que ideias eram compartilhadas entre esse grupo de intelectuais nessa revista específica. Para tanto se escolheu trabalhar com uma seleção de artigos publicados na *Revista Americana* com o intuito de mapear as ideias dos interlocutores do embaixador.

1 A VIDA DE JOAQUIM NABUCO

Joaquim Nabuco se tornou uma das mais importantes expressões da intelectualidade brasileira, e por isso, muito já foi a escrito e estudado à respeito da vida, atuação política e ideias da personagem. Neste capítulo faremos uma breve consideração daquilo que já foi publicado, focando nos aspectos que parecem mais pertinentes para o recorte determinado acima.

Para os dados a respeito da vida de Nabuco, recorremos principalmente aos trabalhos de Ricardo Salles (2002), à biografia escrita por Ângela Alonso (2007) e a obra de Luis Viana Filho (1952). Tais obras se destacam pela riqueza de detalhes a respeito da trajetória do diplomata. Igualmente nos baseamos na autobiografia *Minha Formação* (1990) a fim de tentar apreender um pouco da complexidade do personagem.

Joaquim Nabuco, nascido em 19 de agosto de 1849, até os oito anos de idade havia morado em Pernambuco, local de seu último ano de faculdade e também de sua infância, no engenho dos padrinhos Joaquim Aurélio de Carvalho e a esposa Ana Rosa Falcão de Carvalho, no engenho de Massangana. Esta madrinha teria uma grande influência na sua formação, pois ainda muito criança ainda ficou sob seus cuidados quando os pais viajaram para a Corte. No entanto, a partir da morte dos mesmos, passou a morar no Rio de Janeiro, com sua família, onde ele teve a oportunidade de se misturar livremente com a elite política e literária da capital. (DENNISON, 2006, p. 28).

Era filho do conselheiro Nabuco de Araújo, jurista e político eminente, senador e membro do Conselho de Estado, que já havia ocupado posições de presidente de província e de membro de diferentes gabinetes. Em 1866 se matriculou no curso de Ciências Sociais e Jurídicas da Faculdade de Direito de São Paulo, mas se tornou Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, em 1870 – pois fora transferido para Recife no último ano do curso, como era comum na época.

A partir do momento de sua graduação, ele deveria tomar uma decisão em sua vida: um de seus conflitos internos dizia respeito ao medo de continuar à sombra do pai (ALONSO, 2007). Apesar de formado, a carreira jurídica não estava em seus planos,

a não ser de forma secundária. Deu preferência à política ou administração imperial. Como não engatou logo na carreira política, de acordo com Salles (2002), deu margens às suas pretensões literárias e políticas, passando a se dedicar mais intensamente à atividade jornalística e às letras, enquanto o pai tentava, sem sucesso, obter-lhe a nomeação de um posto diplomático no exterior.

Paris e Inglaterra eram os locais para os quais Joaquim Nabuco gostaria de se dirigir, mas Nabuco de Araújo não fora bem sucedido em obter-lhe nem uma posição de Parlamentar entre os liberais e também uma comissão para o filho estudar no exterior. Nesse contexto, conforme demonstrou Alonso (2002), as restrições no acesso a posições políticas com que Nabuco se deparava atingia toda uma geração de filhos ou afilhados de políticos das províncias do Norte, pois em fins de 1860, a ala da dissidência liberal estava marginalizada devido à decadência econômica e à ascensão conservadora. Dessa forma, como consequência, toda uma geração de liberais, formada por recém-formados bacharéis como Nabuco, teve de esperar um tempo antes de poder fazer parte do Parlamento.

Somado a isso, Nabuco não possuía uma boa reputação na corte (ALONSO, 2002) em virtude de sua reputação de dândi e conquistador, e um dos ministros recusou recomendá-lo para ocupar um posto na Europa, e este acreditava que o cargo era apenas um pretexto para que um *bon vivant* fizesse uma viagem romântica pelo velho continente (DENNISON, 2006). Igualmente, apesar de o pai ter conquistado uma boa reputação e *status* sociais, não possuía fortuna ou bens expressivos, e foi apenas por causa de uma herança deixada pela madrinha que cuidou dele até os 8 anos de idade no Engenho de Massangana, Ana Rosa Falcão de Carvalho, que Nabuco pode custear uma parte da viagem e da estada na Europa.

Foi nesta viagem que Nabuco conheceu Eufrásia Teixeira Leite, sobrinha do Barão de Vassouras, acontecimento marcante de ordem íntima, de acordo com a biografia desse personagem. Apesar de a paixão ter sido imediata, a união nunca chegou a acontecer, apesar da relação intensa e entrecortada por encontros e desencontros. Nabuco chegou a solicitar à família os documentos necessários à união, mas esta não ocorrera em virtude de crise de ciúmes. Enquanto Nabuco procurava empregar-

se no Brasil, Eufrásia se enraizou na França, onde multiplicou a fortuna da família em negócios financeiros.

Dessa forma, formado, viajado e solteiro, Nabuco retornou ao Brasil em 1874, depois de ter conhecido França, Itália e Inglaterra, e conseguiu um espaço semanal na coluna de crítica do jornal *O Globo.* Foi próximo dos 30 anos que ingressou finalmente no serviço público através da diplomacia, como adido da legação em Washington, em 1876. No entanto, logo pediu licença não remunerada de seis meses e viajou para Londres. Nesse contexto, as amizades do pai começaram a lhe render cargos em virtude do retorno dos liberais ao poder – o Barão Vila Bela passou a ser ministro dos Estrangeiros e conseguiu a transferência de Nabuco para a Legação de Londres, momento em que se tornou adido e tomou contato com os abolicionistas.

A este respeito, Bethell e Carvalho (2008) e realizaram estudo sobre a relação de Nabuco com os abolicionistas britânicos, com quem trocava cartas constantemente. O contato entre eles, de acordo com os autores, significou uma parceria buscada conscientemente por Nabuco no sentido de expandir a questão interna da abolição para âmbito internacional. Nessas cartas, combateu a escravidão em virtude de seu caráter criminoso e de atraso à civilização e desenvolvimento econômico e político, além de ser responsável pelo atraso do país. Em *Minha Formação (1900)* o autor afirmou que já na década de 1870, ajudava o pai traduzindo os discursos da *Anti-Slavery Reporter,* revista da British and Foreign Anti-Slavery Society de Londres.

Segundo Needell (2010), Nabuco era um radical romântico, que desde sua juventude tinha como primeira ambição a literatura – apesar do talento para advogado e político, sentiu-se atraído pelo mundo das letras. No entanto, essas ambições que o fizeram viajar pela Europa e garantir postos diplomáticos na terra dos antecedentes europeus foram colocadas de lado a partir da morte do pai. Enquanto estudante fora um radical e abolicionista em um ambiente político que significou o ostracismo político (o retorno do Partido Conservador ao poder em 1868). Uma década longe do poder permitiu a Nabuco dedicar-se a escrever, viajar e criar uma reputação de dândi e homem dado às mulheres. Mas a morte do pai pôs um fim súbito nesse estilo de vida. Foi em 1878, às vésperas da eleição que

colocaria os liberais novamente no poder, que Nabuco atendeu às expectativas da família e assumiu a carreira política.

Pelas mãos do Barão de Vila Bela, foi eleito deputado à Câmara Geral em 1878, passando a representar a província de Pernambuco, local em que disseminou suas ideias abolicionistas e conseguiu as adesões de José do Patrocínio, André Rebouças, José Mariano Correa da Cunha, entre outros. Nesse mesmo contexto, criou na casa da família Nabuco a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*,* criou o jornal *O Abolicionista* e mais tarde lançou o livro *O Abolicionismo,* que chegou a circular em Londres.

Nenhum de seus escritos obteve maiores repercussões e sua carreira literária não deslanchou, mas seu interesse e preocupação nesse campo nunca foram abandonados. Esses continuaram intensos pelo resto da vida nos versos íntimos e nas obras de ensaísmo político e social, de história e no memorial *Minha Formação* (1900).

Carvalho (2008) destacou que no ambiente hostil dos primeiros anos da República, Nabuco tentou fazer oposição nas páginas do *Jornal do Brasil,* mas abandonou o cargo de redator depois que a sede foi invadida e depredada por exaltados que queriam matá-lo. A partir desse momento, em que partiu para Inglaterra como negociador da questão de limites com a Guiana Inglesa, se dedicou a escrever a biografia do pai.

Foi um período de intensa troca de cartas com Machado de Assis, nas quais Carvalho percebeu sentimentos fluírem com maior liberdade, apesar de que Nabuco relutava em exprimir seus sentimentos, mas não em relação ao país. Nessas cartas, o assunto predominante foi o da Academia Brasileira de Letras, em que Nabuco pedia notícias, discutia eleições, mandava votos, expunha suas ideias sobre a natureza da instituição e manifestava preocupação com o destino da casa. O silêncio da correspondência diz respeito à política. Sobre isso, o mesmo autor ainda destaca que a militância política, sobretudo oposicionista, tinha um custo alto visto que a grande maioria dos homens de letras dependia de emprego público para sobreviver. Na ausência de estabilidade do funcionalismo, era grande a preocupação em conseguir e manter o emprego.

No entanto, teve êxito em suas lides jornalísticas – atuou principalmente no jornal liberal *A Reforma,* que teve grande repercussão no ambiente da corte. Segundo Salles (2002), nessas páginas, Nabuco atacava a ligação entre Estado e Igreja e pregava a necessidade de reformas políticas que caminhassem no sentido da democratização do regime monárquico; fim da vitaliciedade do Senado; eleições diretas; emancipação dos escravos e universalização da instrução. Igualmente parece que não deixou de exprimir sua adesão às ideias da nova geração, como o evolucionismo e o cientificismo.

Ele fazia parte de uma geração que expressou uma corrente mais ampla de pensamento e ação de políticos genericamente filiados à geração de 1870, apesar de não ter se filiado à causa republicana. Esta elite, até aquele momento, fora detentora de uma capacidade de coesionar o todo social e de antecipar a condução do fim da escravidão. A partir dos anos 70, a geração de Nabuco viu-se em meio à crise de um mundo que se desfazia sem que fosse possível estabelecer quais seriam as mudanças materiais e sociais e um futuro possível.

Este mesmo autor, assim como assevera que Nabuco seguiu o mesmo percurso imperial de outros jovens da elite intelectual brasileira, na dimensão social e espacial: tratava-se do deslocamento em direção à Corte, a cidade do Rio de Janeiro. Semelhante ideia é compartilhada por Alonso (2002) quando afirmou que a formação da elite intelectual incluía a circulação entre as escolas de direito, de modo a por o aspirante a político em contato com as partes do Império.

Ainda de acordo com Salles (2002), o itinerário social também se dava em direção ao Estado Imperial e as funções administrativas e políticas de centralização e direção que este desempenhava em outras partes do país. De uma maneira geral esse trajeto compreendia as passagens pelas faculdades de Direito do Recife e São Paulo e durante esse período de formação era de grande importância o envolvimento em atividades não acadêmicas, tais como a participação em sociedades fechadas, em jornais acadêmicos e em círculos literários. Era nesses espaços que essa geração via-se em contato com as polêmicas políticas e culturais do universo da sociedade brasileira. Uma vez formados, começava uma etapa de militância específica na própria área jurídica, e esta carreira envolvia atividades

jornalísticas, políticas, literárias, administrativas e governamentais, na maioria das vezes de forma simultânea.

Política, jornalismo e letras caminhavam juntos: os jovens queriam ser políticos, jornalistas e poetas. E juntavam-se ao círculo dos intelectuais mais antigos e estabelecidos exercendo atividades em instituições governamentais e privadas – no Parlamento, se a família tivesse tecido uma rede de alianças que permitissem esse arranjo, nos partidos conservador ou liberal (e mais tarde nos partidos republicanos), no serviço público e em jornais e revistas de circulação restrita. A Corte, centro para o qual as trajetórias e as ideias convergiam se queria europeia e portadora de suas tradições e missões civilizatórias. Esse circuito implicava o cultivo de relações familiares e pessoais intensas. Não foi diferente para Joaquim Nabuco.

É importante ressaltar que esse percurso também se tratava de um trajeto de aprendizagem e de introjeção de valores que se iniciava pela formação pessoal, que por sua vez, estava ligada às tradições e costumes que se reproduziam nos círculos familiares. Corroborando com a pesquisa de Salles (2002, p.40), política e administração, ainda que tendo em vista o bem comum e o progresso da nação “guardavam uma dimensão particular de ordem privada”.

Além desses aspectos, no Brasil dessa época, a escravidão era o principal instituto social, e essa condição justificada como uma imposição de uma realidade econômica particular que possibilitava o desenvolvimento do comércio, da indústria e das artes. A escravidão também demarcava o domínio de um liberalismo romântico de caráter mais nacional, pois valorizava o espírito do povo como a base de uma sociedade singular, o que abria margem a interpretações democráticas e extensivas de direitos à população.

Era o momento de crise final do escravismo brasileiro, ocorrido ao fim do Segundo Reinado, cuja organização cultural permitiu o surgimento de pensadores e intelectuais posicionados numa distância particularmente reveladora da trama econômica, social, política e cultural excludente que o escravismo havia gerado e cuja superação não eliminara essa formação social. Eram críticos do seu presente e do futuro que se delineava.

Em estudos já realizados (FABRIZ, 2010), pudemos perceber que os principais temas que recorrem no pensamento de Nabuco são a cidadania, a soberania, a reforma social e institucional, e o governo como centro garantidor, promotor e irradiador das ações referentes ao tratamento desses temas. Tais temas persistem nos discursos pan-americanistas proferidos por Nabuco em momento posterior de sua atuação política. A partir dessa recorrência dos temas, é possível afirmar que Nabuco intencionasse fazer circular as categorias como parte de um projeto de construção de uma retórica pan-americanista.

De acordo com Needell (2010), Nabuco se sentia desconfortável com as negociações partidárias, pois o que ele almejava era uma causa que pudesse começar a transformação da nação aos olhos da civilização e do progresso. Não se tratava de assuntos mundanos com apelo limitado como as dificuldades financeiras das massas, pois elas não significavam uma verdadeira transformação. Mesmo a escravidão estava identificada com a própria natureza e os fundamentos do Estado e da sociedade Imperial e a abolição era apenas a mais importante de uma série de reformas. Por isso, não deixou de colocar a causa em primeiro lugar, acima até de seu partido político.

Nesse sentido, pensamos não ser absurdo afirmar que o engajamento apaixonado de Nabuco ao pan-americanismo, expresso em seus discursos, fosse um reflexo dessa necessidade de abraçar uma causa maior para das sentido à sua vida.

Ainda de acordo com Needell (2010) e Salles (2002), antes de ser diplomata, Nabuco foi líder abolicionista e autor que se tornou referência obrigatória sobre o Segundo Reinado e representantes da aristocracia. Apesar de não ter se ligado à causa republicana, serviu na diplomacia e mais tarde, embora constantemente se afirmasse europeísta, aderiu à causa pan-americanista.

Até hoje os estudos sobre Joaquim Nabuco realizados por Beiguelman (1999), que considera *O Abolicionismo* a principal obra do movimento abolicionista e propõe mudanças no sistema econômico; Saldanha (1933), que enfatizou que o liberalismo de Nabuco conviveu bem com sua aceitação da monarquia constitucional; Chacón (2000), em cujo trabalho Nabuco é caracterizado como intelectual não revolucionário; e Granjo (1976), que se dedicou a estudar o pensamento político de

Nabuco e o caracteriza como um reformador social; tem ressaltado seu papel de pensador e ativista de um liberalismo radical no Brasil no último quartel do século XIX e precursor de uma modalidade capitalista. Através de sua pregação abolicionista, ele propôs a remoção de um dos últimos entraves sociais à consolidação capitalista no país, qual seja, a escravidão. Mas propunha uma modernização conservadora.

Ainda segundo Needell (2010), nos meses que se seguiram à Lei Aurea, seus pensamentos voltaram-se para o casamento e a família. Foi em Novembro de 1888, com saúde debilitada, que conheceu Evelina Torres Soares Ribeiro e a cortejou; casaram-se em Abril de 1889. Estava determinado a encontrar a felicidade ao lado da família que formara e com a ajuda de vultosa fortuna que ela trouxe como dote. No contexto dos primeiros anos da República, Nabuco foi obrigado a se adaptar a mudanças e esse momento representou instabilidade perda e perigo pessoal para este porque se opôs publicamente ao regime em uma série de publicações entre 1889 a 1894. Acusava o regime de ter se entregue à corrupção financeira e de ter mantido interesses privados. Os anos entre 1894-1898 significaram um retorno incerto a uma aparência – juntou-se primeiro aos outros monarquistas e em seguida rompeu com eles em 1896 e retirou-se completamente da política.

Essa oposição de Nabuco à República, de acordo com Needell (2010) e Alonso (2007), se entrelaçou com dificuldades em sua vida particular. Como ocorria uma piora da situação financeira do Brasil, Nabuco decidiu investir a fortuna da esposa em Londres e decidido a aumentar os dividendos da família reinvestiu seu patrimônio na Argentina, que lhe impressionara pelo crescimento econômico. No entanto, seus investimentos se perderam no colapso de 1890. Esse desastre financeiro e o estabelecimento da República levaram-no a mudar-se com a família para Londres, na esperança de fugir do novo ambiente do Brasil e ganhar a vida como advogado de empresas. Para tanto usou as antigas relações diplomáticas entre a Inglaterra e o Brasil. No entanto, tal projeto não prosperou e retornou para o Rio com a família em meados de 1891 até o fim deste mesmo ano, quando retornou à Europa. Ainda profissionalmente e financeiramente fracassado, retornou à capital com maior responsabilidade: a esposa lhe dera quatro filhos.

Seguindo na análise dos autores citados anteriormente, em 1896 Nabuco resolveu romper com o partido monarquista e retirar-se da vida pública e mesmo os textos publicados nessa época no jornal de Eduardo Prado consistiam mais em reflexões pessoais do que discussões políticas. Tratava-se da etapa final de uma série de decisões iniciadas em 1889, composto de introspecção, um novo papel doméstico e consequente retomada dos interesse literários. Needell (2010) acredita que *Um Estadista no Império* (1899) e *Minha Formação* (1900) precisam ser entendidos como tentativas de Nabuco interpretar os mundos que havia perdido, mas dos quais derivam suas origens políticas e ideais. As duas obras seriam uma despedida intelectual e uma avaliação dos meios e instituições políticas que haviam moldado seu pai e que Nabuco entendia como a explicação de sua própria perspectiva.

As recusas de Joaquim Nabuco em aderir à República trouxeram consequências financeiras (ALONSO, 2007), visto que este não recebia um salário oficial, e o prejudicaram no estabelecimento de um escritório de advocacia no Rio. A família sobrevivia graças ao pouco que restava da fortuna de Evelina e com o pouco que Nabuco ganhava escrevendo para jornais. E graças a seu trabalho jornalístico e às relações que havia cultivado – ele havia começado a comentar as políticas financeiras e os pronunciamentos políticos de Campos Sales, que ficara impressionado com as qualidades reveladas no livro *Um Estadista no Império* (1899) e também com o talento como orador e de pessoa amplamente respeitada por seus ideais e sua independência.

Em 1899, de acordo com Needell (2010), Campos Sales se entusiasmava com a possibilidade de contar com Nabuco para servir a nação e sugeriu-se que uma missão diplomática seria mais palatável para ele e útil para a nação, na medida em que estaria a serviço do Brasil e não do regime. Foi então que Nabuco recebeu o convite de atuar como ministro especial na questão da fronteira com a Guiana inglesa, mais tarde como ministro brasileiro na Grã-Bretanha e finalmente como primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos. De acordo com o autor, Nabuco entendeu os últimos anos de sua vida pública como um retorno às mesmas aspirações patrióticas que havia celebrado na carreira do pai. Dessa forma, aceitou servir a nação na diplomacia. Dessa forma, corroborando com Nogueira (2010), acreditamos que o aceite do convite era um retorno oportuno à vida pública, do

ponto de vista de suas dificuldades financeiras domésticas, mas também uma oportunidade de abraçar uma grande causa – defender o Brasil no exterior, onde problemas financeiros e ideais imperialistas ameaçavam o país com a intervenção e com perdas territoriais. E as grandes causas tiveram um papel fundamental na personalidade de Nabuco. Não é absurdo dizer que a defesa e construção de uma retórica pan-americana que culminasse na aproximação entre Brasil e Estados Unidos se tornaram em ideia fixa e grande causa para o diplomata, que até aquele momento vivia um momento introspectivo e que não combinava com sua formação cosmopolita.

Na literatura disponível a respeito de Nabuco é corrente a ideia de que nosso personagem se destacava na vida social pela beleza, a aparência elegante e o porte físico. Era conhecido como *Quincas, o Belo.* Freyre (2010), escreveu que Nabuco tinha a consciência de sua beleza física como tinha de seu talento e que "se o fato de ter sido homem belo e alto fez com que se voltasse contra ele o ressentimento dos feios [...] só pelo prestígio de sua presença desmentiu no estrangeiro a lenda de que todo brasileiro era pequenote e feio." (Idem, p. 164). Além disso, Freyre (1948) destacou Nabuco como um exemplo de filho da aristocracia que se adaptou ao radicalismo abolicionista dos grupos urbanos. Nesse sentido, é possível afirmar que a escolha de Joaquim Nabuco também esteve relacionada com o seu porte e beleza física, afinal ele seria a representação do Estado brasileiro nos Estados Unidos – a representação em seu sentido mais simples. Não é de se espantar, portanto, a frequência com que o nome do diplomata aparecia em periódicos da época como o *The Washington Post* e *The New York Times,* seja sobre banalidades como também eventos formais e de grande importância política internacional.

A respeito desta elegância, encontramos fala de José Carlos Rodrigues, diretor do Jornal do Commercio, em brinde ao convite para participar do *Gridiron Club.* Nessa ocasião, afirmou que desde que este trabalhou nos Estados Unidos o jovem Nabuco já era "um fino homem de letras, um brilhante escritor e um grande orador, e desde

então se tornou um dos homens mais completos e perfeitos de nosso tempo em seu próprio país." [1]

A carreira literária era um complemento e dessa época, 1872, publicou o pequeno ensaio *Camões e os Lusiadas,* tema que voltou em algumas conferências proferidas nos Estados Unidos, como embaixador brasileiro naquele país.

Pensamos de acordo com Pereira (2005), quando afirma que Joaquim Nabuco é muito lembrado em virtude de sua atuação no movimento abolicionista e de suas ideias que eram divulgados no sentido de construir um Brasil mais desenvolvido.

Com o advento da abolição da escravatura, ocorrida em 1888, por meio da assinatura da Lei Áurea, Nabuco formulou o aprofundamento da agenda reformista pós-abolição. Assim como Rebouças e Patrocínio, via a reforma agrária como um passo complementar, que daria oportunidade aos ex-escravos. Em estudos anteriores que desenvolvemos (FABRIZ, 2010) concluímos que Joaquim Nabuco buscou as raízes estruturais do atraso brasileiro na abolição. Seu projeto abolicionista também continha um projeto de acelerar o forjar de uma grande nação moderna e próspera.

Ainda de acordo com esses estudos, esta reforma social deveria acarretar outras reformas sociais profundas, de maneira a remodelar completamente o país que mostrava um ambiente antiprogressivo criado pela escravidão. O objetivo do abolicionismo não seria somente o de libertar ingênuos e escravos, mas eliminar os efeitos negativos do regime escravista. Este intelectual pretendia a reconstrução do Brasil no trabalho livre e na união das raças em liberdade, já que o sangue branco seria essencial para melhorar o país. Não só apresenta justificativas para a ocorrência da Abolição, como também um projeto em que o Brasil passaria por uma série de mudanças de cunho liberal para que assim alcançasse o progresso. Anteriormente, ele já recomendava a necessidade de reformas em relação à propriedade da terra defendendo a aplicação de uma lei agrária que permitisse ao Estado se apropriar de áreas não produtivas. Na obra *O Abolicionismo* (1883), estão presentes na argumentação o humanismo ético e a superioridade do trabalho livre.

---

[1] Ver página 180, discurso pronunciado no jantar oferecido pelo embaixador brasileiro em honra do *"Gridiron Club"* e do Dr. J. C. Rodrigues do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, aos 6 de Maio de 1909.

De uma mesma maneira, pensamos que a aproximação entre Brasil e Estados Unidos da América fazia parte de um projeto maior de forjar uma nação pan-americana, que seria consequência de laços de solidariedade entre todos os estados americanos e culminaria na formação de uma civilização de caráter desenvolvido e na paz continental.

Retomando o movimento abolicionista, Salles (2002) defende que a ideia e o movimento político que empolgaram amplos setores da população e que deram o golpe na escravidão, não incorporavam as preocupações raciais em voga sobre a formação do povo e o destino da nação. Ainda que compartilhando a ideia de que a nacionalidade brasileira ainda estava em formação, o movimento abolicionista, assim como Joaquim Nabuco, via o problema em outra direção. A escravidão e sua herança, e não o escravo e sua raça, era o ponto central a ser atacado – a garantia de terras e trabalho para a população brasileira deveria vir em primeiro lugar em relação à imigração estrangeira.

De acordo com Beiguelman (1999), o caráter predatório da ocupação do solo, ligado á lavoura, era um indício da ausência de um consórcio entre o homem e a terra vinculada às regiões exploradas pela escravidão. O parcelamento dos solos em grandes propriedades levaria a um desenvolvimento cíclico dos centros locais: esgotamento do solo e abandono de uma população miserável, resultado da marcha da lavoura tropica, tornando as cidades mortas. Nessa linha de raciocínio, Nabuco norteou seu anti-imigrantismo como uma atitude negativa frente ao elemento nacional, apenas admitido ao trabalho na ausência de escravos.

Ainda de acordo com a mesma autora, Nabuco via uma duplicidade de sentido na organização política imperial, porque nela se viam negados os valores do liberalismo político, visto que os partidos ascendiam de acordo com a vontade da Corte e não em virtude de uma opinião. No entanto, esse quadro permitiu à Coroa dissociar os interesses de partido dos da sociedade agrária, o que tornara possível eliminar a escravidão.

Entre os anos de 1779 e 1880, Nabuco voltara ao Brasil e atuou no Parlamento, e foi nesse momento que o movimento começou a ganhar forma e se popularizar. E no ano seguinte, quando não conseguira repetir a sua presença, guardava ainda a

vontade de seguir a carreira diplomática e atuar em Londres. O livro *O Abolicionismo,* concluído em 1883, contribuiu para criar um clima favorável à sua volta para o Brasil, que garantiu a vitória de sua candidatura.

No seu modo de ver, as reformas sociais deveriam prevalecer sobre as políticas e a emancipação deveria ocorrer paralelamente à democratização do solo. Uma seria o complemento da outra, pois acabar com a escravidão não bastaria, era preciso também destruir a obra da escravidão. Igualmente concluímos que ele também apresentava um lado imigrantista e queria promover o afluxo de famílias portadoras da civilização europeia.

Após a abolição, Nabuco não teve como sustentar seu liberalismo avançado e reformador: suas ideias e atuações eram indesejáveis na monarquia, e por isso foi levado pela onda republicana que, segundo Salles (2002), levaria muita coisa consigo, inclusive as ilusões e expectativas de construção de um país moderno, democrático, formado por uma nação livre e soberana.

De acordo com Silva (1990), a partir da libertação dos escravos, houve um fortalecimento da propaganda republicana, que reuniu forças junto aos antigos senhores de escravos que se viram diminuídos ao ver seu patrimônio se esvair sem serem indenizados, e nesse contexto, Nabuco resolveu defender a Monarquia através de artigos de imprensa. São desse contexto os artigos em que demonstrava temer a desagregação territorial do Brasil assim como ocorrera com a América Espanhola, além da certeza da formação de oligarquias que controlariam o poder e atrasariam o desenvolvimento do Brasil. Proclamada a República, em 1889, Nabuco se viu desobrigado da política e procurou refúgio no seu próprio lar, entre os livros que lia e começava a escrever. Ele mesmo descreve este período de sua vida na autobiografia *Minha formação*:

> *A queda do Império pusera fim à minha carreira... A causa monárquica devia ser o meu ultimo contacto com a política... de 1889 a 1890 estou todo sob a impressão do 15 de Novembro seguindo-se ao 13 de Maio, escrevo então os meus solilóquios em uma Tabaida onde podia andar centenas de milhas sem deparar com o refúgio do outro praticante... em 1891, minha maior impressão é a morte do Imperador. De 1892 a 1893 há um intervalo: a religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa, indefinível da fé, para mim verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o ramo da vida renascente [...] desde 1893, porém, o assunto que deveria ser a grande devoção literária da minha vida, a Vida de meu pai, tinha-se já apossado de*

> *mim e devia seguidamente durante seis anos ocupar-me e até absorver-me.* (NABUCO, 1990).

Nabuco optou por uma reclusão voluntária entre livros e pensamentos e a missão do político havia se findado, dando o lugar para o observador, ensaísta e escritor. Nesse processo de reflexão interior, o jovem crítico republicano aos poucos foi cedendo lugar a um maduro liberal que via na integridade territorial da pátria o bem maior a ser preservado.

Nesse ínterim, decepcionado com o andamento que as reformas tinham tomado – o que não incluía a integração dos negros escravos na sociedade brasileira ou mesmo um projeto de redistribuição de terras - Nabuco se dedicou a fazer uma série de discursos que transformaram os correligionários liberais em inimigos e fez com que o debate entre os políticos da época se direcionasse para a forma de governo da época. Como era monarquista, Nabuco não encontrava lugar entre o partido Republicano, dessa forma, a imprensa republicana se voltou contra Nabuco e este foi obrigado a deixar o país, visto que, de acordo com Alonso (2007, p.238) “a aliança com a realeza impôs a ruptura com os reformistas, que desabonaram o antigo líder como beato, cortesão e vendido. Perdera a sustentação nas ruas.”

A partir da proclamação da República em 1889, contrapôs-se à política e aos salões. Seu rompante com a República fechara as portas para o reingresso à diplomacia. Ainda de acordo com Alonso (2007), um Joaquim Nabuco cansado, frustrado e angustiado se entregou a uma vida doméstica, ligada à religião e sem grandes luxos.

Nessa linha de investigação, devemos destacar os esforços do historiador Marco Aurélio Nogueira (2010), que analisou o retorno de Joaquim Nabuco à diplomacia como uma consolidação da sua aceitação da República como novo regime de governo. A escolha pela diplomacia se justificava, pois o retirava do cotidiano político ao qual se sentia hostilizado e isolado, sem condições de engajamento direto e rompido com o monarquismo militante. Tal interpretação nos é fundamental, pois, pensamos que naquele momento, em que não havia espaço para se prender às antigas causas, ocorreu a deixa para a participação do diplomata no novo regime.

Ainda de acordo com este historiador, a nova posição para a qual fora convidado daria melhor vazão à formação cosmopolita de Nabuco e as dimensões políticas do cargo deixariam esvaziadas as tensões ocorridas no plano interno devido à mudança de organização política. Com a diplomacia, Nabuco estaria em sintonia com o país sem maiores exigências ideológicas, já que historicamente o Itamaraty tinha tradição de neutralidade partidária desde o Império.

Esta tradição retiraria o fardo de Nabuco de optar pela Monarquia ou pela República e seria a oportunidade de retornar às origens de sua primeira experiência como diplomata. No entanto, dessa feita, com maior preparação para fazer opções sem se ater às suas paixões momentâneas ou injunções partidárias. Se seu europeísmo havia sido monarquista, a elaboração de seus pensamentos americanos culminou com sua adesão ao governo republicano.

O convite veio de Campos Sales em 1899, que o designou para ministro-chefe da legação brasileira em Londres e este foi aceito como uma maneira de servir à pátria independente de escolha partidária. A própria aceitação do convite do governo para assumir a representação do Brasil fora um ato de renúncia pessoal e política em favor do país. “Monarquista convicto, vencera a resistência pessoal e enfrentara a ira de muito correligionários que o acusaram de ter abandonado a causa monárquica” (CARVALHO, 2003, p. 11). No entanto, já em 1904, pouco havia do monarquismo de antes e o que restava foi lentamente dissolvido pela questão das Guianas diante da sentença de empate que trouxe evidente prejuízo territorial para o Brasil. Nessa ocasião os republicanos foram largamente solidários e respaldaram a frustração de Nabuco. (NOGUEIRA, 2010, p. 250-264).

Em seis anos que se passaram da aceitação da chefia da missão diplomática em 1899 à posse como primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos em 1905 e posterior morte, em 1910, Nabuco voltou ao Brasil apenas por um período de quatro meses em 1906. (NOGUEIRA, 2010, p. 259). Durante esse período, ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana, afirmou sua reconciliação com a República em público. Seguindo nessa direção, pensamos, assim como o autor que tal decisão não fora acidental, visto que o pan-americanismo exigia - para a sua plena coerência doutrinária, principalmente para o êxito de Nabuco que estava empenhado em sua realização – “a declaração de um compromisso republicano: a união americana se

faria sob a égide da República, sem nenhuma planta estranha ao continente, o que configurava a Monarquia.” (Idem, 2010, p. 263).

Pensamos dessa forma, pois em sua prática de discursar, Nabuco defendeu que a periodicidade dessas reuniões era parte fundamental da construção da ideia de solidariedade americana.

Pereira (2005) ressalta que quando do convite para ocupar o cargo de embaixador brasileiro em Washington, no ano de 1905, Nabuco não o recebeu com muito entusiasmo, visto que ocupava cargo de adido brasileiro em Londres e desconfiava que a chamada representasse uma mera formalidade. No entanto, ao entregar suas credenciais para o presidente Roosevelt, passou a vislumbrar um horizonte de amplas possibilidades de ação em um cargo inédito. Nosso personagem inclusive chegou a comparar este dia como um grande passo na ordem externa assim como a abolição o fora na ordem interna.

Na visão de Jackson (2010), da qual partilhamos, durante os cinco anos que Joaquim Nabuco exerceu a função de diplomata em Washington, entre 1905 e 1910, este aliou o ofício de escritor a uma estratégia e visão diplomáticas que visavam aos benefícios de uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Nabuco pretendia impor um conceito e uma doutrina de uma civilização das Américas, vinda do Brasil, liderada pelos dois grandes países do continente e sustentada pelas experiências que tiveram em comum na transformação de Colônia à República. Para realizar esta nova política de raiz cultural, Nabuco se valeu de seu vasto carisma pessoal visível nas elegantes recepções na embaixada brasileira em Washington e no seu domínio da retórica, aprimorado nos estudos de Camões, nos discursos abolicionistas e na composição da obra biográfica do pai, o senador Nabuco de Araújo, escrita por ele.

Nabuco atuou na política brasileira com base em um conjunto de conceitos, experiências e convicções que tiveram matrizes variadas, dentre as quais se destacam a referência que fazia à forte influência do pai, o senador Nabuco de Araújo. Em trecho de sua autobiografia, Nabuco escreveu:

> Por onde quer, entretanto, que eu andasse e quaisquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por uma ação mais poderosa [...] essa influência foi a que exerceu meu pai. (NABUCO, 1999, p. 136)

O diplomata baseava-se no que considerava a maior qualidade do pai, que adaptava os meios aos fins e não deixava periclitar o interesse social maior por causa de uma doutrina ou de uma aspiração.

Dentre este conjunto de conceitos, que entendemos aqui como as representações que Nabuco quis fazer circular nos espaços de sociabilidade dos banquetes, discursos e da *Revista Americana,* destaca-se o pan-americanismo como a representação maior, que se desdobra em paz, modernidade, solidariedade e civilização.

Conforme concluído por Pereira (2005), o liberalismo político de Nabuco pode ser apresentado como pano de fundo de suas ideias políticas e o americanismo de Nabuco não deixou de lado o direito internacional e a solução de controvérsias pela diplomacia.

Seguindo nessa direção, Nogueira (2010) analisou a trajetória de Joaquim Nabuco e as faces que o liberalismo foi tomando ao longo da trajetória política do mesmo e chamou a atenção para o fato de que o liberalismo no Brasil assumiu um caráter contraditório visto que o país via a necessidade de adotar padrões ideológicos europeus (em especial os demarcados pelo liberalismo) e ao mesmo tempo adaptá-los a uma realidade que escapava à racionalidade formal daqueles padrões. Muitos eram os paradoxos: a problemática da articulação entre liberdade e propriedade, entre formalismo da lei e democracia social, entre liberdade e igualdade, dentre outros aspectos.

Dessa forma, os valores europeus ganhavam vida apenas no plano retórico, como uma forma de escamotear a questão social e do indivíduo e podava o impulso reformador em troca da moderação e da prudência. O liberalismo era reservado para o terreno fugidio da retórica ou para a esfera imediata da economia. Em relação à política eram autoritários e oligárquicos. Por isso esse autor defende uma classificação em liberal-conservadorismo, pois o liberalismo foi transplantado acentuando sua forma própria de pensar a liberdade condicionada à ordem e separada da democracia bem como o horror a qualquer tipo de radicalismo. Nesse contexto, os intelectuais apresentavam-se com trajetórias ambíguas e tortuosas e

que eram revolucionários numa hora e conservadores em outra, e Joaquim Nabuco se incluía nessa idiossincrasia.

É importante ressaltar ainda que Nabuco fazia parte de um grupo de monarquistas que havia desaparecido da cena política no momento de ascensão de sua carreira. E, portanto, com a proclamação da República, ocorrida em 1899, teve que ser reinserido nos quadros governamentais. O retorno à diplomacia consolidaria a aceitação da República, pois ela retiraria Nabuco do cotidiano político que o desagradava e no qual se sentia hostilizado e isolado, sem condições de engajamento direto e rompido com o monarquismo militante. A diplomacia daria vazão à sua formação de tendência cosmopolita e o situaria em uma dimensão política mais confortável, esvaziada das tensões provocadas pela mudança da ordem interna do Brasil. Além disso, entregar-se aos livros não lhe renderia uma situação econômica confortável à qual ele estava habituado desde a sua juventude.

Ainda de acordo com Pereira (2005), nesse novo momento em que ele se encontrava afastado do Brasil e atuando como diplomata em Washington, o liberalismo de Nabuco assumiu caráter nacional ao atuar pela política externa, exercendo sua empolgação cosmopolita que marcou os tempos de juventude. E ele se tornou americanista, pois a questão prioritária para Nabuco deslocou-se para o campo dos interesses superiores da pátria, ou seja, a inserção internacional a partir da qual o país poderia alcançar níveis melhores de desenvolvimento e civilização, qual seja a aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Do contexto intelectual liberal que marcou a fase da luta pela abolição, reforça uma visão pacífica e solidária do relacionamento entre os povos.

Os conceitos de raça, meio e civilização construídos por ele foram transportados para o contexto internacional. Nossa hipótese é a de que Nabuco reconhecia a propaganda como elemento importante de ação já que fez parte do abolicionismo dirigido à formação de uma opinião pública a partir da divulgação de ideias através dos meios de comunicação da época, a saber, os jornais brasileiros e norte-americanos, os discursos em banquetes e as revistas culturais de público específico. Nesse sentido, ele tinha a prática de fazer circular esses conceitos através de uma retórica pan-americanista. Também são de igual importância as viagens que Nabuco fez à Europa e aos Estados Unidos na década de 1870 já que o expuseram ao

panorama internacional servindo de experiência quando adquiriu seu cargo de embaixador.

De acordo com Bethell (2012), quando do convite para ocupar o cargo de embaixador brasileiro em Washington, Nabuco não o recebeu com muito entusiasmo, visto que ocupava cargo de ministro em Londres e desconfiava que o convite representasse uma mera formalidade. No entanto, ao entregar suas credenciais para o presidente Roosevelt, passou a vislumbrar um horizonte de amplas possibilidades de ação em um cargo inédito. Nosso personagem inclusive chegou a comparar este dia como um grande passo na ordem externa assim como a abolição o fora na ordem interna.

Durante os cinco anos que Joaquim Nabuco exerceu a função de diplomata, aliou o ofício de escritor a uma estratégia e visão diplomáticas que visavam aos benefícios de uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Nabuco pretendia impor um conceito e uma doutrina de uma civilização das Américas, vinda do Brasil, liderada pelos dois grandes países do continente e sustentada pelas experiências que tiveram em comum na transformação de colônia à República.

No arquivo histórico do jornal *The New York Times* podemos encontrar cerca de 27 artigos ou notícias a respeito de nosso diplomata, entre 1905 e 1909. Em 16 de Julho de 1905, este periódico publicou o artigo *Brazilian Minister gives a Naval Banquet,* anunciando que homens da marinha, juntamente com ministros e representantes diplomáticos de seis nações haviam se reunido no Waldorf-Astoria, em um total de 60 convidados. Ainda nesta publicação, grande parte do brinde de Joaquim Nabuco foi reproduzido: *"It is a gigantic growth in which the millions of your people share. […] I hope that any increase in the militant power of a peaceful nation means an increase of its own safety as well as of that of its neighbors."* [2]

Dentre as referências feitas a Joaquim Nabuco no arquivo histórico do *Washington Post,* encontramos 38 notícias, publicadas entre os anos de 1905 e 1910. Trata-se

[2] "é um gigantesco crescimento, do qual os milhões de sua população compartilham [...] Eu espero que qualquer crescimento do poder limitante da paz de uma nação signifique um incremento de sua própria segurança, assim como a de seus vizinhos." Article – Print Headline: "BRAZILIAN MINISTER GIVES A NAVAL BANQUET; Many Officers and Diplomats Guests of Senhor Nabuco. HIS TOAST TO MR. ROOSEVELT Says America's Rise Above All Nations Dates from His Call to the Presidential Chair.". (*The New York Times.* New York, July 16, 1905. Tradução da autora.)

do momento em que Nabuco foi escolhido para ser o representante da embaixada brasileira em Washington (nesta notícia são contados os feitos de Nabuco enquanto diplomata enviado em missões especiais, bem como sua participação no movimento abolicionista) [3]; de nota enviada lamentando a morte do secretário de Estado Mr. Hay;[4] presente em listas de convidados de eventos ocorridos na *George Washington University*,[5] ou ainda porque estava indignado com as perguntas que lhe haviam sido feitas quando de sua entrada pelo porto de *New York* (se ele recebia dinheiro de caridade, se já havia estado em alguma instituição de doentes mentais ou se era polígamo ou anarquista). O jornal frisou que estas perguntas eram recorrentes e que não era procedente a raiva do embaixador brasileiro, visto que outros representantes de nações europeias também haviam passado pelo mesmo procedimento.[6] Igualmente encontramos notícias a respeito das viagens e movimentações pelo continente americano de Joaquim Nabuco[7].

Além disso, também foi possível encontrar reportagem com a Senhora Nabuco, na qual ela fala um pouco dos costumes das mulheres sul-americanas e das melhorias pelas quais havia passado a cidade do Rio de Janeiro, tornando-a encantadora.

> *With such attractions it seems incredible that so few americans come to Brazil, especially when such cordial relations exist between the two nations. [...] Brazil esteems the United States as the most powerful, disinterested and sincere friend we have among the nations. Our republic is modeled after the great northern confederation of States, and our statesmen make a study of all its institution. Then the destines seem to run along parallel lines. Brazil is larger than the United States […] and it's our belief that date has allotted us of the south the same glorious mission which the northern prototype is fulfilling so worthly.*[8]

---

[3] Dr. Araujo Arrives. *New Ambassador from Brazil One of Republic's Eminent Statesmen.* (*The Washington Post – 1877-1922*. Washington, D.C. May 20, 1905.)

[4] Honored by nations. *Universal Regret Shown by Condolences from Abroad. HAY'S DEATH LOSS TO WORLD Esteem in Which Distinguished Statesman Was Held Manifested in Messages Received by State Department, the President, and Mrs. Hay from Sovereigns, Foreign Offices, and Diplomats.* (*The Washington Post – 1877-1922.* Washington, D.C. July 3, 1905.)

[5] George Washington Alumni to Dine. (*The Washington Post – 1877-1922*. Washington, D.C. April 19, 1908.)

[6] Ambassador is Angry. *Brazilian Envoy Refuses to Answer Questions. THINKS THEM IMPERTINENT Mr. Nabuco, Arriving at New York, Declines to Tell Immigration Inspector Whether He Ever Dwelt in Jail, Almshouse, or Insane Asylum, and Whether He Is a Polygamist or an Anarchist.* (*The Washington Post – 1877-1922*. Washington, D.C. Nov. 16, 1906.)

[7] Ambassador Nabuco Goes. *Representative of Brazil to Leave New York for Europe To-morrow.* (*The Washington Post – 1877-1922.* Washington, D.C. May 31, 1907.)

[8] *"Com tantas atrações, parece incrível que poucos norte-americanos venham para o Brasil, especialmente a partir do momento em que existem relações tão cordiais entre as nações. O Brasil estima os Estados Unidos como o mais poderoso, desinteressado e sincero amigo que tem entre as nações. Nossa república é modelada a exemplo das confederações de Estados do Norte, e nossos*

É possível perceber nessa fala um pouco das representações que Nabuco tentava fazer circular, visto que a mesma deixa a entender que assim como os Estados Unidos, o Brasil possuía uma grande missão com as nações vizinhas do Sul do continente. Além de frisar a amizade "desinteressada" dos Estados Unidos.

Encontramos também constantes referências aos nomes dos Nabuco na coluna social do *Washington Post* falando sobre sua intensa participação na vida social das cidades além as inúmeras qualidades dos filhos e filhas de Joaquim Nabuco[9].

Além disso, ainda em 1950, muito depois da morte de Joaquim Nabuco, encontramos registros e notas a respeito das obras publicadas por Joaquim Nabuco, "*her greatest abolitionist and father of Brazil's present Ambassador at Washington".*[10]

Também encontramos referência ao diplomata em texto enviado pelo presidente dos Estados Unidos, Truman no sentido de reforçar as relações existentes entre Brasil e EUA, desde os tempos da independência.

> The United States has been fortunate in having Brazilian friends who have been wise counselors when joint action was called for. The name of Ambassador Joaquim Nabuco, who served in the spirit of your great Foreign Minister, Rio Branco, will always be associated with the maintenance of the Monroe Doctrine within its proper limitations.[11]

---

estadistas fazem estudos de toda sua instituição. Portanto, os destinos parecem correr juntos em linhas paralelas. O Brasil é maior que os Estados Unidos [...] e é nossa crença que a nós do Sul foi atribuída a mesma missão gloriosa que o protótipo do Norte está cumprindo tão dignamente." Senhora Maria Nabuco. *Wife of Joaquim Nabuco, the Brazilian Ambassador, Talks Entertainingly of Her Country -- Of Pure Portuguese Descent, She Speaks Her Native Tongue, Spanish, French, and English with Equal Fluency. SENHORA MARIA NABUCO.* (*The Washington Post – 1877-1922*. Washington, D.C. Feb. 09, 1908.Tradução da autora.)

[9] Social and Personal. *Washington Society Scattered Over Heights and Seas. HOST OF RECENT DEPARTURES City of Asphalt Fairly Emptied for the Remainder of the Season -- Smart Set at Newport and Lenox Setting the Pace for Entertaining -- Half a Dozen Debutantes of the Summer Season. SOCIAL AND PERSONAL.* (*The Washington Post – 1877-1922*. Washington, D.C. July 16, 1905.)

[10] *"o grande abolicionista e pai do atual embaixador do Brasil em Washington."* By CONNIE BURWELL WHITE - Article - Print Headline: "A Literary Letter From Brazil". (*The New York Times Book Review*. New York, May 21, 1950. Tradução da autora.)

[11] *"Os Estados Unidos são afortunados em ter amigos brasileiros que tem sido sábios conselheiros quando chamados a uma ação conjunta. O nome do embaixador Joaquim Nabuco, que serviu no espírito do grande Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, sempre será associado com a manutenção da Doutrina Monroe dentro de suas próprias limitações."* Article - Article - Print Headline: "Text of President's Address in Brazil". (*The New York Times Book Review*. New York, September 6, 1947. Tradução da autora.)

A partir de comemorações do aniversário de Joaquim Nabuco mesmo muito tempo depois de sua morte.[12] Ou em virtude da visita de brasileiros importantes como o senhor Aranha que

> *Recall to some another charming Brazilian, Joaquim Nabuco, a great friend of Elihu Root when he was Secretary of State. Mr. Nabuco was useful to Mr. Root in making friends for him among the Latin-American embassies, and as Mr. Root was the first Secretary of State to visit Latin America. His name symbolizes the visits of some of his successors and the conferences and congresses in which representatives of the northern and southern republics have met.*[13]

Também podemos perceber a popularidade de Joaquim Nabuco a partir do momento de sua morte, que ocorreu inesperadamente na embaixada, na manhã de 18 de Janeiro de 1910, em virtude do rompimento de uma artéria no cérebro.[14] Cada etapa fúnebre foi relatada, incluindo a preparação do navio que levaria o corpo de Nabuco para o Brasil[15]; a saída dos restos mortais do embaixador do território dos Estados Unidos pelo porto de Mayflower[16]; existência de uma névoa em Minas Gerais que impediu a chegada mais cedo do corpo do diplomata em estudo.[17]

Parte da notícia *Requiem for Nabuco,* a respeito do funeral de Joaquim Nabuco, demonstra o carisma e a popularidade do diplomata, que recebeu inúmeras pessoas e coroas de flores:

> *Obsequies for Senor Nabuco, late ambassador to the United States from Brazil, which included a solemn high mass of requiem, intoned in the presence of Archbishop Falconio and other eminent prelates, […] the diplomatic representatives of every nation, the cabinet, members of the United States Supreme Court, and the most distinguished representative of American Legislative, official and civilian life. So numerous were the floral*

---

[12] "*que relembra outro charmoso brasileiro, Joaquim Nabuco, um grande amigo de Elihu Root enquanto este era Secretário de Estado. Mr. Nabuco foi prestativo ao senhor Root no sentido de fazer amigos entre as embaixadas latino-americanas, bem como Mr Root foi o primeiro Secretário de Estado a visitar a América Latina. O seu nome simboliza as visitas de alguns de seus sucessores e as conferências e congressos nos quais os representantes das repúblicas do norte e do sul se encontraram."* Article – Print Headline: "Brazil Honors First Envoy to U.S.". (Special to *The New York Times*. New York, August 20, 1949. Tradução da autora)

[13] WEEK END CABLES FOREIGN CORRESPONDENCE WATCH TOWER LETTERS TO EDITOR - Article - Article - Print Headline: "AN OLD FRIEND". (February 11, 1939.)

[14] SATURDAY REVIEW OF BOOKS - Article - Article - Article - Article - Print Headline: "BRAZILIAN AMBASSADOR DEAD.; Joaquim Nabuco Ruptures Artery of His Brain--His Achievements". (Special to *The New York Times*. New York, January 18, 1910.)

[15] Ready for Nabuco's body. *Cruiser North Carolina to Take the Late Ambassador to Brazil. (The Washington Post – 1877-1922.* Washington, D.C. February 13, 1910.)

[16] To acompany body. *Diplomats Will Go South With Remains of Senor Nabuco. (The Washington Post – 1877-1922.* Washington, D.C. February 19, 1910.)

[17] SATURDAY REVIEW OF BOOKS - Article - Article - Article - Article - Article - Print Headline: "MINAS GERAES FOGBOUND.; Brazilian Battleship Unable to Enter Virginia Capes Till Weather Clears." (March 3, 1910.)

> *offerings, and so massive, they could not be placed close by the catafalque nor before the altar rails.*[18]

Também a este respeito encontramos no *"Washington Post"* notícia lamentando a sua morte e afirmando que Nabuco era

> *for his courtly kindliness, his conciliating diplomacy, his grasp of affairs, his splendid literary ability, but most of all, his warm and attractive personality, Nabuco, ambassador from Brazil to the United States and dean of the Pan-American corps, will be sadly missed. […] and he was the kind of men whose loss will be felt as deeply here in Washington as in his own country. […] Mr Nabuco regime became the center of attraction for many distinguished men […] the friendship of all the statesmen in Washington came to him as naturally as steel to the magnet.*[19]

Em artigo diferente encontramos a fala do diretor do *Bureau of American Republic,* que era próximo de Nabuco e afirmou que sem dúvidas o diplomata foi um dos mais notáveis e refinados homens que representou os países latino-americanos em terras estrangeiras. Adicionou também que ele era um conhecedor excepcional das leis e relacionamentos internacionais além de ser um mestre nas línguas e excelente escritor sobre os mais variados assuntos.[20]

Dessa maneira, não é absurdo supor que Nabuco seduzira aos americanos com suas elegantes recepções nas quais criava ambientes de sociabilidade propícios para fazer circular os conceitos que acreditava ser fundamentais para a realização da necessária aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Além disso, a partir dos

---

[18] *"Funeral do Senhor Nabuco, último embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o qual incluiu uma concentrada massa solene no canto fúnebre, entoou na presença do Arcebispo Falconio e outros prelados eminentes, [...] os representantes diplomáticos de todas as nações, do gabinete, membros da Suprema Corte dos Estados Unidos, e dos mais distintos representantes da América Legislativa, da vida oficial e civil. Tão numerosos foram as ofertas de flores, e tão massivas, que elas não puderam ser colocadas nem próximas do carro fúnebre, nem próximas dos trilhos do altar."* Requiem for Nabuco. *President and Cabinet Attend Funeral of Diplomat. DELUGE OF FLORAL TRIBUTES Obsequies of Brazilian Ambassador to the United States Solemnized in St. Matthew's Church in Presence of Dis-tinguished Assemblage -- Archbishop Falconio Presides in Coppa Magna.* (*The Washington Post* – 1877-1922 – Washington, D.C. January 21, 1910. Tradução da autora.)

[19] *"pela sua cortesia e gentileza, sua diplomacia conciliadora, sua compreensão de assuntos, sua esplêndida habilidade literária, mas principalmente em virtude de sua calorosa e atrativa personalidade, Nabuco, embaixador do Brasil nos Estados Unidos e o mais antigo no corpo diplomático do Pan-americanismo, será tristemente sentido. [...] e ele era o tipo de homem cuja perda será sentida tanto em Washington, como em seu próprio país. [...] a forma de governar de Mr. Nabuco se tornou o centro das atenções para muitos homens distintos. [...] a amizade entre os representantes dos Estados em Washington veio a ele tão naturalmente como o aço vem ao imã."* (*The Washington Post* – 1877-1922 – Washington, D.C. January 18, 1910. Tradução da autora.)

[20] Senor Nabuco Dead. *Brazil's Ambassador Expires in This City. PRESIDENT PAYS RESPECTS Distinguished Diplomat Is a Victim of Arterio-Sclerosis. Had Long Served His Government Both Abroad and at Home -- Was a Master of Languages and a Brilliant Writer. Earnest Advocate of the Cause of Pan- Americanism and an Authority on International Law.* (The Washington Post – 1877-1922. Washington, D.C. January 18, 1910.)

artigos dos periódicos é possível afirmar que a embaixada brasileira se tornara ponto turístico em virtude do magnetismo pessoal de Nabuco e que seu nome foi recorrente nos jornais, que continuaram lamentando a sua não presença por três décadas, da mesma forma como antes noticiavam as festas e conferências.

2 DIPLOMACIA CULTURAL

A diplomacia brasileira mudou durante a Primeira República e teve três tendências: o eixo diplomático mudou-se de Londres para Washington; os diplomatas demarcaram com êxito as fronteiras; e o Brasil passou a representar um papel mais ativo nos assuntos do hemisfério. O Ministro das Relações exteriores, José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco foi o responsável pelo sucesso das mudanças e tendências nos dez anos que coordenou a diplomacia no Brasil – entre 1902 e 1912.

Para tratar a respeito das características das relações internacionais do Brasil durante a Primeira República, nos baseamos no tomo III, volume 9, da obra *História Geral da Civilização Brasileira* (PINHEIRO, 2006) e também nas análises realizadas por Amado & Cervo (2008) e Santos (2010).

Segundo Pinheiro (2006), nas últimas décadas do século XIX, as relações entre Estados Unidos e Brasil se intensificaram, e isso foi de grande importância, visto que os norte-americanos eram importadores de três importantes produtos brasileiros – café, borracha e cacau. As exportações brasileiras passaram a entrar cada vez mais no mercado norte-americano e na primeira década do século XX, os brasileiros venderam mais aos Estados Unidos do que compraram. Entretanto, apesar do excedente de dólares formado no Rio de Janeiro, ocorreu uma dependência cada vez maior deste mercado, o que aproximou o Brasil dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que enfraqueceu os laços econômicos com os ingleses. Essa situação se refletiu nas relações internacionais.

Ainda de acordo com este autor, a política externa durante a Primeira República possuía um considerável número de diplomatas que provinham dos estados cafeicultores do Centro-Sul em relação das Províncias produtoras de açúcar do Nordeste. A elite de ambas as áreas compartilhava interesses comuns como a unidade nacional, a demarcação das fronteiras e o equilíbrio de poder na região do Prata. As diferenças diziam respeito ao eixo diplomático: os barões do açúcar preferiam aproximação com Inglaterra, enquanto a nova elite do café almejava os Estados Unidos. Dessa forma, o interesse internacional do Brasil se deslocou para os Estados Unidos.

De acordo com Amado & Cervo (2008), essa tendência já era reforçada em virtude da visita feita pelo Imperador Pedro II aos Estados Unidos em 1876, quando ambos os países tomaram consciência de suas existências. Além disso, logo após a Proclamação da República os norte-americanos apressaram-se em reconhecer o novo governo. O Ministro brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, atuou nos oito anos que se manteve no posto (1890-1898) no sentido de estreitar as relações entre os dois países.

Seguindo nessa direção, os autores citados acima afirmam que os Estados Unidos manifestaram sua solidariedade ao Brasil republicano durante a revolta naval no porto do Rio de Janeiro em 1893. As manobras da marinha norte-americana em favor do Governo constituído de Floriano Peixoto ajudaram a impedir as tentativas dos rebeldes. A decisão do presidente Grover Cleveland, favorável ao Brasil, na Arbitragem das Missões, em 1895, favoreceu as relações cada vez mais cordiais entre Brasil e Estados Unidos. Fato é que essa estreita relação favoreceu um fundamental objetivo da diplomacia brasileira, que era a demarcação de fronteiras.

De acordo com as análises de Pinheiro (2006), o problema dos limites era antigo e Rio Branco soube resolvê-los de forma hábil. Entre 1893 e 1895, chefiou a delegação especial enviada a Washington para submeter à apreciação do presidente Clevelend, o árbitro, as pretensões do Brasil ao território das Missões, disputado com a Argentina. Este decidiu a disputa em favor do Brasil. Rio Branco também foi escolhido para representar o Brasil diante do árbitro suíço na questão relativa ao Amapá, disputada com a França. Os argumentos do barão prevaleceram e foram acrescentados quilômetros quadrados ao Brasil pacificamente.

Como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco enfrentou situação no interior da Amazônia, na área do Acre, que era rica produtora de borracha. Em 1864 um primeiro acordo – o Tratado de La Paz de Ayacucho – de amizade, comércio e navegação reconhecia o princípio da posse na Independência. Mas na ocasião do *boom* da borracha amazônica, a região se encheu de aventureiros brasileiros que não tinham a pretensão de se sujeitar ao domínio estrangeiro da Bolívia. Estes fizeram duas revoltas, uma em 1899 e outra em 1902, no sentido de anexar a região

ao Brasil, pois os governantes bolivianos insistiam em incluir novos impostos e ameaçar o direito dos brasileiros as terras. (PINHEIRO, 2006)

De acordo com Bueno e Cervo (2008), a região do Acre foi ocupada por nordestinos e em 1899 tornou-se conflagrada quando autoridades da Bolívia, querendo impor sua soberania, estabeleceram uma aduana em Puerto Alonso. O governo boliviano não conseguiu fazer valer a sua autoridade e, no ano de 1901, arrendou, por trinta anos, a região a um consórcio de capitalistas, que pretendia explorar as riquezas naturais daquela área por meio de uma integração de firmas denominada *Bolivian Syndicate.* Tais firmas contavam com figuras de expressão na *Wall Street.* O governo boliviano concedeu a essa nova empresa poderes de exploração do território. A diplomacia brasileira procurou impedir o estabelecimento de uma companhia desse porte em região limítrofe do Brasil, pois caso contrário abrir-se-ia precedentes arriscados uma vez que o território arrendado somente tinha acesso ao Oceano Atlântico pelos Rios da Amazônia. Para evitar eventuais embaraços, o governo retirou do Congresso o tratado de comércio e navegação firmado com a Bolívia.

Como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco enfrentou situação no interior da Amazônia, na área do Acre, que era rica produtora de borracha. Em 1864 um primeiro acordo – o Tratado de La Paz de Ayacucho – de amizade, comércio e navegação reconhecia o princípio da posse na Independência. Mas na ocasião do *boom* da borracha amazônica, a região se encheu de aventureiros brasileiros que não tinham a pretensão de se sujeitar ao domínio estrangeiro da Bolívia. Estes fizeram duas revoltas, uma em 1899 e outra em 1902, no sentido de anexar a região ao Brasil, pois os governantes bolivianos insistiam em incluir novos impostos e ameaçar o direito dos brasileiros ás terras.

O Barão do Rio Branco baseou sua ação em três princípios tradicionais e sem recorrer a árbitros: recusou-se a reconhecer o Tratado de Madri e de San Ildefonso, pois estes não seriam capazes de oferecer uma solução definitiva; escorou-se na doutrina do *uti possidetis,* a posse verdadeira e eficaz do território (o critério seria verificar a nacionalidade dos cidadãos que habitavam a área em litígio); e não adotar a política de realizar conferências multinacionais de limites. (idem, 2006)

Ainda de acordo com Amado & Cervo (2008), o presidente Pando, da Bolívia, acompanhado do ministro de guerra e tropas partiu para ocupar o Acre, mas a pedido do Barão, tropas brasileiras chegaram primeiro para defender a população e ocupar a área. Com o estabelecimento da paz, o Barão começou a negociar por vários meses até que em novembro de 1903, as duas nações assinaram o tratado de Petrópolis, no qual o Brasil ganhava direito ao território, e em troca a Bolívia recebia uma pequena faixa de território, que lhe dava acesso ao Rio Madeira, e, portanto ao Atlântico, garantia perpétua de navegação e dez milhões de dólares. Pinheiro (2006) destacou, no entanto, que o mercado da borracha não tardou a reembolsar o Brasil das despesas consequentes do acordo.

De acordo com Pereira (2005), na tentativa de repelir as *chartered companies,* o corpo diplomático brasileiro jogava com a Doutrina Monroe, visto que parte dessas companhias tinham ligação com os mercados europeus. Portanto, essa atuação se configurava como uma exploração colonial típica. Temia-se que os Estados Unidos acabassem por dar cobertura ao empreendimento contra o Brasil, que detinha o controle dos rios amazônicos.

Com a entrada de Rio Branco no ministério das relações exteriores, a questão tomou rumos diferenciados daqueles que se pretendiam no ministério anterior: transferiu a linha divisória entre os dois países e transformou a região em litigiosa. Fez isso ao perceber o risco que seria o posicionamento dos Estados Unidos a favor dos interesses comerciais das companhias.

Em um primeiro momento, pagou-se uma indenização para que as companhias desistissem do contrato e, seguidamente, o Brasil fez uma permuta de territórios com a Bolívia, cedendo-lhe cerca de 3200 Km^2 e a indenização de 2 milhões de libras-de-ouro, em troca de 191000 Km^2. A incorporação do Acre foi uma compra. Além a indenização, comprometeu-se a construir, em território brasileiro, Ferrovia Madeira-Mamoré, na qual a Bolívia teria livre trânsito.

Em ocasiões como essas, o ministro das relações exteriores viu na neutralidade norte-americana o seu grande trunfo na resolução do conflito de limites territoriais. Deflagrar qualquer conflito de interesses com os Estados Unidos poderia enfraquecer a posição brasileira perante a Europa. A criação da Embaixada deve ser

vista, portanto, como um recurso de buscar garantir essa convergência de posições pela aproximação diplomática, servindo como complemento para dissipar indisposições provocadas pelos países latinos.

Rio Branco tinha a convicção de que a materialidade de uma aproximação com os Estados Unidos aumentaria a capacidade de manobra do Brasil no jogo diplomático sul-americano. Dessa forma, pensava dotar o Brasil da capacidade de defender apropriadamente os seus interesses, atuar autonomamente no meio internacional e negociar a paz.

Santos (2010) se dedicou a analisar a construção da identidade internacional do Brasil desde o processo de independência até a República. Ao longo das constatações ele defende que apesar da identidade internacional do Brasil ter sido formulada desde a independência, e ter adquirido características distintas, sempre teve como referência fundamental a América. No entanto, teria sido a partir da proclamação da República que as definições da política externa brasileira foram consolidadas: a vocação pacífica e não intervencionista do Brasil e a vocação multilateral, no contexto do pan-americanismo e nas iniciativas universais. (Idem, p. 190)

Esses contornos da diplomacia brasileira apontados pelo autor também foram retratados nas representações que Joaquim Nabuco fez circular a partir dos discursos em que ressaltava a aproximação necessária entre Brasil e Estados Unidos. Tais representações de paz, não intervencionismo e multilateralismo tem sentido e função que transcendem seus sentidos em si. Isso é, juntas representam a intencionalidade dessa aproximação entre as duas nações. Dessa forma, podemos afirmar que o diplomata estava em consonância com o projeto maior da construção da identidade internacional.

Nesse sentido, o Estado brasileiro teve uma função fundamental no processo de aproximação internacional: “o de assegurar e facilitar o fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si” (RIBEIRO, 1989, p. 24) e aproveitar dos canais naturais de comunicação para atribuir uma dimensão cultural às relações diplomáticas entre os Estados. Podemos perceber que a atuação de Joaquim Nabuco teve esta dimensão, visto que ele falava dos aspectos culturais das

nações e participava do cotidiano dos norte-americanos, oferecendo banquetes e se relacionando com figuras locais proeminentes – Nabuco era figura frequente nos periódicos de Washington e de New York.

Ainda de acordo com Santos (2010), durante o Império, a construção da identidade nacional brasileira se fez em oposição ao conceito de América que estava sendo propagado pelas repúblicas vizinhas do Sul. A independência das Treze Colônias teria marcado uma importante ruptura com o universo ideológico do Antigo Regime – as novas repúblicas foram criadas sob o signo da contestação das ordens dinásticas e hierarquias. Nesse processo de elaboração de suas identidades próprias, os novos países americanos conceberam uma nova ideia de América, que a concebia como um continente distinto e superior à Europa justamente em virtude da diferença de suas instituições públicas.

Joaquim Nabuco fazia parte dessa tendência, pois de forma recorrente, apontava o continente americano como um fruto único das imigrações europeias em “solo” diferenciado e defendia a necessidade de promover uma aproximação entre a maior parte das nações americanas, no sentido de desenvolver o continente. O caráter americano, que seria a unidade decorrida da similaridade dos modos de vida, também seria o símbolo do rompimento colonial e com o imaginário do Antigo Regime.

Esse caráter fora explorado por todos os países do continente com exceção do Brasil, que se diferenciou decisivamente de seus vizinhos americanos por causa da opção pela forma de governo monárquico. A América representava para o Império brasileiro o outro irreconciliável, visto que o Brasil se colocou ideologicamente ao lado das potências europeias (SANTOS 2010).

Concordamos com Santos (2010) que, a partir da proclamação da República, no entanto, ocorreu certo abandono do antiamericanismo que marcou a política imperial. Quebrou-se a política de distanciamento das conferências interamericanas, a delegação brasileira que estava em Washington teve a chefia trocada e foi orientada a dar um espírito americano nas negociações. O marco simbólico dessa mudança de paradigmas foi a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada. A escolha do Barão do Rio Branco para ocupar a nova

embaixada recaiu sobre Nabuco, que era monarquista convicto e cuja visão da Europa como centro da civilização, era muito conhecida.

Ainda de acordo com Santos (2010), o divisor de águas para a substituição da hegemonia inglesa pela estadunidense na América Latina foi a intervenção dos Estados Unidos na questão de fronteira entre a Venezuela e a Guiana Inglesa no ano de 1895. Na pratica, formaram-se no continente americano dois subsistemas, a saber, um em torno do Caribe, que incluía o norte da América do Sul.

Seguindo nessa direção, Amado & Cervo (2008) e Santos (2010) afirmam que ao Sul do continente formou-se outro subsistema dependente dos Estados Unidos em menor medida e ligado ideologicamente por meio do pan-americanismo que era constituído por Brasil, Argentina e Chile. Nesse sentido, as conferências pan-americanas tiveram um papel importante no sentido de articular esses dois subsistemas, como veículo para a legitimação da influência dos EUA por meio do princípio da solidariedade hemisférios. Não é absurdo afirmar que Nabuco era sabedor desses objetivos e discursava no intuito de promover essa aproximação através de uma retórica pan-americanista.

Entendemos retórica neste trabalho, concordando com Reboul (2004) como um discurso persuasivo que tem o objetivo de levar a crer através de uma escolha cuidadosa de palavras, argumentos e maneiras de se expressar.

As conferências pan-americanas ocorreram no México em 1902, no Rio de Janeiro em 1906 e em Buenos Aires no ano de 1910. O pan-americanismo serviu, dessa forma, de ideologia unificadora com base em um suposto isolamento do hemisfério e na identidade de regimes políticos e de justificativa moral para a hegemonia estadunidense no continente. A partir da primeira conferência pan-americana, as discussões passaram a ter como centro as iniciativas estadunidenses e Brasil adotou posições muito próximas a esse país.

2.1 O MOVIMENTO PAN-AMERICANO

No alvorecer do século XX, os Estados Unidos surgiram como uma potência mundial, em virtude de, já no século XIX serem considerados o primeiro país

industrial e manufatureiro do mundo. Tal posição garantiu-lhes espaço na corrida imperialista que caracterizava a América Latina como a sua área lógica de expansão política e comercial. Esse desenvolvimento industrial desencadeou um movimento progressista que possibilitou a ascensão de Roosevelt e outras personalidades que dominaram o cenário político daquele país.

Naquele contexto, segundo Pereira (2005), reeditou-se a Doutrina Monroe em duas frentes: i) uma agressiva que pretendia determinar a sorte dos países que infringissem as regras de segurança norte-americana, como prevenção contra ingerências europeias, e, ii) uma linha menos hostil que utilizava essa doutrina como filosofia aglutinadora do pan-americanismo, para amenizar as descortesias provocadas pelos ensaios imperialistas da primeira frente.

Nesse quadro internacional, Rio Branco, o então ministro das Relações Internacionais do Brasil, sabedor das estratégias implícitas na filosofia do pan-americanista, utilizou como argumento as comparações possíveis entre os dois países (território, população e diferença com os países vizinhos) para apoiar grande parte das pretensões americanas no continente. Fez isso quando percebeu a utilidade de ter esse país a favor ou, pelo menos, não contra a resolução de possíveis conflitos territoriais com países vizinhos ou mesmo com países do velho continente.

De acordo com esse mesmo autor, esse posicionamento, no entanto, não significou um descarte das relações com os países sul-americanos e Europa. Rio Branco buscou utilizar esta aproximação como trunfo na viabilização de interesses nacionais como a solução de litígios fronteiriços, o alcance de uma preponderância do Brasil na América do Sul, o prestígio e reconhecimento mundial, bem como a garantia do modelo agroexportador pela intensificação do comércio cafeeiro, pois afinal os Estados Unidos eram os nossos maiores compradores.

A criação da primeira embaixada brasileira em Washington, em 1905, constituiu a materialização do relacionamento preferencial que o então ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, projetava ter com os Estados Unidos. De acordo com Amado & Cervo (2008), é fato que essa aproximação já se dava anteriormente, através de um movimento nacional mais amplo que remontava ao final do Segundo Reinado,

mas, apenas a partir da proclamação da República, consolidou-se o ideal de aproximação com países americanos com o intuito de se distanciar de representações criadas pela monarquia.

A lógica desse projeto se baseava no pressuposto de que, sendo a República uma evolução do Novo Mundo, não fazia sentido vincular o país à Velha Europa. Tornou-se imperativo repensar a inserção internacional do Brasil a partir do próprio continente, pressupondo uma fraternidade entre os países americanos. Contudo, essa tendência se atenuou na medida em que se impôs uma realidade diferente daquela que havia sido idealizada, em virtude de interesses nacionais distintos e concorrentes entre as unidades nacionais.

Enquanto este processo de conscientização estava em curso, os Estados Unidos atuaram de modo hábil para marcar terreno econômico e político importante no Brasil, primeiro com a obtenção do Convênio Aduaneiro de 1891 e, segundo, aproveitando-se dos acontecimentos da Revolta Armada de 1893, no sentido de prestar proteção contra o Antigo Regime. Tais conquistas norte-americanas foram importantes para a consecução do projeto americano, pois, como se pode ver a seguir, os Estados Unidos tinham o intuito de aproximar o Brasil do círculo de intervenção norte-americano.

Ao destacar os passos da aproximação entre os países Brasil e Estados Unidos, Hélio Lobo (1917), a saber, o posicionamento do Brasil a favor da manutenção do Alabama, a visita imperial aos Estados Unidos, a abolição da escravatura, o autor também destaca a importância do Convênio Aduaneiro de 1891 no sentido de aproximar os dois países:

> E um convênio commercial concluio-se logo depois (da Proclamação da República. Tendo o Congresso dos Estados Unidos adoptado uma nova lei de tarifas, que estabelecia a entrada livre para certos artigos como o café e o assucar, procurou Blaine, Secretario de Estado, entender-se com o Ministro da nova República em Washington, Salvador de Mendonça, a fim de obter igual tratamento para facturas e produtos americanos importados no Brasil. Do entendimento mutuo resultou o chamado convênio aduaneiro de 1891. [...] A' lista, então convencionada, dos artigos de entrada livre no Brasil, se juntou uma outra dos que soffriam 25 por cento de redução. (LOBO, 1917, p. 217-218)

Este mesmo autor ainda destaca que logo após ocorreu um pequeno incidente em relação ao convênio, que logo foi resolvido. Isso porque assim que foi promulgada a

Constituição de 24 de Janeiro de 1891, as antigas províncias brasileiras foram dotadas de maior autonomia e, por isso, entre suas manifestações, se incluiu a declaração de impostos: os estados de Pernambuco e Bahia violaram o Convênio ao decretar direitos adicionais. Mas logo o Governo Federal anulou as taxas sob a justificativa de que se tratava de um acordo internacional de força obrigativa. Mas o convênio estava condenado pois o aumento da exportação dos produtos brasileiros foi muito maior que o dos produtos norte americanos e logo foi proposto um novo acordo em 1897, pela Casa Branca, que determinou a taxação de produtos como o café.

Dentre os autores que analisaram a política externa brasileira, devemos destacar os trabalhos de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2008, p. 137), que afirmaram que as grandes linhas da política externa brasileira de Rio Branco foram "[...] a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, a restauração do prestígio internacional do país, a intangibilidade de sua soberania, a defesa da agroexportação e a solução de problemas lindeiros". Rio Branco, em continuidade com o que fora inaugurado com a República, desenvolveu uma política que tinha como um de seus principais componentes a íntima aproximação aos Estados Unidos, mas que não foi efetivada como um alinhamento automático.

Consoante com a interpretação desses autores, o estreitamento das relações com os Estados Unidos atendia aos interesses das oligarquias dominantes do sistema político brasileiro. Em contrapartida, a amizade do Brasil convinha aos Estados Unidos pela sua posição estratégica, já que a Argentina mantinha estreitos vínculos com a Grã-Bretanha, pelo potencial de seu mercado e possibilidades de investimento, repelindo a aproximação norte-americana.

Ainda a respeito dessa aproximação, os autores afirmam que Rio Branco foi levado a ver a Doutrina Monroe como oportunidade de defesa territorial do Brasil devido à influência norte-americana no concerto internacional. Afinal, a questão da perda de território brasileiro para a Inglaterra era recente e mostrava que o Brasil não tinha condições de disputar limites com os países europeus.

O conceito de proteção do hemisfério contra agressões extracontinentais foi retrabalhado pelo então presidente norte-americano Roosevelt, de forma que

dissimulasse a política de coerção contra os Estados latino-americanos. Como contrapartida, os Estados Unidos garantiam à Europa que as nações da América, sob sua supervisão, preservariam a ordem pública e manteriam seus compromissos em dia. De acordo com esta nova versão da Doutrina Monroe, conhecida como Corolário Roosevelt, aos norte-americanos estava reservada a tarefa de dirigir os povos menos competentes, o que Rio Branco não questionou. Tanto Rio Branco quanto Nabuco, embora cada um ao seu modo e expressando-se por meio de linguagens diferentes, reconheciam os Estados Unidos como o centro de um subsistema internacional de poder. Nabuco ressaltou o papel da aproximação entre as duas nações no sentido de estabelecer a paz continental: os Estados Unidos em virtude de sua influência no cenário internacional, e o Brasil retirando a desconfiança das nações vizinhas em relação à esta potência.

De acordo com a interpretação de Cervo e Bueno (2008), Rio Branco, com sua visão realista, percebia o peso dos Estados Unidos na nova distribuição do poder mundial e o fato de que a América Latina estava em sua área de influência. De acordo com este, o Brasil não tinha alternativa ao estreitamento das relações com os norte-americanos, descartando a possibilidade de uma aproximação com uma potência Europeia. A amizade norte-americana não só assumia um caráter defensivo-preventivo, como lhe permitia jogar com maior desembaraço com os seus vizinhos. Ainda de acordo com esta interpretação, Nabuco defendia que os Estados Unidos lideravam a criação de um continente neutralizado para a paz, livre e inacessível das influências europeias.

Dentre os autores que analisaram as relações entre intelectuais e política, devemos destacar as análises feitas por Helder Gordim da Silveira (2000), que defende que Nabuco e Oliveira Lima foram intelectuais que mobilizaram seu poder individual sobre o conjunto do campo cultural, considerando suas respectivas posições dentro de instituições específicas como as faculdades de Direito de São Paulo e Recife, órgãos da Imprensa Periódica e Academia Brasileira de Letras.

Segundo Silveira (2000), a produção de Joaquim Nabuco foi preponderantemente voltada para a análise de fenômenos políticos, em perspectiva ensaística, particularmente discursando sobre questões de política internacional, o que o caracteriza como autoridade na questão. Sua posição privilegiada no campo político,

primeiramente, no Parlamento durante o Império e, posteriormente, como embaixador brasileiro nos Estados Unidos fez dele um agente executor, ainda que com um ponto de vista diferenciado a respeito do novo regime, o que reforçou as posições de poder e autoridade já referidas.

Ao analisar a conjuntura da sociedade internacional constituída entre as décadas finais do século XIX e a Primeira Guerra, este mesmo autor defende que se destacaram, naquela conjuntura, os mecanismos pelos quais se processava o aprofundamento do processo de globalização e a constituição de uma estrutura de poder mundial multipolar.

Quanto ao Brasil, foi enfatizado o confronto no plano ideológico entre a americanização republicana e o europeísmo conservador. Tal confronto associava-se aos embates políticos internos quando da consolidação do novo regime. A estabilidade da República condicionou o enfraquecimento do europeísmo à proporção que fortaleceu o paradigma emergente da americanização, que se tornou dominante a partir das ações políticas de Rio Branco.

Segundo Pereira (2005), o movimento de estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos data do início da República (1889). Em períodos anteriores houve eventos que começaram a demonstrar uma tímida aproximação, como pode ser citado o exemplo de quando o Brasil reconheceu e corroborou a Doutrina Monroe e os Estados Unidos reconheceram nossa independência. No entanto, com o passar dos anos, as relações se esfriaram em virtude de acontecimentos nos dois países – os EUA estavam focados na ampliação territorial proposta pelo Destino Manifesto em meados do século XIX, e até aquele momento, nenhuma das partes envolvidas teve a preocupação de enviar diplomatas proeminentes para ocupar as alegações brasileira e norte-americana. Os grandes gastos na montagem de embaixadas e presença de intelectuais ilustres estavam reservados aos postos europeus. Tais demonstrações de uma maior aproximação só começaram a se tornar efetivos a partir do século XX.

Por um longo período de tempo, o que vigorou entre EUA e Brasil foi reserva e introspecção. O espírito de cordialidade entre os dois países só se mostrou efetivo ao final do Império.

A partir da leitura das atas do Senado foi possível encontrar expressões dessa introspecção e mesmo desconfiança em relação aos Estados Unidos. Em 11 de Dezembro de 1828, o imperador assinou tratado de Amizade, Comércio e Navegação com os Estados Unidos e igual tratado com os países Baixos.[21] Em 9 de Novembro de 1832, foi feita uma reclamação por parte dos Estados Unidos a respeito da retenção da Escuna Adams. Esta fora represada no Rio da Prata pela Esquadra Imperial e ficou decidido o pagamento de indenização por parte dos almirantes que tomaram este procedimento.[22] Não encontramos registro a respeito da Doutrina Monroe nessas atas.

Entre 1842 e 1850, nas Atas do Conselho de Estado Pleno, foi possível perceber que a fase das relações entre Brasil e Estados Unidos foi de incompreensão e de tentativas de imposições de normas que o Brasil não queria aceitar, ainda que viesse de nações mais fortes. Neste intervalo o Brasil manteve-se na posição de não assinar tratados com Grã-Bretanha e Estados Unidos. Somente no início da República os últimos vieram a conseguir a assinatura de um tratado comercial com o Brasil. Em 2 de Março de 1843 foi-se discutido a respeito da embarcação norte-americana Mary, apreendida em porto brasileira e condenada pelo crime de contrabando de barris de pólvora estrangeira.[23]

Ainda no período citado acima, destacou-se a discussão a respeito da assinatura de convênios com a Inglaterra que fossem coniventes com o Ato Bill Aberdenn. O Brasil não queria fazê-lo, mas, o governo britânico estava deliberado a fazer uma repressão por si mesmo visitando, detendo, e julgando embarcações brasileiras, entrando em nossos portos, queimando navios e destruindo qualquer resistência que surgisse. O Conselheiro Visconde de Abrantes sugeriu que não seria prudente rejeitar ajuda dos Estados Unidos, se fosse oferecida;[24] Visconde de Olinda afirmou que o Ministro Americano não tinha forças para se posicionar;[25] Conselheiro Lopes Gama optou por uma tentativa de convênio com os Estados Unidos, visto que as nações eram conhecedoras das práticas desumanas dos navios brasileiros

[21] Atas do Conselho de Estado. Segundo Conselho de Estado. 1823-1834, p. 60
[22] Idem, p. 121.
[23] Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado. 1842-1850, p. 20.
[24] Idem, p. 113.
[25] Idem, p. 111.

traficantes de escravos e nenhuma delas via com bons olhos estas práticas.[26] O Conselheiro Paulo Souza se posicionou da seguinte maneira:

> Adotando-se o arbítrio da proposta de uma nova convenção como antes lembrara, disse-lhe que parecia-lhe útil aceitar, e mesmo procurar os bons ofícios de Governos de Nações Poderosas, que simpatizem com o Brasil, com preferência dos da Rússia, Estados Unidos Norte-Americanos, únicos, que têm valor perante o Governo inglês; e se esta já nos ameaça com ocupação de parte de nosso território, nesse caso, parecia-lhe que não nos faltaria o governo Norte-Americano, que tem tantas vezes anunciado ao mundo, que não toleraria ocupação nova de qualquer parte da América por Potência Europeia.[27]

O Conselheiro Limpo de Abreu lembrou que existia tratado celebrado entre Grã-Bretanha e Estados Unidos, assinado em 1842, em que esta última nação se comprometeria a dirigir representações em locais onde houver tráfico de escravos a fim de reprimi-lo.[28] Nesse sentido, seria inútil esperar um posicionamento por parte dessa nação.

Nas atas do Senado de 1854, a navegação do Rio Amazonas foi amplamente discutida. O parecer, datado de 17 de Janeiro deste mesmo ano, sobre a navegação do Amazonas, foi um trabalho em que Paulino estudou as doutrinas dos escritores de Direito das Gentes, sobre as navegações dos rios; fez o histórico da questão e de outros casos semelhantes como o do Mississipi e do São Lourenço e aponta os motivos que levaram as principais potências a decidir questões como a do Amazonas de acordo com os seus interesses.[29] O autor reconhecia que era impossível paralisar a opinião internacional de que o Amazonas deveria ser navegável, no entanto, o Brasil poderia se colocar na posição de conceder a navegação mediante certas garantias. A questão da navegação do rio Amazonas havia sido suscitada pelo Peru e Estados Unidos.

De acordo com a opinião do Ministro da Corte norte-americano, o senhor Trousdale, insistiu na abertura do Amazonas, visto que seu governo considerava que os ribeirinhos apenas tinham o direito de regular a navegação dos rios que possuem em comum, não podendo excluir delas as demais nações, visto que os grandes rios deveriam ser considerados como mares abertos pelo direito natural ao comércio do mundo.

---

[26] Idem, p. 114.
[27] Idem, p. 116 - 117.
[28] Idem, 117.
[29] Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado. 1850-1857.

O governo peruano considerava o rio Amazonas de propriedade de ambos os países e estendia o direito de navegação aos países com os quais possuía relações comerciais. O governo dos Estados Unidos, em virtude de convênio que possuía com o Peru, se via no direito de navegar uma parte do litoral daquele rio pertencente ao Peru e tem o direito de navegar o Oceano, portanto, deveriam ter o direito de navegar o intermédio que os separa (no caso, o rio Amazonas).

Usando o Direito das Gentes como base, afirmou que as nascentes dos rios não determinam sua propriedade, que as nações tem propriedade sob a extensão dos rios que correm em seu território, que ela pode negar passagem a nações que queiram passar por seu território.[30] Dessa forma, ficou decidido, em acordo com o governo do Peru, que ficou limitada a navegação e o comércio brasileiro ao ponto de Nautá e foi restringida a navegação e comércio peruano até o ponto que ficar para baixo de Tabatinga.[31] Ficou decidido que a navegação do Amazonas deve pertencer exclusivamente aos respectivos ribeirinhos e o governo peruano não poderia admitir outras nações a navegarem uma parte do litoral do Amazonas sem audiência e acordo com o Brasil.[32]

Além disso, em 1833, o governo boliviano oferecera prêmio em dinheiro àquele que violasse território brasileiro através da navegação do Rio Amazonas.

> Em 1845 ordenou o Governo de Bolívia que baixasse pelo Madeira e Amazonas até o Pará uma flotilha de 15 canoas e lanchas, dirigidas por um tenente-coronel boliviano, e isso sem permissão prévia do Governo do Brasil, que julgava desnecessária. [...] Em 1850 ordenou às suas autoridades que auxiliassem uma comissão científica que deveria vir da França pelo Amazonas em um barco de vapor até Bolívia. [...] Finalmente, pelo Decreto de 27 de Janeiro de 1853 declarou livres para o comércio e navegação mercante de todas as nações do globo as águas dos rios navegáveis que, correndo pelo território boliviano, desembocam no Amazonas e no Paraguai. Declarou portos francos e abertos ao tráfico e navegação de todos os navios mercantes, qualquer que seja sua bandeira, procedência [...] vários pontos, alguns dos quais não estão em seu território.[33]

[30] Idem, p. 81.
[31] Idem, p. 80.
[32] Idem, p. 92.
[33] Idem, p. 94.

A publicação de tais atos na imprensa francesa, inglesa e principalmente norte-americana, deixou claro que estes agentes internacionais excitavam bolivianos a agir dessa maneira, com a aprovação ou não do Brasil.[34]

Além disso, as tentativas feitas pelos Estados Unidos para se introduzirem no Amazonas eram muito anteriores às tentativas do Brasil se entender com os ribeirinhos. Em 1826 organizou-se em Nova Iorque uma companhia que se propunha a navegar o Amazonas por barcos de vapor. Esta pretensão apresentada à Câmara do Deputados do Brasil não fora atendida. No entanto, nova Companhia, com o mesmo intuito começava a se organizar em Washington em 1845 e ao mesmo tempo, os agentes diplomáticos insistiam no assunto da exploração e navegação do Amazonas. Alegavam que não apenas o Brasil deveria explorar aquelas riquezas e que os Estados Unidos estavam prontos a fazer qualquer despesa para tornar possível aquela navegação.[35]

Era certo, portanto, que o governo americano procurava explorar por sua conta os limites do rio Amazonas e que isso envolvia como consequência necessária a pretensão de livre navegação para sua bandeira.

O mesmo autor ainda afirmou que

> dá-se nos Estados Unidos o fenômeno que com o andar dos tempos aparece nas democracias, principalmente quando se tornam fortes e ambiciosas, o enfraquecimento das noções de direito e justiça, e a subordinação da moralidade à vontade de todos. A influência comercial dos Estados Unidos em Haiti tem ultimamente adquirido tais proporções, que segundo os dados publicados pelo Ministério do Comércio em França, ameaça excluir das costas daquela ilha as mercadorias e navios da Europa. A recente guerra dos Estados Unidos com o México criou neles uma nova classe de aventureiros militares, que depois de haverem percebido durante a guerra avultados soldos, e colhido dela grandes vantagens, inabilitaram-se para voltar à vida civil e ocupações regulares. [...] Os voluntários que fizeram a campanha do México, tendo já dispendido nos Estados Unidos os lucros que dela tiraram, almejam novas ocasiões de se encherem.[36]

O mesmo autor destaca severamente que caso o norte-americano chegasse a conquistar território do Amazonas, não se misturaria à população ribeirinha além de

[34] Idem, p.95
[35] Idem, p. 95-97.
[36] Idem, p.98.

impedir o surgimento de uma indústria local, em virtude de seu já desenvolvimento tecnológico daquele momento.[37]

Ainda afirmou a questão das fronteiras designadas vagamente, cuja fixação dependia de demarcações:

> Se o Peru for o primeiro a povoar essas paragens, e se as não povoarmos também, terão da nascer daí graves dificuldades, e conflitos naquelas demarcações. Estão pendentes e sem solução nossas questões de limites entre as Guianas Inglesas e Francesa, e quanto mais se demora, mais se dificultará. É evidente que a Inglaterra e a França têm em vista o acesso a rios, que lhe deem entrada no Amazonas, a fim de alegarem os direitos de ribeirinhos.[38]

A partir dessa leitura, portanto, é possível perceber que os Estados Unidos, França e Inglaterra significavam ameaças especialmente em relação às questões de fronteiras. A navegação no rio Amazonas foi amplamente discutida nesse período e os deputados que o fizeram, deixaram clara a necessidade de povoar os territórios ribeirinhos a fim de que outras nações não o fizessem primeiro, fortificar e defender a região e definir fronteiras definitivamente com outras nações. Nesse sentido, especialmente os norte-americanos, tentaram persuadir os países vizinhos ao Brasil a liberar a navegação de forma que não houvesse justificativa para que o Brasil não tivesse a mesma ação.

A respeito da questão, em 7 de Dezembro de 1866, os rios Amazonas, Tocantis, Tapajós, Madeira e Negro foram abertos à navegação dos navios mercantes de todas as nações – a diplomacia imperial procurou fazer acordos com as nações vizinhas e interesadas no rio, adiando a sua abertura em 16 anos. Entre os conselheiros, a questão da abertura do rio Amazonas era inevitável, divergiu-se apenas quanto à extensão dessa concessão, e se ela deveria ou não ser precedida de ajustes, tanto de navegação, quanto de limites com os ribeirinhos superiores.

A questão da maneira como os Estados Unidos eram vistos começa a tomar outras nuances em 1874, quando este nos deu ganho de causa em uma importante questão de limites entre Brasil e Argentina, na zona missioneira. Nessa época, o presidente dos Estados Unidos era George Clevelend e o Brasil se inclinava pela solução do arbitramento - em que os norte-americanos seriam os árbitros naturais

---

[37] Idem, p. 99.
[38] Idem, p. 99.

do continente. Como se tratavam de questões inteiramente americanas, não seria interessante chamar potência europeia para resolver a questão. Notamos nos discursos presente na ata de 1874, uma predominante referência à Doutrina Monroe. Menção não feita em anos anteriores a este.[39]

Isso corrobora com nossos objetivos, pois demonstra que em momentos anteriores os Estados Unidos tiveram interesse em parte do território amazônico, e tentaram manipular os nossos vizinhos do Sul no alcance de seus objetivos, a saber; a navegação do rio Amazonas. Nesse sentido, não eram infundadas as preocupações de Nabuco e Rio Branco nas questões fronteiriças.

Pereira (2005) ressalta que foi a partir do século XX que os EUA passaram a buscar com maior interesse a América Latina, especialmente o Brasil, com a intenção de explorar e aumentar mercados consumidores e de equilibrar sua balança comercial. No momento histórico relatado anteriormente, prevaleciam no Brasil as tarifas liberais, que eram favoráveis aos interesses econômicos externos tanto quanto à economia agrícola nacional. No entanto os ingleses e norte-americanos se sentiam incomodados com a liberdade política do Brasil em fixar soberanamente a tarifa e estes eram desejosos de ver reestabelecidas regras contratuais do início do século. Ao final do Império, como o governo não cedera às reivindicações dessa natureza desde o fim dos tratados da época da independência, o governo norte-americano deslocou a questão para o âmbito do pan-americanismo. A monarquia ainda assim não cedeu, e somente após a sua derrubada começou a franquear a economia e a política brasileira aos interesses norte-americanos.

As relações entre Estados Unidos e Brasil eram conduzidas em meio a contradições ocasionais: a forma de governo monárquico não era apreciada frente à elite política norte-americana, mas a singularidade de ambos frente ao bloco hispânico (que pode ser caracterizada como de desconfiança e indiferença pelo pan-americanismo) e a resistência à preeminência inglesa aproximavam-nos. Somado a tal fato, por determinado período, entre o final do Império e o início da República no Brasil, ambos praticavam uma política expansionista regional; os atritos na área diplomática eram facilmente solucionados na cúpula dos governos, em nome de conveniências políticas e econômicas. Além disso, o governo brasileiro passou a considerar de

[39] Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado. 1874-1875.

grande utilidade as boas relações bilaterais para manter as vantagens do comércio, sem riscos de retaliações ou pressões descabidas; alinhavam-se, pois, as relações para um tipo mais pragmático e útil do lado brasileiro, que zelava pela autonomia e dignidade da diplomacia imperial.

As relações foram administradas pelo governo brasileiro de forma cautelosa e pragmática ante objetivos concretos e permitiu: manter e ampliar a exportação de café; situar o governo norte-americano em condições de não ingerência direta nas ações brasileiras sobre o Prata; dissuadi-lo de apoiar diretamente a ocupação da Amazônia; abrir a economia brasileira para seus inventos e investimentos e não ceder privilégios por um novo tratado que viesse restringir a soberania das decisões externas.

Em relação ao café, pode-se ter dimensão das trocas comerciais efetuadas entre EUA e Brasil a partir da leitura de ofício enviado por Nabuco ao ministro Rio Branco, em que fala a respeito do retrospecto financeiro e comercial dos Estados Unidos, durante o ano de 1905, publicado pelo jornal *New York Herald*:

> Os Estados Unidos receberam, em 1905, café no valor de $85.000.000, tendo o Brasil, ele só, fornecido o produto na importância de $64.000.000. A borracha recebida no país atingiu o valor de $50.000.000. Destes, $30.000.000 são da borracha proveniente da América do Sul, sendo que $28.500.000 é a cifra do valor da borracha mandada pelo Brasil.[40]

Amado & Cervo (2008) asseveram que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina passaram no século XIX por três fases: i) em um primeiro momento, a presença norte-americana foi relativamente intensa com o objetivo de estreitar os vínculos políticos e comerciais, como uma maneira de impedir a preponderância europeia; ii) após essa forte atuação norte-americana, houve um esfriamento das relações dos dois lados, e, dessa forma, desde 1826 até o final da guerra de secessão, prevaleceria um distanciamento necessário para que os EUA se concentrassem em sua organização interna; iii) e por fim, com a vitória do norte sobre o sul, o fim da escravidão e o progresso interno, a imagem dos Estados Unidos foi recriada entre intelectuais e políticos latino-americanos, ressurgindo dessa forma o ideal pan-americano, que os Estados Unidos logo tentariam usar para fim real, que era seu comércio de exportação.

---

[40] Ver ofício n. 2 de 18 de Janeiro de 1906.

Esses mesmos autores ainda destacam que o movimento pan-americanista contou, no século XIX, com duas vertentes originais: a norte americana, consubstanciada no monroísmo; e a bolivariana, explicitada no congresso do Panamá. Dessa forma, o Congresso do Panamá, idealizado por Simon Bolívar teve por objetivo articular uma confederação hispano-americana. Os objetivos se fundamentaram na Carta Jamaicana. Estiveram presentes os representantes do México, da Federação Centro-Americana, da Grã-Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador) e do Peru (incluindo, então, a Bolívia). Registrou-se a ausência dos demais países independentes no continente, a saber: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil, Estados Unidos da América e Haiti. O próprio Bolívar, que propusera o encontro, não compareceu, uma vez que se encontrava como interventor no Peru, à frente de uma força de seis mil homens da Colômbia, onde demorou até setembro de 1826. A preocupação dos signatários, recém-emancipados à época, era com uma possível intervenção da Espanha visando a recolonização, considerando as futuras emancipações de Porto Rico e de Cuba, bem como o fortalecimento conjunto frente a outras nações, como os Estados Unidos da América e o Brasil.

De acordo com a interpretação de Pereira (2005), ao longo deste século, o monroísmo deixou de ser interpretado como uma doutrina de interesse continental e passou a ser considerado como uma doutrina de interesse nacional destinada a fundamentar o expansionismo ianque, juntamente à teoria do Destino Manifesto. Essa percepção fortaleceu-se quando o presidente James Polk restringiu sua aplicação ao continente norte-americano para servir ao expansionismo territorial em curso. Contemporâneo a este movimento, em virtude do momentâneo afastamento dos Estados Unidos, o pan-americanismo converteu-se momentaneamente em pan-latinismo, movimento cuja finalidade principal seria a união do continente, excluindo-se os Estados Unidos. Esse desvio revelou-se sem saída já que nem todas as repúblicas latinas por ele se encaminharam e o Brasil, particularmente, constituía como um obstáculo concreto em razão de sua composição social e forma de governo distintas.

A primeira está relacionada à ideia de solidariedade latino-americana, que nasceu com as batalhas revolucionárias pela independência no primeiro quarto do século XIX. Bolívar é o ícone dessa corrente e ela deve ser compreendida como uma

orientação anticolonial por parte das repúblicas americanas recém-formadas. Nesse contexto, o processo de reconhecimento das independências dos países latinos foi motivo de grandes controvérsias com os Estados Unidos, pois, apesar de o último ter se firmado a favor do princípio de autodeterminação dos povos, apoiando-os, ao mesmo tempo manteve uma neutralidade embaraçosa durante as primeiras iniciativas dos rebeldes despertando, portanto, desconfianças.

O pan-americanismo norte-americano, por sua vez, surgiu ao final do século XIX e está relacionado à convocação dos Estados Unidos da I Conferência Internacional Americana para o ano de 1889. Nesta conferência, s temas que figuraram foram união aduaneira, pesos e medidas, direitos de invenção, moeda comum; o que demonstra a intenção dos Estados Unidos em expandir a sua zona de influência comercial.

Foi o Secretário de Estado norte-americano, James Blaine, quem passou a utilizar esse termo em documentos oficiais, contribuindo para a sua disseminação. Os norte-americanos compreenderam a necessidade do estabelecimento de um domínio sobre o hemisfério ocidental, atitude que seria essencial para o seu comércio. Foi por meio do resgate da ideia de União Americana que os Estados Unidos buscaram estimular seu intercâmbio comercial entre os países centro e sul-americanos. Todos os países se fizeram representar na conferência de 1889, o que marcou um novo momento no relacionamento entre os países americanos. Apresentando-se de maneira solidária, o conteúdo do pan-americanismo dessa época assumiu componentes práticos para o comércio e resgatou a ideia latino americana de união, já que era necessária uma representação ideológica que possibilitasse a aproximação. Essa visão apelava para a visão de destino comum compartilhado a partir da Doutrina Monroe em contraposição à Europa.

Dessa forma, as diferenças entre monroísmo e o pan-americanismo latino são bem claras. O monroísmo foi uma política de tom internacional que se pretendia universalista, pois buscava o diálogo com outras partes do mundo a partir da confederação dos países latinos. O pressuposto da ideia bolivariana era o multilateralismo, ao passo que o de Monroe pressupunha a unilateralidade. O pan-americanismo latino visava ao bem comum dos países envolvidos no movimento, ao

passo que o monroísmo tinha preocupação essencial com os benefícios para os próprios Estados Unidos.

O Brasil, a partir da política externa adotada por Rio Branco, colocava-se de maneira positiva ante esse novo pan-americanismo norte-americano, apoiando e promovendo iniciativas nesse sentido. O objetivo principal era a aproximação necessária com os Estados Unidos no sentido de pelo menos garantir a não intervenção desse país em nossas questões lindeiras. Nabuco era participante ativo deste quadro, se definia como monroísta em virtude do sentido que esta política adquiriu na questão da Guiana Inglesa. Conforme será possível perceber, o Brasil perdeu grande parte desse território em virtude da influência que os ingleses tinham frente aos tribunais europeus.

Já o pan-americanismo bolivariano, anterior ao norte-americano, tinha como objetivos a implantação de soberanias temperadas por interesses comuns supranacionais, a regulamentação de acordos de comércio, a busca por medidas para evitar a guerra, superar os conflitos de fronteira, uniformizar o direito público, conciliar os litígios por arbitramentos obrigatórios, a criação de um direito internacional latino-americano visando compensar o esfacelamento político regional resultante das independências políticas. A falta de interesse do Brasil em integrar este movimento explica-se por razões concretas: nas conferências pan-americanas realizadas no Panamá, Lima e Santiago, além dos ideais a concretizar, tornara-se sempre evidente a preocupação de segurança dos Estados Hispânicos, que se reuniam para enfrentar conjuntamente perigos externos, sobretudo as ameaças da Espanha e o governo brasileiro não tinha interesse em integrar tais ligas de defesa e preferia manter sua neutralidade, embora apoiasse politicamente os latino-americanos.

Amado & Cervo (2008) destacam que havia também divergências ideológicas e de concepções de poder: os estadistas brasileiros do século XIX, formados na escola de pensamento conservador eram realistas; compreendiam a ordem como resultado da supremacia da autoridade sob os ideais. Instituições utópicas como aquelas que os hispânicos pretendiam construir não lhes davam garantias; não acreditavam que relações fluiriam harmoniosamente de estatutos jurídicos convencionados entre os Estados. O governo brasileiro contrapunha à diplomacia idealista do pan-

americanismo sua diplomacia realista pela qual resolveu ou encaminhou satisfatoriamente todos os problemas de relacionamento e só então tomou assentos em congressos americanos. Enquanto o pan-americanismo restringiu-se aos ideais bolivarianos e aos interesses de segurança hispano-americanos o governo brasileiro dedicou-lhe uma atenção displicente: diante dos congressos, a Chancelaria brasileira revelava-se hábil e flexível. Nunca obstou categoricamente ao movimento para evitar que evoluísse no sentido de um foro hispânico e antibrasileiro.

Seguindo nessa direção, os mesmos autores afirmam que após a guerra de secessão, com a recuperação da imagem dos Estados Unidos na América Latina, as condições para o casamento de ambos os pan-americanismos pareciam propícias: o governo norte-americano quis construir a imagem de promotor da paz do continente. Extraindo forças de ambos os lados, embora fizesse algumas concessões aos idealistas, iria trazer o pan-americanismo à realidade, ao tentar convertê-lo no instrumento que viabilizasse o programa de dominação capitalista sobre o continente. Essa era a agenda da conferência pan-americana convocada para Washington para 1889: elaborar instrumentos que garantissem a paz continental; criar a união aduaneira do continente; modernizar as comunicações; estender as estradas de ferro, fundar o banco continental, unificar a legislação comercial e adaptar o sistema monetário. As intenções do governo norte-americano visavam a estabelecer, pela via do pan-americanismo, uma reserva de domínio continental e com isso poderiam manter o protecionismo diante das outras potencias capitalistas e o liberalismo regional. Essas motivações eram suficientes para motivar a participação dos brasileiros no pan-americanismo onde se colocaria em jogo interesses nacionais como a autonomia das decisões, a exportação agrícola, o fluxo de capitais, a possibilidade de desenvolvimento industrial, os vínculos com a Europa.

Pereira (2005) afirmou que ao mesmo tempo em que se desenvolviam as filosofias de aglutinação continental, o Estado brasileiro passava pela implantação de um novo regime a partir do advento da República. A mudança de forma de governo foi acolhida com entusiasmo por países latino-americanos como Argentina e Uruguai, os primeiros países a reconhecerem a proclamação. Havia boa vontade por parte dos Estados Unidos em manter boas relações com o Brasil desejoso de não baixar o nível em que se encontravam as cordiais relações de amizade entre os dois países.

A imprensa deste país enfatizou o fato da transição ter sido feita sem derramamento de sangue e o governo norte americano informou que faria o reconhecimento tão logo o novo regime obtivesse reconhecimento da maioria nacional. A administração norte-americana adotou uma atitude cautelosa e legalista e esta hesitação decorria da boa impressão que Dom Pedro II havia deixado no povo norte-americano e dos indícios de que o novo regime poderia evoluir para uma ditadura militar.

Segundo pesquisa realizada pelo mesmo autor, à época, o ministro plenipotenciário do Brasil, Salvador de Mendonça, fora informado de que as potencias europeias não precederiam aos Estados Unidos no reconhecimento da República brasileira, empenhou-se no sentido de consegui-lo. As opiniões no Congresso estavam divididas a respeito, pois, havia o receio de que a mudança de regime houvesse ocorrido em razão de simples quartelada, sem apoio da vontade nacional. Os que argumentavam a favor levavam em conta a razão de que o reconhecimento seria um obstáculo contra maquinações europeias que poriam em risco o novo regime e alimentaria esperanças de restauração. Parte da opinião vislumbrava a oportunidade de os Estados Unidos terem o Brasil sob sua órbita de influência – e este vislumbre não foi um engano visto que uma das mudanças mais significativas imposta pelo novo regime às relações internacionais do país foi o direcionamento destas para os Estados Unidos.

No inicio do regime republicano brasileiro, em que ainda não estavam consolidadas as novas instituições, uma das principais tarefas da legação brasileira em Londres consistiu em procurar desfazer a imagem negativa que o país ia adquirindo, pois esta redundaria em prejuízo para as finanças e para a economia nacionais. A par da crise financeira estava a crise política dos governos militares subsequentes à Proclamação da República a contribuir para formar uma imagem negativa do país. Apesar das muitas alterações ministeriais pelas quais passou a República, ela provocou ruptura na política exterior que vinha sendo posta em prática pelo Império, pois imediatamente após a sua instalação procurou ser pan-americanista ao procurar a aproximação das nações hispano-americanas e nomeadamente dos Estados Unidos. A primeira ruptura foi o Convênio Aduaneiro assinado entre os dois países em 31 de Janeiro de 1891. Em 1894, por ocasião da Revolta da Armada, os norte-americanos praticaram intervenções a favor de Floriano Peixoto. Tais fatos

insinuaram uma aceitação da preponderância norte-americana em nossos negócios exteriores.

O americanismo marcou a República nascente como que por antagonismo ao europeísmo com o qual se identificava a monarquia: a abolição da escravatura e a adoção do regime presidencialista diminuíam as diferenças entre os dois países que tinham também em comum prevenções contra o imperialismo europeu. O país também voltou sua atenção para o contexto sul-americano, inaugurando uma política de fraternidade americana.

Nesse sentido, podemos estabelecer que a embaixada brasileira em Washington foi um reflexo do interesse preferencial de aproximação que o Barão do Rio Branco procurou ter com os Estados Unidos. O que não significa que houve uma mudança do eixo diplomático brasileiro de Londres, mas sim a aceitação de um novo polo de poder mundial que pedia uma atenção especial. Esta forte influência que estava sendo construída se deve ao início de um forte desenvolvimento econômico nesse país que foi estimulado pela exploração de novas reservas de energia, pelo crescimento da mão de obra que fora estimulado pela imigração e em virtude da aplicação de novas tecnologias nas indústrias.

Quando falamos do ministério de Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco, devemos ressaltar que ainda que tenha ocorrido uma maior aproximação com os Estados Unidos na época, a política externa que se iniciou em 1889 deve ser caracterizada como americana e não norte-americana, pois se buscou intensificar relações com todo o continente num projeto de distanciar-se de tudo que o Império representava. Nesse momento, não somente as legações dos Estados Unidos como também as do Chile e da Argentina começaram a ganhar ênfase.

Os Estados Unidos se encontravam, nesse contexto, depois de décadas de desenvolvimento desenfreado, passando pelas consequências do crescimento quais sejam: uma forte concentração de renda, uma grande população analfabeta, a multiplicação e amplitude das doenças, os acidentes de trabalho que tornavam crianças, mulheres e homens em indivíduos inválidos e a corrupção descontrolada que estava presente na política e na justiça.

De acordo com Pereira (2005) Roosevelt, presidente norte-americano entre 1901 e 1909, era um moralista e encarou grande parte dos problemas de sua administração como questões morais:

> era radical e oportunista em suas posições políticas que transpiravam tanto convicções, quanto preconceitos irredutíveis. Sempre procurou ser prático nos seus métodos e é nesse sentido que atuou e proclamou um nacionalismo militarista. Republicano fiel, progressista praticante e uma figura aclamada publicamente, agiu forte nas frentes da política internacional e internamente. (PEREIRA, p. 75).

Externamente Roosevelt trabalhou em uma nova perspectiva dando consistência a um novo tipo de relacionamento com o continente americano que oscilou entre repulsa e aproximação.

A Doutrina Monroe de 1823 e a I Conferencia Internacional Americana de 1889 foram episódios que fizeram parte da agenda de relacionamento continental norte-americano. A primeira seria uma política unilateral reservada à aceitação da intervenção norte-americana e o último pregava uma ideia de cooperação e igualdade entre as nações americanas. A Doutrina Monroe se tornou unilateral na prática porque não havia outra nação americana capaz de se antepor aos interesses europeus que não os norte-americanos e eles o fizeram assumindo o papel de líderes do hemisfério. Além disso, havia uma grande desigualdade de poderes entre os Estados Unidos e as outras nações centro e sul-americanas.

Apesar de o pan-americanismo se apoiar na retórica da cooperação por parte dos Estados Unidos, era percebido como uma política exclusiva de interesses norte-americanos com o intuito de buscar o incremento do comércio com a abertura de novos mercados consumidores, avançar a sua área de influência ou exercer o imperialismo. É possível que o pano de fundo dessas ações fosse ver garantida uma zona de influência latino-americana.

Na América, atuando em função das suas diretrizes de política externa, Roosevelt aceitou o pan-americanismo como uma política complementar à Doutrina Monroe, ao Corolário Roosevelt e ao Big Stick. O slogan dessa política era “Fale suavemente e carregue um grande bastão” – essa fala de Roosevelt demonstra que pretendia alcançar os seus objetivos nacionais norte-americanos pelo medo e tutelar pela coerção. Preservou a concepção de que os Estados Unidos deveriam exercer uma influência benéfica no mundo pela disseminação de seus valores e incorporar ideia

de que os interesses nacionais não poderiam deixar o país imparcial. O sentimento renovado de Destino Manifesto se traduziu na percepção de que os Estados Unidos deveriam expandir suas fronteiras políticas e econômicas até onde fosse possível já que expansão havia se transformado em sinônimo de prosperidade nacional.

O pan-americanismo foi quase que exclusivamente implementado pelo secretário de estado Elihu Root no sentido de acalmar os ânimos sul-americanos enquanto o big-stick agredia os países centro-americanos. Preocupados com o crescimento do sentimento anti-americanista, alguns oficiais de Washington tentaram aliviá-lo cultivando a boa-vontade dos latino-americanos. As ações de Roosevelt garantiram a presença norte-americana no continente fundada em ações agressivas de patrulhamento e intervenções, aliadas ao pan-americanismo, corroborando com a ideia de que a influencia dos Estados Unidos já era aceita internacionalmente naquela época.

Esse contexto instável, que oscilou entre a política externa expansiva dos Estados Unidos e o imperialismo europeu, marcou a política externa brasileira. Rio Branco, nesse momento, optou por um aprofundamento de relações com os Estados Unidos, caracterizado pela vontade de diferenciação dos outros países da América Latina. A aproximação entre os dois países era incentivada por comparações possíveis sobre o tamanho, população e potencial de ambos os países. Segundo PEREIRA (2005), Rio Branco afirmava que ambos os países deveriam ter uma influência benéfica sobre o continente. A aproximação também se fundamentava em outras similaridades políticas como a forma de governo republicana, o federalismo e o regime constitucional. Somado a isso, a falta de confiança na América hispânica e a percepção de isolamento dentro do hemisfério levaram Rio Branco a notar o potencial de relacionamento com os Estados Unidos. Por exemplo, a neutralidade dos Estados Unidos foi essencial para o Brasil poder negociar e resolver a questão Acreana (do Bolivian Syndicate) com o governo boliviano. Dessa forma, não é absurdo afirmar que a aproximação entre Brasil e Estados Unidos era necessária e merecia uma atenção especial.

A política externa brasileira, no entanto, se distanciava daquela proposta por Roosevelt, pois era dotada de um liberalismo jurídico fiel a compromissos internacionais, defensora de direitos herdados, moderada e equilibrada em seus

intentos que, pelo menos em momentos anteriores, não tiveram caráter de agressão ou intromissão nos assuntos de outras nações. O que houve, na maior parte do tempo foi aproximação e o apoio brasileiro das pretensões continentais norte-americanas.

Três eixos definiam a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. O primeiro diz respeito à convicção das elites de que brasileiros e norte-americanos partilhavam valores e percepções semelhantes sobre os critérios de legitimidade internacionais. O segundo indica que o Brasil buscou colocar os Estados Unidos a serviço de seus interesses nacionais, o que demonstra um vínculo pragmático de apoio às pretensões americanas no cenário mundial e hemisférico em troca de ajuda aos interesses brasileiros. O terceiro eixo priorizava a relação bilateral com os Estados Unidos deixando a América Latina subordinada a esta preferência. Rio Branco tentou, portanto, conduzir uma política utilitária e não utópica. Ele pensou o relacionamento com os Estados Unidos como um meio que ajudaria a viabilizar interesses principais de uma política sub-regional. (CERVO, 2008, p. 177-183)

Assoma-se a esta conjuntura, o fato de que os Estados Unidos eram os maiores compradores de café do Brasil e este produto não era taxado em solo norte-americano. Do lado brasileiro nenhum produto norte-americano gozava dessa isenção. O interesse do Itamaraty era manter esse *status quo* ou utilizá-lo como moeda de troca. Comtemplava-se dessa forma o lado comercial que animava os dois países já que o comércio entre eles era um importante fator de relacionamento. Era ainda interesse dos Estados Unidos buscar maior entrada em nosso mercado consumidor. A política de aproximação pode ser compreendida como uma tentativa de colocar a política externa brasileira em compasso com a crescente vinculação econômica.

O pronunciamento da Doutrina Monroe não era vista por Rio Branco como uma determinação unilateral para a autodefesa dos Estados Unidos. Esta aproximação nunca representou um descarte dos relacionamentos sul-americanos e europeus, mas conferiu à diplomacia brasileira a possibilidade de consolidar interesses nacionais como adquirir mais autonomia em questões sub-regionais, aumentar o prestígio do Brasil no meio internacional mediante a imagem de líder do continente e garantir a manutenção da dependente economia nacional cafeeira.

2.2 A ATUAÇÃO DE JOAQUIM NABUCO NA EMBAIXADA DE WASHINGTON – CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS E CONVICÇÕES

É importante ressaltar que a criação de uma embaixada no início do século XX não era um movimento burocrático, mas sim uma raridade reservada a grandes potências. Dessa forma, a criação da embaixada em Washington em 1899 esteve ligada a uma forte adesão à Doutrina Monroe e à participação ao lado dos Estados Unidos na III Conferência Americana. De acordo com as palavras de Joaquim Nabuco em carta ao secretário de Estado norte-americano Elihu Root,

> Your visit to Brazil, coming soon after the creation of your embassy there and of ours here, would, in fact, be a manifesto without words that could not fail to draw to our nations closer together and to impress the imagination of the rest of the continent with the high and noble ideals that attract them to each other.[41]

No entanto, o relacionamento com os Estados Unidos era apenas uma das facetas da atuação internacional do Brasil. Existiam outros assuntos que também demandavam a atenção de Rio Branco como os embates diplomáticos com a Argentina, a manutenção das relações com a Europa, apesar do privilégio dos assuntos americanos e as tentativas de aproximação com alguns países latinos.

As possibilidades de ação no cargo de embaixador realmente não eram pequenas, especialmente para o Brasil. Nessa época, o embaixador Joaquim Nabuco era visto por Rio Branco e pela comunidade diplomática como um importante agente político do Estado; ou seja, Nabuco era um representante da nação brasileira, no sentido mais simples do termo. Através da leitura de ofícios diplomáticos enviados por Nabuco, foi possível perceber que suas relações diplomáticas estabelecidas em lugares estratégicos do governo e conselhos estrangeiros, guiados pela vivência cotidiana no país em que estava localizado, tornava-o não um mero executor de políticas pré-definidas pelo seu Ministério, mas um contribuinte direto das definições. Essa situação possibilitava certa amplitude de ação dos embaixadores, que era ampliada em virtude da distância e lentidão dos meios de transportes e comunicação, o que dificultava o diálogo e o encontro entre os representantes e ministros-chefes do exterior. Ao viver cotidianamente no espaço de ação,

[41] Ver Anexo I do Ofício n. 37, de 2 de Dezembro de 1905. “A sua visita ao Brasil, logo após a criação da sua embaixada no Brasil e da nossa nos Estados Unidos, seria um manifesto sem palavras que poderia aproximar ainda mais nossas nações e impressionar a imaginação do resto do continente com os altos e nobres ideais que nos atraem.” (Tradução da autora.)

certamente Nabuco estaria mais bem inteirado acerca da situação econômica e política do local e podia agir com maior clareza. Somado a isso, o embaixador tinha certa vaidade ambiciosa que sempre o levou a buscar adquirir independência nos cargos que ocupou. O distanciamento e a pouca troca de informações entre Nabuco e Rio Branco talvez significasse que o último confiasse em Nabuco a ponto de entregar-lhe a condução da maioria das ações da embaixada para um melhor relacionamento com os Estados Unidos. Além disso, é possível imaginar que um ministro das relações internacionais não tivesse tempo hábil para se ater às idiossincrasias políticas de cada um dos postos diplomáticos no exterior, mas sim dar atenção a uma política mais ampla.

De acordo com Amado & Cervo (2008), ao entrar na embaixada brasileira em Washington, Joaquim Nabuco assumia o inicio de um processo de construção de uma imagem positiva do Brasil em âmbito internacional, especialmente continental, que perdurou por muitos anos, marcado pela aproximação do hemisfério Norte.

O convite que Nabuco recebeu, em 1905, de José da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, o então ministro das Relações Internacionais do Brasil, de início, não foi muito bem vindo, afinal, o que lhe estava sendo pedido era que trocasse os ares familiares da Inglaterra por uma civilização recente no continente americano e para ocupar um cargo sem precedentes históricos na história do Brasil. Isso porque ele aceitara o cargo de chefe da legação em Londres e tornara-se, finalmente, funcionário da República em 1900. Ele mesmo via a criação da embaixada brasileira em Washington como uma atitude prematura e feita por impulso após a notícia das perdas territoriais da Guiana. Em tal fato, o rei Victor Emanuel da Itália deu o laudo arbitral na questão da Guiana Inglesa, dividindo o território disputado em duas partes - 3/5 para a Grã-Bretanha e 2/5 para o Brasil - o que foi considerado por todos, inclusive por Nabuco, como uma derrota para o Brasil. Além disso, à época, o Brasil ainda não ocupava um papel de grande relevância no cenário mundial que justificasse os gastos com a criação de uma embaixada nos Estados Unidos. Ao receber a proposta, no entanto, Nabuco encarou o convite de Rio Branco como uma obrigação patriótica.

De acordo com Burns (2003) a personalidade do Barão do Rio Branco dominava o Itamaraty, planejando os métodos e a política externa para alcançar objetivos

definidos por ele próprio, é enganoso pensar que tratava todos os seus funcionários como meros cumpridores de ordens. Dessa forma, a escolha de homens polêmicos como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa – conhecidos pelo seu pensamento independente para ocupar cargos estratégicos – sugere a ideia de que pode ter havido algum espaço para movimentos individuais dentro dos limites impostos pela política planejada, de forma que alguns de seus subordinados encontravam lacunas para fornecer contribuições.

Além disso, Rio Branco também teve a preocupação de enviar para o exterior somente pessoas de bom aspecto e de aparência europeia, o que fazia a imagem de Nabuco adequada ao papel de prestígio da raça brasileira. Além disso, nosso intelectual era um entusiasta da Doutrina Monroe e de uma aproximação estreita com os Estados Unidos.

Da parte de Rio Branco, a política de relacionamento com os Estados Unidos tinha limites identificáveis. O ministro desejava o apoio norte-americano apenas quando se mostrasse necessário e pretendia que Nabuco pudesse consegui-lo nesses momentos. Para tanto o embaixador deveria atuar nas diversas áreas da diplomacia, com todas as qualidades de que dispunha, preparando o terreno para quando fosse acionado. O objetivo principal era o de fazer um bom uso da estética de Nabuco, que além de ser historiador, escritor literário e internacionalista, possuía também um carisma singular aumentado pela sua própria aparência que cativava multidões (DAGHLIAN, 1988. P. 35).

Nesse sentido, Nabuco poderia transmitir uma boa imagem dos representantes brasileiros e angariar boa-vontade de postos-chave da política internacional norte-americana. Ele era parte importante da tática de Rio Branco, que se comprometia a estar de acordo com os Estados Unidos nas suas ações externas, desde que essas não interferissem nos interesses nacionais com vistas a garantir apoio no que fosse essencial ao Brasil.

Com o intuito de fazer jogo próprio e de ver garantida a sua autonomia de ação frente à embaixada, Nabuco fez surgir os primeiros conflitos com Rio Branco em torno dos direcionamentos que deveria seguir o projeto de aproximação com os norte-americanos e os meios para se obter dela resultados significativos.

Sobre o caso Panther, podemos perceber um pouco da liberdade com que Joaquim Nabuco atuava no sentido de resolver conflitos internacionais. De acordo com a análise de Pereira (2006) e Bueno (2003), os acontecimentos iniciaram-se na madrugada de 27 de Novembro de 1905, quando alguns oficiais e marinheiros alemães de um navio de guerra chamado Panther, desembarcaram no porto de Itajaí, em Santa Catarina para aprisionar um suposto desertor, Jaren Steinoffer. Este fato consistiu em uma violação das normas de conduta internacional, visto que apenas as autoridades brasileiras cabia em terra ação de polícia. Esta atitude dos militares alemães foi especialmente preocupante em virtude de um contexto em que havia uma predominância de germânicos no Sul do Brasil, que formavam cidades praticamente autônomas com igrejas, educação, língua e escrita próprias. Nessa região do Brasil, portanto, reforçava-se o elemento estrangeiro. Por isso, o incidente ganhou proporções exageradas na imprensa, especialmente nos jornais norte-americanos, que divulgaram a notícia de que o embaixador Nabuco havia pedido auxílio ao secretário de Estado Root no sentido de aplicar a Doutrina Monroe para resolver o conflito, quando na verdade o ministério brasileiro não o fizera. Enquanto Rio Branco exigia que Nabuco desmentisse essa questão na imprensa norte-americana, Joaquim Nabuco agiu com parcimônia pois acreditava que as informações veiculadas eram inexatas e que desmentir a notícia seria uma forma de ferir a simpatia e o sentimento americano que até aquele momento unia os dois países.[42]

Rio Branco, por sua vez, temia que ficasse vinculado ao apoio dos Estados Unidos um pedido formal de ajuda. Fazer isso parecia ao barão uma fraqueza e sinal de incapacidade de defender o território e soberania brasileiros. O incidente foi resolvido com um pedido de desculpas das autoridades alemães e a punição dos oficiais da Panther, que teriam agido sob desconhecimento do governo alemão. Mas o apoio que transpareceu dos EUA deu uma certa margem de manobra ao ministro Rio Branco e deu a impressão de estreitamento das relações entre os dois países americanos. Nas palavras de Nabuco, em ofício diplomático reservado ao ministério das relações exteriores do Brasil:

> “com efeito, o barão Von Sternburg, embaixador alemão, mostrou-se a mim profundamente contrariado com o incidente [...] falando-me com toda a

[42] Ver ofício n. 42 de 16 de Dezembro de 1905.

> confiança que, repetidas vezes já, comandantes de navios de guerra, portos como esse [...] tinham prejudicado a marcha de negociações importantes e o bom acordo desejado pela Alemanha com países amigos. [...] Pela minha parte, manifestei-lhe a esperança de que as desculpas fossem acompanhadas de medidas que satisfizessem inteiramente o nosso governo [...]" [43]

Sobre a III Conferência Pan-Americana, é possível asseverar que Joaquim Nabuco organizou esse evento no sentido de efetivar a aproximação entre Brasil e Estados Unidos e também com outras nações do continente americano, dentro de uma lógica maior da constituição de um pan-americanismo.

De acordo com Pereira (2005), durante a organização do evento, alguns países como Colômbia e Peru se preocuparam em enviar correspondência ao embaixador Nabuco no sentido de sugerir tópicos que eles consideravam de suma importância para serem discutidos durante essa Conferência. Destacaram a importância de iniciar a criação de um Tribunal Pan-americano.

A influência mais direta de Joaquim Nabuco se deu pelo efeito irreversível causado pelas suas ações diplomáticas que chegaram ao conhecimento da opinião pública e ganharam repercussão. Dessa maneira, ele tendia a formular suas concepções sobre o relacionamento continental e aplicá-las sempre que possível dentro da ótica geral, que ele sabia ser a aceita. Em virtude disto, as ações de Nabuco frente a determinado assunto acabavam por tomar um tom oficial.

A partir da leitura de Cervo & Bueno (2008), Nogueira (2010), Pereira (2005) e Silveira (2000), podemos tecer uma ideia da atuação de Joaquim Nabuco enquanto embaixador em Washington: ele conduziu de modo particular a política externa brasileira em relação aos Estados Unidos, ao encontrar no contexto dessas relações bilaterais uma abertura para obter ganhos tanto no plano econômico quanto político. Esse modo particular da atuação ainda não foi analisado e para fazê-lo deveremos nos deter tanto nas características quanto nos objetivos das concepções que Nabuco defendeu entre 1905 e 1910. O estabelecimento do sentido, função e lugar que as concepções deste diplomata ocuparam para o governo republicano neste projeto de aproximação com os norte-americanos e os ecos da mesma nos mostram que ele não era apenas idealista.

---

[43] Ver ofício Reservado, n. 3 de 19 de Dezembro de 1905.

A respeito da temática do idealismo intelectual de Nabuco, o historiador Leslie Bethell (2012) analisa que, quando Joaquim Nabuco refletia sobre as relações do Império Brasileiro com o restante do mundo, pensava como a maioria dos brasileiros ilustrados de sua geração e formação, sobretudo na Europa.

Esse historiador defendeu que não havia indícios de que este diplomata considerasse os Estados Unidos pós Guerra Civil um país particularmente interessante. Apesar de reconhecer a contribuição que os norte-americanos vinham dando ao progresso material, Nabuco não reconhecia ainda a contribuição à cultura e à civilização. Ao contrário, comparava a república norte americana à monarquia constitucional inglesa desfavoravelmente e considerava sinceramente que a Inglaterra era mais democrática do que os Estados Unidos.

Ainda de acordo com a análise deste autor, Nabuco reconhecia que o Brasil fazia parte de um sistema político mais vasto na América a partir da implantação do governo republicano. Além disso, Nabuco tornou-se — e permaneceu — extremamente preocupado com as ameaças à integridade territorial do Brasil, pois desde o Congresso de Berlim em 1885 a Europa ingressara numa nova era do imperialismo que apesar de mais evidente na África, também representava uma ameaça à América Latina.

Seguindo nessa direção, de acordo com Luigi Bonafé (2008), Nabuco foi o homem que Rio Branco julgou mais adequado para ocupar o cargo de embaixador. Ele era a própria imagem que o chanceler queria divulgar no exterior. Este prestígio não se assentava somente em sua liderança na campanha abolicionista, nem só por seu brilhantismo intelectual, mas também por seus serviços prestados ao país como diplomata da República. A própria cobertura que a imprensa nacional e internacional tinha dedicado ao laudo arbitral de 1904 atestava isso. Sua missão seria estreitar a amizade entre Brasil e Estados Unidos, minimizando a má impressão dos yankees entre os brasileiros e a má fama destes na América do Norte. Ele era o diplomata ideal para o cargo. Aliando a beleza e o porte físico - muito importantes para um diplomata sul-americano numa época em que predominavam as teses de superioridade racial -, o brilhantismo intelectual e a oratória eloquente, a experiência parlamentar e a diplomática, preenchiam os “requisitos” necessários ao cargo.

Nabuco poderia ter certa noção de que tinha sido convocado a criar o papel que assinalaria uma nova era na política externa brasileira.

A gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores – de 1902 a 1912 - tem despertado o interesse dos estudiosos, como Cervo e Bueno (2008), Doratioto (2000) e Conduru (1998), na medida em que à sua imagem consagrada de desenhista das fronteiras nacionais, somam-se suas inovações em termos do planejamento da política externa brasileira.

O Barão do Rio Branco foi bem-sucedido em criar no Itamaraty uma elite de diplomatas com valores adequados à projeção de uma imagem para o exterior do Brasil como país civilizado. Neste sentido, o alinhamento com os EUA e o deslocamento do eixo das relações internacionais brasileiras da Europa para a América é visto como obra de um estrategista exemplar da diplomacia. Sendo assim, a atuação de Nabuco se insere no âmbito desta política da qual Rio Branco é considerado o líder que vislumbrou uma nova correlação de forças em âmbito geopolítico mundial.

Joaquim Nabuco, por seu turno, é tratado num permanente processo de reconstrução da memória institucional do Ministério das Relações Exteriores, como o principal executor do Pan-Americanismo consolidado durante a gestão de Rio Branco. No entanto, a avaliação mais comum de seu papel na implementação da política pan-americana do Rio Branco é de certa forma negativa, pois é visto quase sempre como um idealista.

Segundo Silveira (2000), esta interpretação é amplamente difundida e está relacionada com as opiniões de contemporâneos de Nabuco como Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Domício da Gama e Rui Barbosa, dentre outros. Joaquim Nabuco se dedicou totalmente a uma proposta que não tinha garantias de retorno e por conta disso recebeu muitas críticas, especialmente de Oliveira Lima, enquanto embaixador. Ainda assim, fica evidenciado que as concepções de Nabuco não foram de todo ingênuas e que este enxergava a evolução de longa duração na qual estava imerso: tentava improvisar uma ação mais duradoura e é categórico que foi interlocutor da opinião pública brasileira ao trabalhar no âmbito do que considerava os interesses nacionais brasileiros.

Joaquim Nabuco foi enfático enquanto exerceu a atividade de diplomata assim como nas outras atividades que participou. Bonafé (2008) e Pereira (2005) afirmaram que o chanceler já havia se desencantado em relação às políticas que os Estados Unidos pretendiam para o Brasil em um momento anterior, afinal não era simplesmente um apaixonado pelos seus ideais. Ele era capaz de reconhecer os limites que a realidade e os interesses econômicos criavam e procurava adaptar seus conceitos aos dados que o convívio com o cargo de embaixador lhe trazia.

Ainda de acordo com Silveira (2000), em relação à personalidade de Nabuco, não se pode deixar de frisar o entusiasmo e independência com os quais ele abraçava as causas que defendia. Como causa pessoal, o americanismo chegou a ele em um momento que ele precisava redirecionar a sua dedicação para outro plano que não o monarquismo como uma forma de aceitação do regime republicano. Nabuco tendia a buscar um novo grande papel político. Rio Branco não sabia por quais caminhos Nabuco trilharia, mas talvez imaginasse e esperasse que ele não ficasse indiferente à questão americana comportando-se simplesmente um burocrata. E ele era uma figura badalada na opinião pública brasileira e somado à sua postura, criava-se um relevo único ao relacionamento entre Brasil e Estados Unidos.

O embaixador de Washington deveria conhecer os meandros do poder na capital norte-americana, estabelecendo o melhor relacionamento possível com as pessoas-chave do governo com o objetivo de garantir para o Brasil, em um momento de necessidade, meios de defesa contra intrigas latino-americanas e o apoio político dos Estados Unidos. A embaixada seria acionada em determinadas situações pontuais, como por exemplo na resolução de litígios territoriais com outros países latino-americanos ou com europeus. Nabuco, além desse roteiro, objetivava um trabalho mais público, promovendo eventos que estimulassem e divulgassem essa cumplicidade com os Estados Unidos, quanto disseminando a imagem brasileira.

Os pontos que apareceram em sua agenda internacional nos anos de atuação como embaixador em Washington ocorreram em torno da interrogação sobre a legitimidade de intervenções de nações estrangeiras em assuntos nacionais, a assimetria de poder no qual Brasil e Estados Unidos se relacionavam, e o monroísmo como direito ou dever do governo americano.

Nos livros *Balmaceda* (publicado em 1895) e *Intervenção estrangeira durante a revolta da armada* (publicado em 1896), Nabuco esboçou discussões que foram desenvolvidas ao longo dos anos anteriores e que funcionaram como uma prévia reflexão e treino do olhar de um observador internacional. Esses componentes ideológicos gerais e constantes estruturaram e direcionaram as políticas do embaixador.

É importante ressaltar que as visões de Nabuco sobre os EUA não foram as mesmas ao longo de sua vida - com o passar dos anos e das situações, impressões diferentes sobre esse país foram sendo construídas: foram ganhando com o tempo qualidades e se transformando em um modelo de país, no qual os outros, latinos, deveriam se espelhar. Na autobiografia de 1900, Nabuco teceu uma crítica severa à cultura e à política interna norte-americanas recapitulando eventos e impressões do seu serviço diplomático. Essas críticas provinham das reminiscências da influência inglesa predominante em Nabuco, que acreditava na superioridade inglesa sobre as outras sociedades.

Os anos em que Nabuco esteve nos Estados Unidos como adido de legação foram conturbados para a política norte-americana. Ele criticou a corrupção e formação da classe dos *politicians* – os norte-americanos, que compensavam com dinheiro o seu afastamento da política, deixavam homens inferiores a dominarem, afastando assim qualquer classe social com escrúpulos. O terreno em que se travavam as lutas era no das reputações pessoais, o que espelhava a degradação dos costumes públicos do país, coincidindo com o seu desenvolvimento e cultura.

Já em 1900, Nabuco percebia que, apesar de os EUA ainda não terem produzido culturalmente nada de relevante para a humanidade, esse país, que caminhava para ser o mais rico e mais forte do mundo, teria de em algum momento, deixar de lado seu isolamento e entrar no cenário mundial através de alianças. Nessas alianças, não seriam privilegiados os países latinos, uma vez que estes não eram vistos como iguais.

De acordo com Santos (2010), a partir da aceitação do cargo, Nabuco tornou-se um americanista radical, para quem os Estados Unidos passou a ser um modelo a ser seguido, defendendo sempre um perfeito entendimento com a nova potência

mundial em todos os temas internacionais. Ele se tornou um grande propagandista do pan-americanismo nos meios políticos e diplomáticos brasileiros.

A partir da leitura dos discursos, pudemos perceber que ele entendia que a aceitação pela Doutrina Monroe significava que politicamente o Brasil havia se desprendido da Europa de alguma forma.

De acordo com Sodré (1998), o século XX foi marcado por um dinamismo dos meios de comunicação em virtude das várias inovações tecnológicas da área industrial que acabaram se disseminando para a vida social. Jornais, folhetins, mudavam seu alcance – houve uma ampliação da escala de impressão, melhora dos meios de transporte que permitiu uma maior distribuição desses meios de comunicação a um número cada vez maior de pessoas. Nesse sentido, portanto, passaram a desempenhar importante papel nos debates nacionais e internacionais da época. Não é absurdo supor, portanto, que os meios de comunicação constituíam uma certa força em influenciar politicamente a opinião do público e de combater ou incentivar aspirações das figuras proeminentes.

Nabuco e Elihu Root (secretário de estado norte-americano) tiveram uma empatia recíproca durante todo o tempo em que trabalharam próximos. Nesse sentido, podemos afirmar que ocorria uma prática da diplomacia cultural. Pela parte de Nabuco, o cultivo da amizade de Root era importante já que este mantinha ótimas relações com o Congresso e o Senado norte-americanos, encarregados de ratificarem tratados. Em adição, Root era um conhecedor dos assuntos americanos, pois chegara a administrar as ilhas do Pacífico, Cuba e Porto Rico durante algum tempo e era tido como o sucessor de Roosevelt para a presidência.

Joaquim Nabuco tinha alguma visibilidade na imprensa americana em virtude das constantes referências que o secretário de Estado do presidente Roosevelt, Elihu Root, fazia a ele:

> Root inaugurou nova política com Sulamérica [sic] baseada na amizade, respeito recíproco, diz Root, struck up particularly warm friendship with Brazilian ambassador one of ablest most cultivated enjoys ever accredited

> here. Diz presidente declarou outside world is only beginnig understand astonishing progress made by South American republics.[44]

As ações propagandistas de Nabuco nesse contexto foram pensadas em dois eixos. Um nacional, que se referia à construção, para os Estados Unidos, de uma boa imagem do ambiente interno brasileiro, personificada pela própria imagem do diplomática; outro internacional, que dizia respeito à construção de uma visão atraente da atuação da política externa do Brasil. Nabuco se preocupava que distúrbios políticos no Brasil repercutissem mal na sua imagem internacional em virtude da insistência de Roosevelt em discutir ordem e liberdade. Por isso, em seus discursos procurava reforçar a necessidade de se construir uma nação pan-americana apoiada na paz, solidariedade e modernização continentais.

O continente via nessa dupla (Elihu e Roosevelt) receios e desconfianças; Nabuco, por sua vez, vislumbrava neles uma boa vontade para com as questões brasileiras, um apoio essencial à melhoria da comunidade americana e da nossa posição nela. Root estava convencido da necessidade de aproximar os Estados Unidos do resto do continente, tanto comercial quanto politicamente.

O objetivo da presença de Joaquim Nabuco nos Estados Unidos eram claramente o de "estreitar ainda mais os já sólidos vínculos de amizade que desde independência brasileira perduram inquebrantáveis entre eles." [45]

Em despacho ao ministro em Maio de 1905, Nabuco afirmou que em reunião com o presidente Roosevelt e outros representantes diplomáticos europeus fez discurso em que chamou a atenção para a popularidade dos EUA e que por isso deveriam balizar a estrada de nosso continente. Nabuco assumiu a embaixada em Washington em 24 de Maio de 1905 e alguns dias depois foi recebido pelo presidente Roosevelt, de quem ouviu discurso acalorado a respeito das boas impressões que esse possuía tanto do Brasil quanto de nosso embaixador, além de ter falado da grandiosidade dos destinos do Brasil desejando que juntamente com os EUA guardasse a Doutrina Monroe e noção de civilização comum.

---

[44] Ver ofício n.33, de 16 de Novembro de 1905. *"Root inaugurou uma nova política com a América do Sul baseada na amizade e respeito recíproco, diz Root, e impressiona particularmente a calorosa amizade com o embaixador brasileiro, um dos mais capazes e mais cosmopolita que já passou por aqui. O presidente ainda acrescentou que o mundo externo à América apenas está começando a entender com surpresa o progresso alcançado pelas repúblicas Sul americanas". (Tradução da autora)*

[45] Ver o ofício n. 18, de 30 de Maio de 1905.

O encontro entre Joaquim Nabuco e o Presidente Roosevelt fora inclusive noticiado pelo jornal *Evening Star* dizendo que "*Exchanges between the president and ambassador Nabuco were notably cordial and friendly."* [46]

Desde os primeiros momentos Nabuco deixou claro em seu discurso a vontade do Brasil em aumentar a "influência moral" dos Estados Unidos, já que este país se caracterizava como uma "vasta zona neutra de paz e livre competição humana" [47] e que o Brasil compreendia a Doutrina Monroe como a fórmula exterior da independência do nosso continente como a lei à parte do velho mundo.

> O meu telegrama (congratulando Roosevelt pelo resultado de sua iniciativa e dos seus esforços para a celebração da paz entre Rússia e Japão) apareceu publicado nos jornais dessa capital e vários outros dos estados o reproduziram. Posso afirmar ter sido bom o efeito causado por ele.[48]

O telegrama dizia que

> *the whole world shall undoubtedly read it as the preface to a new age of peace. The use you made of the untouched prestige of your country to bring about the end of war in the East shall be taken everywhere as a pledge that you would not hesitate in drawing again upon that incalculable source of strength to prevent national feuds in other parts of the world from breaking into war.* [49]

Era uma prática que o Barão do Rio Branco pedisse parte dos discursos ou notícias sobre ele.

Nessa pesquisa optamos por analisar a documentação selecionada a partir de três eixos. Conceitos, entendidos como as representações recorrentes nos discursos do diplomata; experiências, que se tratam dos eventos internacionais anteriores responsáveis pela escolha da estratégia de Nabuco; e convicções, que são as ideias que o mesmo procurava fazer circular no sentido de culminar na formação de uma nação pan-americana.

2.2.1 CONCEITOS

No momento em que Rio Branco escolheu Joaquim Nabuco para um cargo de alta confiança como o era o de embaixador de Washington, o fez acreditando que este

---

[46] Ver o ofício n. 18, de 30 de maio de 1905. "Trocas entre o presidente e o embaixador Nabuco foram notavelmente cordiais e amistosas."
[47] Ver o ofício n. 18, de 30 de maio de 1905.
[48] Ver o ofício n. 26, de 15 de Setembro de 1905.
[49] Ver o ofício n. 26, de 30 de Setembro de 1905.

era um embaixador completo em virtude de ser “mundano, nos salões; intelectual nas universidades; e político, nos gabinetes”. (LINS, 1995, p. 320)

Ao que parece, Nabuco, habilmente, utilizou os espaços de sociabilidade como as universidades públicas e privadas dos Estados Unidos, bem como de clubes políticos e culturais em que se reuniam homens proeminentes para proferir seus discursos a fim de intervir na opinião pública da elite política. Ele acreditava que esta opinião estava presente nos eventos citados anteriormente. Sua fala adquiriu maior alcance na medida em que, frequentemente, eram noticiados pela imprensa que se fazia presente nessas ocasiões. Desse modo, não parece absurdo supor que Nabuco se aproveitou dessas oportunidades para discursar em prol do pan-americanismo com vistas a obter um grande alcance político e, assim, angariar maior apoio à suas pretensões políticas. Nesse caso, desejava forjar e consolidar uma aliança entre Estados Unidos e Brasil sob a égide do pan-americanismo. Podemos dizer que esta foi uma das estratégias de Nabuco.

Com base na leitura dos ofícios enviados por Nabuco à Chancelaria brasileira nos anos de 1906 a 1910, pode-se asseverar que a realização de banquetes políticos entre os membros ilustres da elite política presentes em Washington constituiu uma prática frequente. Esses eventos também tiveram lugar em clubes e associações políticas que se configuravam como espaços de sociabilidade onde se teciam alianças sociais e politicas e se discutiam questões políticas de maior relevância. Nessas ocasiões, participavam autoridades políticas, incluindo secretários de estado e representantes diplomáticos, onde costumam falar os homens mais proeminentes.

A respeito da divulgação do eixo internacional, as ações de Nabuco se voltavam para os banquetes diplomáticos oferecidos por conta de acontecimentos-chave e que serviam para elevar o prestígio do Brasil. Não é absurdo afirmar que os banquetes figuravam como espaços de sociabilidade nos quais o diplomata intentava fazer circular as representações da causa pan-americana através da prática de discursar e de publicar seus discursos posteriormente.

Nesses eventos, Nabuco atuou como grande propagandista da cultura brasileira. Ele acreditava que os folhetos das conferências ajudavam a popularizar o Brasil entre os americanos. Aproximava-se e fazia amizades com os modeladores de opinião

esclarecida do país, pois acreditava que este era o melhor meio de aproximar o Brasil dos Estados Unidos. E tinha consciência de que a propaganda era a forma como suas ideias poderiam abranger a maior distância possível do continente. Era necessário fazer com que parte importante da sociedade civil desses países entendesse a relevância da materialização da aproximação entre Brasil e Estados Unidos e fizesse circular a mesma opinião entre os membros mais proeminentes do Estado norte-americano. Dessa forma, é possível asseverar que Nabuco se aproveitou dos espaços de sociabilidade propiciados pelos banquetes para fazer circular os conceitos do que afirmava ser a América.

A respeito da prática de discursar de Nabuco, foi possível perceber que os textos eram elaborados de acordo com o público ouvinte. Nesse sentido, enquanto discursou para o público de estudantes de universidades renomadas dos Estados Unidos, centralizou o eixo de sua fala ao redor de aspectos literários, mais especificamente de Camões. A respeito dessa estratégia, Duarte (2010) afirma que cada auditório, o interlocutor, apresenta particularidades em função do discurso que está sendo articulado e em função desses “hiatos onde as coisas podem ser ou não ser, onde as verossimilhanças apresentam-se, entra a retórica e os argumentos para tentarem construir um outro lugar que não é aquele da verdade absoluta” (DUARTE, 2010, p. 405). Nesse sentido, por meio da retórica, coloca-se em jogo questões cruciais. É o que podemos perceber nos discursos camonianos do diplomata.

Joaquim Nabuco proferiu discursos sobre Camões em três momentos diferentes: *O lugar de Camões na Literatura; Camões, o poeta lírico; e Os Lusíadas, a epopeia do amor.* Em cada um deles buscou relacionar os aspectos da personalidade do autor ou os traços de sua obra com os assuntos americanos ou com aquilo que ele considerava ser o espírito americano.

No discurso *O lugar de Camões na Literatura,* proferido em Yale na data de 14 de Abril de 1908, Nabuco afirmou que Camões garantiu um lugar para a raça portuguesa que não será disputado apesar da cultura mundial se tornar cada vez mais anglo-germânica. Segundo ele, tratava-se de um autor estranho aos estudantes americanos e por isso, o diplomata procurou destacar o que justificava a grandiosidade de Camões.

Segundo Nabuco, essa obra não adquiriu tanta popularidade, pois fora escrita em português, e ao ser traduzido perdeu sua preciosidade. Além disso, o assunto do livro trata da descoberta do Oriente, assunto mais interessante aos europeus que aos americanos. No entanto, ela demonstra que por iniciativa própria, Portugal realizou algum destino da humanidade, a saber, o feito das grandes navegações. Não seria absurdo supor que Nabuco estivesse propondo conceitos e convicções que justificassem a aproximação das Américas, visto que segundo o seu discurso, *Os Lusíadas* são o poema da era moderna, que representa a América. Afinal, é um poema que trata justamente da criação do Novo Mundo e que exprimiu a lei da imigração que é "o maior acontecimento da história moderna"[50]. É provável que ao citar Camões dizendo que "*um sopro novo é como a onda que a tudo e a todos envolve"* [51], o diplomata pretendesse afirmar que o poder da imaginação e da criação seriam comuns aos países do continente americano, afinal estes foram construídos e formados a partir da vinda de imigrantes. Dessa forma, a imigração, também entendida por Nabuco como raças construindo nova vida em outro meio, nesse caso o território americano, é parte daquilo que formou o espírito americano.

Além disso, a partir da leitura do discurso, é possível que Nabuco procurasse sugerir aquilo que ele considerava ser os padrões de conduta comuns aos povos americanos, as quatro paixões da alma: "pátria, amor, poesia e ação", visto que afirma:

> "mas o verdadeiro evangelho do que é o espírito americano hoje denominado stremous life, vida intensa, são os versos onde ele exalta os feitos dos descobridores portugueses na Índia. Neles reconhecereis vosso próprio ideal [...], pois por meio dos perigos horríveis, trabalhos graves e temores alcançaram fama e honra imortais." [52]

Ou seja, esses padrões seriam a valorização da nova pátria formada a partir da ação dos imigrantes que se propuseram a começar toda uma vida novamente, em um território com particularidades inéditas a eles – em outras palavras, o ideal americano se traduziria no desbravamento, na paz, na solidariedade e na modernização.

---

[50] NABUCO, Joaquim. Camões e assumptos americanos: **Seis Conferencias em Universidades Americanas.** Traduzidas do inglês por Carolina Nabuco. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 13.
[51] Idem, p. 23.
[52] Idem, p. 23 - 24.

A respeito da conferência citada anteriormente, no artigo publicado na data de 8 de Agosto de 1908[53], a jornalista Elisabeth Cary dissertou sobre o discurso proferido por Joaquim Nabuco a respeito de Camões. No artigo do *Washington Post*, ficou destacado aquilo que Joaquim Nabuco extraiu de Camões para definir o verdadeiro espírito americano: aquele que desafia e conquista. Também destaca que não é típico do espírito americano:

> *It is through these dreadful dangers, these grievous labors and fears, that those who are friend of fame win the immortal honors […] not by leaning on the ancient tree of their noble ancestry, nor by lying on golden beds amid soft sables from Moscovia. […] Not with easy and idle walks […], but by searching with his strong arm honors which he may rightly call his own; by watching and dressing in arrays of steel.*[54]

Dito de outra forma, Nabuco considerava que as representações de raça, meio e civilização faziam sentido ligadas e que juntas formavam algo maior – a América - que ao mesmo tempo era plural e singular.

Um mês após ter proferido o discurso supracitado, Nabuco falou em conferência perante o *Spanish Club* da Universidade de *Yale,* na data de 15 de Maio de 1908, a respeito do *Sentimento de nacionalidade na História do Brasil.* Encontramos relato a respeito da fala de Nabuco no *Washington Post,* em que parte da fala do embaixador fora reproduzida.[55] O diplomata defendeu que falar do Brasil depois de Lusíadas faz muito sentido, visto que ambas são as maiores obras de Portugal. Afirmou também que o tamanho é fator muito importante na "psicologia das raças" e partir dessa linha de raciocínio discute os motivos que fizeram com que o Brasil mantivesse sua integridade nacional em mãos de brasileiros. Afirmou que isto fora consequência do espírito nacional que os acompanhou.

> o sentimento nacional brotou no Brasil, como brotou aqui nos primeiros tempos. Os pequenos núcleos coloniaes, instalados no litoral, instalados a grandes distâncias aprenderam de início, e quasi por instincto, a auxiliarem-se uns aos outros.[56]

---

[53] By ELISABETH L. CARY - Article - Print Headline: "CAMOENS, POET OF THE NEW WORLD; The Brazilian Ambassador, Joaquim Nabuco, Points Out the Essentially American Ideal in "The Lusiads."" (*Saturday Review of Books*. August 8, 1908.)

[54] Idem.

[55] Nabuco on national spirit. *Tells Yale Spanish Club of Early Brazilian Settlers' Heroism. Ambassador Says Latin Republics Are Proud of Being Coheirs in Great Columbus Estate.* (*The Washington Post – 1877-1922.* Washington, D.C. May 16, 1908.)

[56] NABUCO, Joaquim. O sentimento de nacionalidade na história do Brasil. *In:* NABUCO, Joaquim. Camões e assumptos americanos: **Seis Conferencias em Universidades Americanas.** Traduzidas do inglês por Carolina Nabuco. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 101.

O que os manteve foi o espírito português e a distância e o abandono aos próprios recursos engendrou nos núcleos desde cedo um sentimento de nacionalidade com um toque de particularismo. A vassalagem a Portugal e a religião comum era uma segurança de união – o fervor religioso fora um elemento de coesão, pois os jesuítas interiorizaram a ocupação do Brasil. Também os centros colonizadores se uniram para expulsar os invasores estrangeiros. A expulsão dos holandeses serviu para demonstrar, como aviso a outras potências, quanto era impossível uma conquista no Brasil. E mesmo o período da União Ibérica foi de boa fortuna para o Brasil pois conservou o território amazonense.

A partir da independência, embora o sentimento nacional estivesse formado e apto a inspirar o país, era ainda cedo para conseguirmos, sem o prestígio da velha dinastia, a fusão das rivalidades locais.

Nabuco prosseguiu apresentando o que seria uma visão idealista dos governos de D. Pedro I e D. Pedro II, bem como a sequência dos seis presidentes da República como se não tivessem apresentado defeitos:

> No Brasil, portanto, jamais a liberdade fora sacrificada à ordem, mas aparece como seu fruto. A ordem é o sustentáculo indispensável da liberdade. No Brasil, nunca teria sido necessário um tipo de governo forte ara garantir a ordem quanto à República Argentina, o exemplo brasileiro liberal foi, sem dúvida, possante fator na transformação dos governos locaes em governo nacional de liberalismo.[57]

Ele ainda assevera que entre as circunstâncias que auxiliaram os brasileiros a preservar seu território, sem lutar novamente por ele após a queda do poder holandês, foi a amizade entre Inglaterra e Portugal e, depois da Independência, a influência exercida na Europa por esta grande nação.

E destaca que o desejo europeu de conseguir a boa vontade dos Estados Unidos, deixou passar sem protesto a doutrina Monroe e o Brasil compreendeu que esta era uma verdadeira felicidade para a América Latina que foi ele quem primeiro apoiou a mesma. Isso porque a característica nacional dominante do Brasil é o idealismo, que naturalmente faz parte do americanismo, pois “fomos e sempre seremos leaes ao

[57] Idem, p. 111.

nosso continente”[58]. Como a nação brasileira apresenta este traço, nunca foi necessário ter um governo arbitrário e pessoal.

Finalmente ele afirma que há muitas provas de que a América Latina é pouco conhecida nos Estados Unidos e muito podem fazer as universidades americanas para chamar atenção da juventude para o que é digno notar-se nas irmãs do Sul. Nesse sentido, Nabuco certamente destaca a importância das Universidades dos Estados Unidos para garantir o fortalecimento do pan-americanismo.

Em um segundo momento, na data de 21 de Abril de 1909, um ano depois Nabuco volta a falar a respeito do mesmo escritor no discurso *Camões, o poeta lírico*, no Colégio Wassar. Nessa fala, o diplomata procurou destacar o culto à mulher e ao amor presente nos textos de Camões. Este escritor havia se apaixonado por Catharina de Athayde, uma das mulheres que fazia parte da corte da rainha, quando esta ainda era adolescente e permaneceu fiel a seu amor. No entanto, havia uma rixa entre Camões e os familiares dela, que foi responsável por seu exílio na Índia. Por isso, em seus versos, o poeta estudou no próprio coração a natureza do amor e os labirintos de seus contrastes afirmando que tudo, menos o amor, estava perdido. Falou de um amor que fora suavizado pela resignação e pela perda de toda a esperança no mundo. Nabuco se utiliza desta observação para destacar que o sentimento predominante da raça americana é a saudade, expressão perfeita de uma mistura de lembranças tristes e esperanças imperecíveis, e que esvazia a determinação de tempo. Saudade é a mensagem dos ausentes da pátria e dos amigos. Caracteriza o vazio em nossa alma de algo que amamos, apesar de Nabuco destacar que os norte-americanos não se caracterizam enquanto uma raça nostálgica. Os sul-americanos, ao contrário, são nostálgicos e apegados às primeiras impressões – trata-se de uma tristeza inata dos que amam o futuro pelas suas raízes no passado.

Nesse sentido, ele afirma que

> conhecer os grandes autores do passado é um dever para todos que de fato querem ser parcela da inteligência humana. Quem se deixa absorver pelos escritos da própria época falta aos deveres sagrados de velar sobre os depósitos preciosos do espírito humano, conservar a frescura retentiva da memória de nossa raça, augmentar nosso contacto com o passado à medida que esse vai se afastando. Uma humanidade interessada, tão

[58] Idem, p. 113.

> somente no presente, perdendo ao pouco suas memórias, incapaz de gozar o prazer de reviver, pela lembrança [...]. Seria um triste espetáculo, a despeito de todo o desenvolvimento material que o possa cercar.[59]

Ou seja, podemos talvez afirmar que Nabuco acredita que diminuir a imaginação humana seria fatal para o espírito e para o coração, ainda que se impulsionassem as descobertas. Não nos parece absurdo supor que o diplomata não reconhecia nenhuma ou pouca contribuição cultural dos Estados Unidos a partir da leitura das conferências camonianas e que insinuou uma falha cultural dos norte-americanos, se comparados com a Europa. É nesse sentido então, que procurou falar da importância da leitura dos clássicos.

Mas porque então escolheu falar de Camões? Porque este é um poeta lírico que escreveu sobre o amor pela mulher e "assim como a immigração foi o maior acontecimento humano do século XIX, o progresso social da mulher será o maior do século XX."[60] e Ambas as realizações são primordialmente americanas.

Além disso, conforme dito anteriormente, *Os Lusíadas* é o poema da imigração e que representa o poder dos dois polos da humanidade: o masculino e o feminino. E ser como uma das personagens de Camões requer a cristalização em um espelho divino, que deveria ser o alvo dos educadores – a esperança é de que a cultura venha a ampliar o espírito dos cidadãos americanos.

Dias depois, na data de 23 de abril de 1909, Nabuco proferiu o discurso "*Os Lusíadas, a epopea do amor"*, na Universidade de Cornell. Começa afirmando que os Estados Unidos aplicam o termo américa espanhola e generalizam (falou isso porque havia sido convidado a discursar em Espanhol, se assim quisesse), mas que no entanto, as línguas portuguesa e espanhola são distintas, apesar de serem derivadas do Latim.

Ao procurar descrever as origens da língua portuguesa, não deixou de fora Camões, o escritor que tinha um olho perdido e as esperanças de galanteador dissolvidas e que em virtude dos infortúnios fez de *Os Lusíadas* um sucesso. Dentre os fatores

---

[59] NABUCO, Joaquim. Cammões, o poeta lírico. *In:* NABUCO, Joaquim. Camões e assumptos americanos: **Seis Conferencias em Universidades Americanas.** Traduzidas do inglês por Carolina Nabuco. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 64.
[60] Idem, p. 64 - 65.

que contribuíram para isso, Nabuco destaca o hábito inveterado do poeta de viver amando, o conhecimento dos clássicos e a ambição nacional.

Em Yale, havia apontado as seis grandes impressões dessa obra – o amor à pátria, a poesia que desenha com palavras o oceano, a mitologia, a era do descobrimento, a renascença e a lei do maior esforço na vida. E neste discurso destaca as cordilheiras que atravessam o poema – o patriotismo e o amor. Nesse momento, Nabuco abriu mão das traduções inglesas para trazer ele mesmo sua tradução, que ele julgava ser mais pura, transformando os versos em prosa. "A deusa [Vênus] faz com que o amor apareça, através do poema todo, como a força dominante do Universo." [61]

Igualmente descreve os efeitos produzidos pelos dardos do cupido sobre a raça humana:

> enxergou no amor a força por excelência da vida, como da natureza, o instrumento principal do ideal, a fonte de toda a creação, no amor, e não nos seus homonymos espurius que elle tão fortemente profligou no poema [...], uma escola da immortalidade não dos indivíduos, mas da collectividade [...] dos anonymmos descobridores e desbravadores.[62]

Nos discursos feitos por Joaquim Nabuco, podemos encontrar algumas categorias que são recorrentes nos momentos do texto em que ele descreve a importância dos Estados Unidos para a América Latina e vice versa. No discurso *The share of America in Civilization,* feito em 20 de Junho de 1909, o embaixador defendeu que a importância da descoberta da América para a civilização vai além do Tabaco, visto que neste território, raças de diversas partes da Europa construíram um tipo único de nacionalidade em que não existem barreiras que marcam claramente a origem de cada uma. Tal ambiente em que as diferenças de nacionalidade eram flexibilizadas teria permitido a constituição de uma raça americana peculiar. Nesse sentido, Nabuco utilizou-se da metáfora da árvore e dos bons frutos para discursar a respeito dessa civilização:

> *Fruits really american are those which are only produced by American trees, whether in their own Continent or transplanted abroad, although I would not hesitate in ealling American the fruits of those European trees which in their*

---

[61] NABUCO, Joaquim. Os Lusíadas Epopea do Amor. *In:* NABUCO, Joaquim. Camões e assumptos americanos: **Seis Conferencias em Universidades Americanas.** Traduzidas do inglês por Carolina Nabuco. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 94.
[62] Idem, p. 95 - 96.

> *native soil are meagre and undeveloped and which acquired in the American soil a much stronger sap.*[63]

Ou seja, apesar da população Americana ser constituída em sua maior parte por imigrantes europeus, que vieram por livre iniciativa, foi o meio desse continente que tornou as ações desses mesmos indivíduos profícuas e eficazes.

Nesse mesmo discurso, o embaixador destacou que o papel da América, mais especificamente em relação à Doutrina Monroe seria a de mantenedora da paz (*Peace keeping*) enquanto caracterizou a Europa como *"Belligerant Hemisphere"* [64]. Apesar de os Estados Unidos possuírem a característica citada acima, Joaquim Nabuco atenta para o fato de que

> *no one could say that Peace is a permanent article of Faith with you, such as are democracy and religious toleration, for instance. The great fortune of mankind is that the period of your unopposed growth, permitting you to live in peace and to exercise your great moral and commercial pressure for peace, coincides with the time when the progress of the civilization and probably that of the Science. Nothing would do more to fix on the mind of this great nation the purpose of peace than Pan-Americanism.*[65]

Paz e Pan-americanismo eram, portanto, considerados sinonímias para Nabuco. E a imigração contribuiu para esse estado de paz alcançado pelos Estados Unidos, que eram considerados uma nação de tipo único, pois foi o resultado de uma nação formada por muitos representantes de outras nações que tiveram a boa vontade de construir um local para si. Mais uma vez podemos perceber o sentido que raça, meio e civilização adquirem quando considerados juntos pelo diplomata: a América poderia ser considerada como uma Europa melhorada, visto que o Velho Continente ainda mantinha fixas as barreiras entre as raças, mas em nosso continente as raças se mesclaram e deixaram de lado as memórias e ressentimentos das velhas alianças.

---

[63] Ver discurso *The share of America in civilization*, de 20 de Junho de 1909. "Frutos realmente americanos são aqueles que são produzidos apenas por árvores americanas, seja nesse próprio continente ou transplantadas do exterior, apesar de que eu não hesitaria em atribuir importante papel do solo Americano sob as frutas de árvores europeias, que em solo nativo eram sem perspectiva e sem desenvolvimento. Estas adquiriram em solo americano uma seiva muito mais forte." (Tradução da autora.)

[64] Idem, p. 5. "Hemisfério beligerante". (Tradução da autora.)

[65] Idem, p. 5. "ninguém poderia dizer que a Paz é um artigo permanente em sua fé, como a democracia e a tolerância religiosa, a título de exemplo. A grande sorte da humanidade é que o período de falta de crescimento da oposição, que permitiu a vocês viverem em paz e exercitar sua grande moral e a pressão comercial pela paz, que coincide com o período em que o progresso da civilização e provavelmente da ciência. Nada seria melhor no sentido de construir na mente desta grande nação o propósito da paz quanto o Pan-Americanismo." (Tradução da autora.)

Para Nabuco, como ocorrera nos Estados Unidos constante mudança étnica em virtude da imigração, não havia espaço que ressaltasse os resíduos inúteis da sociedade: havia sim uma comunidade que se formara em torno de uma mesma nacionalidade construída. Dessa forma, Nabuco apontou como uma das mais positivas consequências da descoberta da América:

> *the appearance on Earth of an immense continent destined to be the new home of the old European races, where they would meet and mix and speak the same language. […] a new mankind was formed by self-selection.*[66]

Nesse sentido, a nação Americana fora criada pelo sentimento de país, que mesclou uma devoção ao solo que os recebeu juntamente ao sentimento de liberdade e independência que levou os colonos a quebrarem os laços que tinham com a sua terra natal. Ou seja, a imigração e não o tráfico de escravos seria a verdadeira seiva americana: *"the attraction of free, wide and growing America on the dense human layers of Europe."* [67] Dessa forma, nação Americana é compreendida pelo diplomata como o resultado da convivência entre raças desbravadoras, corajosas e de origem diferente em território americano onde tinham liberdade.

Isso porque as terras do continente americano permitiram pela primeira vez na História que homens e mulheres transplantassem de lugar para tentar a vida em condições mais favoráveis. A imigração e a Democracia foram apresentadas pelo diplomata como a força americana nesse discurso.

Somado a isso, o espírito de liberdade característico dos anglo-saxões cresceu em um meio sem tradição monárquica e tomou a forma de Democracia ou República na região do atual dos Estados Unidos. Apesar dessa forma de governo ter sido discutida por filósofos gregos e europeus antes da existência das Treze Colônias, Nabuco defendeu que ela tomou uma forma única em nosso continente.

Outra grande contribuição da descoberta dos Estados Unidos da América teria sido a igualdade de condições sociais entre as diferentes classes – *"The general equality of conditions".*[68] O embaixador ainda ressalva em seus discursos que se pensarmos

---

[66] Idem, p. 6. "a aparência na Terra deste imenso continente que destinado a ser o novo lar das raças europeias, onde elas se encontrariam e se misturariam e falariam a mesma linguagem. […] uma nova humanidade fora formada por escolha própria dos indivíduos." (Tradução da autora.)

[67] Idem, p. 9. "a atração da livre, gigante e crescente América nas densas camadas humanas europeias." (Tradução da autora.)

[68] Idem, p.11. "A condição de igualdade generalizada" (Tradução da autora.)

no desenvolvimento das Artes, claramente os Estados Unidos não poderiam ser citados em comparações com a arte Europeia, pois esta é enxuta. No entanto, ressaltou uma contribuição no desenvolvimento do poder intelectual do homem, e essa teria sido uma condição satisfatória para garantir uma sociedade que se baseia na manutenção da liberdade. Assim, apesar de os EUA não serem caracterizados naquele momento como uma força intelectual em desenvolvimento, não há dúvidas de que àquela época o país chamava a atenção em relação às melhoras das condições sociais dos habitantes. O nome deste país estava ligado diretamente aos

> *great nationalities, cosmopolitan trains, fast boats, airplanes, cables, wireless telegraph, Hague conferences, all seem to announce that the new tendency of mankind, in every direction, is the merger. In theory centralization seems to assure the better service.*[69]

Também é destacado repetidamente nos discursos a respeito do sistema de educação americano que parecia ser o único não convencional naquele momento, pois ensinava principalmente a *self-reliance,* (auto confiança), ao homem e à mulher *"and the world is catching from you the spirit of rapid transformation, and is writting it also in the American prestíssimo instead of the old adagio."*[70]

Nabuco incorporou os referenciais raça e meio para afirmar que a raça anglo-saxônica, da qual descende a norte-americana, teria qualidades próprias que dariam a base do desenvolvimento material extraordinário conseguido pelos Estados Unidos, e que tiveram na fortuna do seu meio possibilidades ampliadas para prosperar. Enxergava nessa linha a criação de um povo único a partir de cada região do mundo e isso criava as diferenças específicas entre Europa e América.

Cabe ressaltar que Nabuco escolheu publicar dois de seus discursos também na *Revista Americana,* além de tê-los proferido em ocasião de banquete: *A parte da América na Civilização* e *A Aproximação das duas Américas.*

A *Revista Americana*, foi publicação oriunda das fileiras diplomáticas brasileiras e circulou, de forma não contínua, entre 1909 e 1919. Este objeto cultural se tornou local de divulgação de diferentes aspectos da política, da cultura e da história da

---

[69] Ibidem, p. 14. "grandes nacionalidades, trens cosmopolitanos, barcos rápidos, aviões, cabos de telefone, telégrafo sem fio, as conferências de Haia, tudo parece anunciar que a nova tendência da humanidade, em todas as direções é a fusão. Em teoria a centralização parece assegurar o melhor serviço." (Tradução da autora.)

[70] Ibidem. "E o mundo está agregando a partir de vocês o espírito da rápida transformação, e o está escrevendo também no ritmo americano *prestíssimo* em vez do velho *adagio."*

recém-inaugurada República brasileira, assim como das demais repúblicas sul-americanas.

O período no qual a *Revista Americana* circulou foi extremamente fecundo no debate intelectual brasileiro e sul-americano, tendo marcado profundas modificações nos campos político e cultural, o que faz a época ser uma das mais privilegiadas pela historiografia nas análises acerca dos inúmeros projetos desenvolvidos pela intelectualidade do continente. No Brasil, desde a segunda metade do século XIX, houve o surgimento de vários grupos de intelectuais preocupados em construir uma nova identidade nacional.

Na *Revista Americana,* diversas foram as manifestações intelectuais que apontam que a América era conhecida aos fragmentos e que a vida intelectual dos diversos países não estava conectada em virtude das distâncias e da escassez dos meios de comunicação. Os fatores que estariam relacionados a esse desconhecimento seriam a ideia equivocada de que para aceitarmos as tendências elas necessitam trazer a marca europeia; em virtude do descaso pelas coisas do nosso continente e da indiferença em relação à sua história e o desamor às tradições. Nesse sentido, este objeto cultural, cujo suporte era a revista, assim como os banquetes, funcionou como espaço de sociabilidade, visto que teve por objetivo divulgar as manifestações espirituais da América. Além disso, ela se tornou o espaço em que intelectuais puderam criticar os mais diversos aspectos da participação dos sul-americanos no cenário internacional ou as políticas norte-americanas, bem como propor doutrinas de direito internacional a partir do traçado de sua evolução político-econômica. Para os intelectuais participantes da revista, era necessário arregimentar energias das forças dispersas através de uma ativa e bem orientada circulação de ideias. Essa divulgação seria feita através da união de figuras intelectuais representativas, que teriam o objetivo de apresentar na revista noções expressivas e determinantes dos aspectos da vida Americana.

A partir dessas publicações, ficariam expostas as fortes qualidades originárias e nativas não esmaecidas ao influxo das tendências exóticas, também consideradas os pilares para o progresso da América. Haveria, nesse sentido, um desenvolvimento comum e a formação de um patrimônio comum da humanidade. A América a partir dessa atuação ocuparia o papel de não uma simples projeção

geográfica no convívio da sociedade internacional, mas sim um espaço notável, adequado para esta parte do continente.

Finalmente, para Nabuco, os “preconceitos históricos e raciais” que promoviam um sem-número de conflitos entre os povos, encontravam-se na América, menos acentuados. E apesar das diferenças de raças, línguas e crenças, havia uma origem sociológica comum que constituía um fator de unidade.

2.2.2 EXPERIÊNCIAS

O malogro de Nabuco em Roma – a decisão do Rei Vitor Emanuel a favor da Inglaterra na questão das Guianas – teve consequências importantes em suas concepções políticas. O evento lhe calcou no espírito um elemento que se transformaria em um dos eixos de sua política diplomática: o território. Tinha a forte impressão de que o momento internacional tornara-se especialmente perigoso, necessitando o Brasil fazer mais atenção às suas fronteiras. Os elementos imperialistas implícitos na decisão arbitral do rei Vitor Emanuel, da Itália, fizeram com que Nabuco decidisse de uma vez por todas que nosso território sofria de uma grande vulnerabilidade e necessitava de proteção. E esse temor não era ingênuo. O Congresso de Berlim firmara o princípio jurídico de que a posse atual e ocupação efetiva do território eram o único meio de garantir e conservar a soberania territorial.

O fato de Joaquim Nabuco não ter tido êxito na questão das Guianas contra a Inglaterra, fê-lo compreender que não havia espaço para a realização de políticas amplas, característica de seu espírito empreendedor de grandes causas na Europa, afinal, os grandes centros de poder já estavam estabelecidos. Talvez começou a deslumbrá-las em Washington em virtude da ascendência dos Estados Unidos no cenário mundial. Talvez tivesse começado a considerar que uma política aos moldes monroístas pudesse ser mais adequada ao Brasil. Entendemos aqui que uma política aos moldes Monroístas seria aquela que buscasse argumentações nessa Doutrina no sentido de conseguir efetivar uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

Os resultados de 1904 acabaram por cristalizar em Nabuco a adesão ao monroísmo, tendo a questão territorial como sua maior preocupação. Ele combinou a ameaça territorial e/ou colonial europeia e a ideia de dois mundos, o Europeu e o americano,

distintos em suas visões de mundo. Para o Brasil, em particular, ela deveria representar um grande interesse nacional, já que vivíamos em um período histórico em que as antigas ficções de direito iam perdendo terreno e a força. Pensando de uma maneira preventiva, Nabuco achava importante cultivar o monroísmo ao lado dos Estados Unidos como política de defesa brasileira. Ou seja, ficou claro para o diplomata a necessidade de uma aproximação maior com os Estados Unidos balizada no monroísmo. A primeira, mais imediata, foi a necessidade de proteção do território brasileiro contra as pretensões imperialistas europeias, que se tornavam cada vez mais favorecidas pela perda de legitimidade dos antigos critérios do direito internacional.

A segunda razão é definida como o ideal de união americana, considerada como uma esteira de progresso e desenvolvimento contínuo para o alcance do bem-estar social dentro dos Estados das Américas num primeiro momento e, depois, mediante irradiação dessa civilização, dos Estados do mundo inteiro. Ou seja, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, para o diplomata, era necessária e fazia parte de um projeto mais abrangente em que as outras nações do continente americano tomariam parte. O objetivo maior era o de propiciar a constituição de uma nação pan-americana, calcada nos sentimentos de solidariedade e paz, e livre dos litígios fronteiriços que eram comuns na Europa.

Nabuco tinha propostas bem definidas e singulares sobre o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos em sua ideia de união continental. Ele acreditava que o Brasil tinha característica e história que lhe garantia uma posição distintamente mais próxima da grande civilização do continente. Identificava-o com as qualidades do ideal de união americana ao colocar o americanismo e a solidariedade como um suposto comportamento nacional brasileiro. Além disso, contribuindo para essa aproximação, estaria o suposto isolamento de ambos, cada qual em uma porção do continente.

A ideia era levar o relacionamento com os Estados Unidos para um patamar mais elevado do que normalmente se supunham as relações entre os Estados: queria uma quase aliança com os norte-americanos já que queria pertencer à esfera neutra do globo que seria a América. Quase aliança porque os Estados Unidos,

tradicionalmente não faziam alianças formais com outros países; ele procurava garantir o apoio desse país caso fosse necessário.

Um dos receios de Nabuco era que se criasse uma amizade com os Estados Unidos por parte do Peru e da Colômbia, países próximos aos afluentes do Rio Amazonas e seus afluentes. Ele realmente achava que a tendência era que os países latinos estivessem revendo seus critérios de relacionamento continental num sentido de maior americanização. Acreditava que uma posição pouco ativa brasileira poderia direcionar a política externa norte-americana para outros lados, escolhendo algum país para tomar o lugar brasileiro nesse jogo diplomático.

De acordo com Filho (1952), quando Nabuco entregou as suas credenciais ao presidente Roosevelt sentia-se apreensivo com as incertezas que cercavam esse projeto e em um primeiro momento chegou a questionar o título, a política pretendida e a viabilidade financeira de tal empreendimento. O objetivo primordial era o de tornar mais cordiais as relações entre os dois países. A problemática material foi recorrente nos cinco anos em que Nabuco esteve em Washington: reclamações por causa de vencimentos insuficientes, falta de pessoal, mobília e casa inadequadas eram comuns nas reclamações que o embaixador fazia a Rio Branco, ele nunca esteve contente nesse aspecto (PEREIRA, 2006). Entendia que os brasileiros precisavam de meios parecidos com as embaixadas de países europeus que estavam alocadas em Washington para que fossem respeitados da mesma forma. Isso, de fato, demandaria uma soma muito grande de dinheiro, o que nunca foi possível fornecer integralmente na época de Nabuco. E mesmo a coluna social do *Washington Post* destacou essa condição da embaixada brasileira, na mesma página em que fora redigida entrevista com a esposa de Joaquim Nabuco:

> *The Brazilian Embassy is not yet in possession of a home of its own, but it is understood that Senhor Nabuco is a warm advocate of such an expenditure. Of the nine embassies now established in Washington only the Russian and the Brazilian governments are without a permanent abiding place.*[71]

[71] Senhora Maria Nabuco. *Wife of Joaquim Nabuco, the Brazilian Ambassador, Talks Entertainingly of Her Country -- Of Pure Portuguese Descent, She Speaks Her Native Tongue, Spanish, French, and English with Equal Fluency. SENHORA MARIA NABUCO.* (*The Washington Post – 1877-1922*. Washington, D.C. Feb. 9, 1908.)

Em Washington, a manutenção da embaixada custava mais caro que em Londres, de modo que tal legação, mesmo com sua importância, não poderia servir de parâmetro para as necessidades dos vencimentos da embaixada.

> A ajuda de custo que recebi foi ou será absorvida em grande parte pelas despesas extraordinárias que fiz para deixar Londres [...] o restante será consumido no déficit que me deixará o excessivo custo da vida nos Estados Unidos. Não posso, em tais condições, pensar em mobiliar eu mesmo uma embaixada [...] e viver de modo digno entre os meus colegas e na sociedade de Londres, porém, sem nenhum brilho de representação.[72]

Nabuco acabou instalado em Lafayette Square, ao lado esquerdo da Casa Branca. Era uma casa alugada, que havia sido ocupada anteriormente por Elihu Root, então secretário de Guerra. A boa e permanente instalação da embaixada constantemente preocupou Nabuco, que foi por muitas vezes criticado pelo C*orreio da Manhã* em virtude dos gastos que fazia para manter a embaixada em Washington (PEREIRA, 2006, p.71).

O diplomata se utilizava de toda a sua eloquência para conquistar os presentes nos jantares oficiais que oferecia ou para os quais era convidado. Em 25 de Maio de 1905 promoveu um jantar com o objetivo de apresentar-se e de entregar as credenciais ao presidente Roosevelt. Nessa ocasião, teceu elogios ao cargo de presidente dos Estados Unidos e reconheceu a influência do poder norte-americano no continente. Apesar dessa afirmação feita, Nabuco sabia que não seria interessante aos brasileiros descartar as relações com os outros países do continente americano.

No ano de 1903, os Estados Unidos intervieram na região do Panamá, cujo território era unido à Colômbia por causa de seu interesse no canal do Panamá, que era utilizado pelos americanos para ligar a costa oeste à costa leste. Para utilizar e controlar essa construção os EUA passaram a pagar uma anuidade ao governo Panamense como forma de indenização. À época das rebeliões ocorridas neste país em nome da independência da Colômbia, o presidente Roosevelt se expressou da seguinte maneira:

> *devemos particularmente nos lembrar de que, empreendendo a construção do Canal do Panamá, tomamos necessariamente conta da polícia dos mares em ambas as extremidades do canal, e isto quer dizer que temos um interesse peculiar na preservação da ordem nas costas e ilhas dos mares*

[72] Ver o ofício Reservado, de 10 de Junho de 1905.

> *antilhanos. Creio firmemente que, por um auxílio um tanto sábio e generoso, poderemos ajudar, ainda mesmo o mais atrasado dos povos dessas costas e ilhas, a seguir um caminho de liberdade dentro da ordem, de modo que eles possam subsistir por si próprios. Se renunciamos a lhes dar tal auxílio, o resultado será tão mal para eles como para nós; e nos levará, por fim, com toda probabilidade, à humilhações ou derramamento de sangue.*[73]

Os representantes diplomáticos da Colômbia, por sua vez, especificamente o Ministro de Obras Públicas de Bogotá, propunham a construção de uma ferrovia que ligasse o rio Putumayo e o rio Amazonas no sentido de criar uma alternativa ao Canal do Panamá e de intensificar o comércio entre esses dois países.

Em correspondência enviada a Joaquim Nabuco, o ministro supracitado deixou a entender que esse projeto seria significativo na aproximação entre Brasil e Colômbia e desenvolveria influências poderosas para esses dois países na Europa, porque "la apertura del canal no há sido ni sera la verdadera aspiración americana, sino la posesión política del istmo" [74] e continuou afirmando que

> *las alianzas diplomáticas que celebran las naciones no tienen ni la sinceridade, ni la solidez, ni la duración, ni los resultados de civilización y de progresso que realizan los lazos de oro del comercio; y no seria una quimera pensar en que, unidas por estos vinculoslas repúblicas del Brasil, Colombia, el Ecuador y quizá también el Peru, llega-se el día en que estas naciones, unidas en um haz de verdadera fraternidade de interés, bajo la hegemonia del Brasil, pudieran lanzar um reto serio a la doctrina quimérica de Monroe...*[75]

A citação anterior faz parte de um anexo de ofício enviado por Joaquim Nabuco ao Ministro das Relações exteriores, o Barão do Rio Branco, que demonstra que outras nações tinham o interesse de criar laços diplomáticos com o Brasil no sentido de diminuir a influência dos Estados Unidos sob os territórios da América do Sul.

Outro exemplo deste aspecto esteve no interesse do Brasil em estabelecer uma legação no país México, que de acordo com ofício diplomático deste país *"seria muy*

---

[73] Ver *The New York Tribune*, 19 de outubro de 1905. South greets presidente.

[74] Ver o ofício reservado n.1, de 27 de Outubro de 1905. "a abertura do canal não foi nem será a verdadeira aspiração americana, senão uma possessão política." (Tradução da autora.)

[75] Idem. "as alianças diplomáticas que celebram as nações não tem nem a sinceridade, nem a solidez, nem a duração, nem os resultados de civilização e de progresso que realizam os laços de ouro do comércio; e não seria uma quimera pensar que as Repúblicas do Brasil, Colômbia, Equador e talvez Peru, chegar-se-á ao dia em que estas nações, unidas em um laço de verdadeira fraternidade de interesse, sob a hegemonia do Brasil, poderiam levar a sério a doutrina quimérica de Monroe..." (Tradução da autora.)

bien recibida y que, por su parte, nuestro govierno correspondería a esa muestra de cortesia".[76]

Dessa forma, a partir da leitura dos documentos, concordamos com a visão de Nogueira (2010), que defendeu que as concepções políticas formuladas por Nabuco foram resultado de uma reapropriação das experiências de vida do mesmo: um liberalismo humanitário herdado do combate abolicionista e do seu desdobramento em questões sociais. Essa época de propaganda e defesa de seus ideais resultou no desenvolvimento da oratória, importante instrumento de mobilização política na defesa de seu americanismo e as estadas na Europa e nos Estados Unidos também foram contribuições importantes para a orientação de sua atuação, que procurou incluir os vizinhos latino americanos sob uma zona de influência brasileira.

É importante ressaltar que o nosso embaixador era contra a política imperialista de Roosevelt. Na sua visão, o monroísmo presente nessa política era estreito, porque tinha como objetivo justificar-se perante a Europa. Nabuco não acompanhava as ideias do presidente norte-americano de ocupar alfândegas de países sul-americanos, mas sim acreditava em um monroísmo mais largo que não se prendia a estes expedientes para justificar a Doutrina Monroe. Não buscava na sua diplomacia uma união de todos os americanos, mas sim a união preferencial do Brasil com os Estados Unidos. Dessa forma, ele modificou o conteúdo do monroísmo no discurso ideológico de americanização das relações americanas para alcançar um suposto pan-americanismo latino.

Tentou elaborar um monroísmo revestido de conteúdos civilizacionais e sociológicos como pré-requisito para ordem e a estabilidade do continente. Aliás, ordem e estabilidade da política e economia brasileira haviam se tornado o grande projeto nacional de Nabuco.

2.2.3 CONVICÇÕES

As concepções de Nabuco à frente da embaixada tiveram papel importante na orientação da aproximação que efetivamente se concretizou entre os dois países. Na prática, isso acarretou alguns embates de ações e posições com Rio Branco

[76] Ver ofício n. 36 de 23 de Dezembro de 1905. "seria muito bem recebida e que, por sua parte, nosso governo corresponderia a essa mostra de cortesia." (Tradução da autora.)

sobre eventos internacionais, que refletiam também suas diferentes concepções sobre a política externa a ser seguida em relação aos Estados Unidos. Em sua pesquisa, Pereira (2005) constatou que Nabuco modificou algumas das instruções do chanceler ao exagerar as qualidades que conferiu à influência norte-americana sobre o continente e ao enfatizar o interesse brasileiro em vê-la crescer.

Dentro dessa maneira peculiar de atuar na política externa brasileira, Nabuco é recorrente em suas convicções no sentido de efetivar a união pan-americana, a representação maior que queria fazer circular nos banquetes através de sua prática de discursar. A partir da leitura dos discursos, foi possível apreender que o diplomata acreditava na importância de criar um tribunal americano. Ao contrário do presidente da Venezuela, não via objeção

> à ideia de que questões americanas fossem decididas entre os americanos. Com efeito, parece-me de alguma forma incongruente com a Doutrina Monroe que nações americanas levem questões entre si mesmas à decisão de árbitros europeus, que não podem deixar de inspirar-se nos interesses gerais da Europa, de que resulta, por exemplo, a nova teoria sobre posse de terrenos não efetivamente ocupados.[77]

Outra convicção muito presente nos discursos do embaixador seria a da importância da opinião pública, como espaço de circulação das representações do pan-americanismo, conforme fora pronunciado em jantar oferecido pelo próprio embaixador brasileiro em honra do *Gridiron Club* e do Dr. J. C. Rodrigues do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, que aconteceu em 6 de Maio de 1909. Além disso, a partir da opinião pública seria possível que outros representantes da intelectualidade também se apropriassem das representações de pan-americanismo proposta pelo diplomata brasileiro. Do *Gridiron Club*, faziam parte homens proeminentes correspondentes da imprensa de Washington que se reuniam para discutir a respeito de política e relações internacionais.

Neste evento, que foi divulgado pelo *Bulletin of the International Bureau of the American Republics*, o embaixador recebeu o Senhor Rodrigues do Jornal do Commercio e comentou repetidas vezes a respeito da importância da imprensa

[77] Ver ofício Reservado, de 3 de Janeiro de 1906.

como o Quarto Poder *"e que [a imprensa] não se contentava com essa categoria, [pois] aspirava ser o Primeiro Poder"* [78]. Ele ainda defendeu nessa fala que

> jamais dependessem os Estados Unidos tanto da Imprensa como agora. Quanto maior uma nação, menos apta para prescindir dela, visto que, para além de certo limite, só podem as nações ver e ouvir através de seus jornais.[79]

E mesmo os diplomatas foram colocados como dependentes dessa classe, que é responsável por reunir e agilizar as notícias internacionais.

O boletim do Bureau das Américas noticiou o encontro como sendo prazeroso, visto que aquela seria uma grande oportunidade de receber o diretor do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, pessoa ilustre e de tão grande influência. Além disso, defendeu que:

> It would be fortunate for the relations of North and South America if more of the editors of both sections of the Western Hemisphere could exchange visits and gain that information first hand which is so important to the understanding of international relations.[80]

Neste mesmo discurso, o Vice-presidente do Gridiron Club igualmente se pronunciou e afirmou o seu apoio no sentido de estreitar e favorecer as relações com as Repúblicas da América do Sul, além de afirmar que seria uma caso de "miopia nacional" se o Congresso deixasse de estabelecer tarifas alfandegárias de forma a promover o comércio com essas mesmas repúblicas.

Entre os brindes propostos, o senador de Nova York, Elihu Root também evidenciou o papel da imprensa no sentido de moldar o sentimento pan-americano e traçar o futuro de todas as Américas, compartilhando da visão de Nabuco. Defendeu isso, pois a imprensa era (e ainda é) a responsável pela propagação e desenvolvimento das grandes obras da humanidade, pois divulgava a inteligência da humanidade e o

---

[78] Ver página 170, discurso pronunciado no jantar oferecido pelo embaixador brasileiro em honra do *"Gridiron Club"* e do Dr. J. C. Rodrigues do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, aos 6 de Maio de 1909.

[79] Idem.

[80] Boletim do Bureau Internacional das Repúblicas Americanas. P.12. "Seria de grande valia para as relações entre a América do Norte e América do Sul se mais editores de ambos os lugares do Hemisfério Ocidental pudessem trocar visitas e adquirir informações em primeira mão, que são tão importantes para a compreensão das relações internacionais." (Tradução da autora).

conhecimento universal. Mas acrescenta que: “sois impotentes sempre que nessa grande tarefa não estiverdes interpretando o espírito e as tendências do tempo” [81].

E sabia da importância do apoio da imprensa do Brasil ao proferir que:

> É uma felicidade para os Estados Unidos, que para a mantença desses sentimentos de amizade há tanto existente entre essa nação e a República do Brasil, que carrega um dos maiores jornais da América do Sul [...] se ache um homem ligado ao povo dos Estados Unidos por vínculos de íntimo conhecimento e perfeita harmonia de ideas (vivos aplausos).[82]

A tendência seria para a união, harmonia, organização, assim como o fora até sucumbir na formação da Alemanha:

> pode alguém duvidar que os povos das duas Américas, tácitos ou abertamente, estão acelerando, sem olhar nenhum obstáculo, arrastados por uma corrente oculta, a união em sentimento, desígnios e em ideais de todas as repúblicas da América? Esse sentimento, mais poderoso que qualquer voz humana, superior à acção de qualquer homem e de qualquer governo, uma parte da predestinação da raça na senda da civilização.[83]

Nesta visita, juntamente a Joaquim Nabuco, José Carlos Rodrigues foi recebido pelo presidente Taft, com quem teve uma longa discussão a respeito dos relacionamentos Pan-americanos e também propôs um brinde de agradecimento em que afirmou a importância continental do Jornal do Commercio e o convite para participar do *“Gridiron Club”*. E se orgulhava de declarar que o jornal sustentava com enthusiasmo esses nobres esforços do “nosso mais competente representante no exterior [...] que principiou uma política de largos horizontes, que tem sabido encaminhar com tanto tato.” [84]

Nabuco mostrava os elementos pan-americanos de sua concepção ao incentivar a criação de conhecimento e compreensão entre as nações americanas, a existência de uma propaganda para fomentar discussões e formar opiniões públicas continentais, uma comunhão de interesses materiais e morais. Ou seja, seria através da circulação das representações de pan-americanismo que compartilharia suas

---

[81] Ver página 176, discurso pronunciado no jantar oferecido pelo embaixador brasileiro em honra do *“Gridiron Club”* e do Dr. J. C. Rodrigues do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, aos 6 de Maio de 1909.
[82] Idem, p. 177.
[83] Idem, p. 178.
[84] Ver página 180, discurso pronunciado no jantar oferecido pelo embaixador brasileiro em honra do *“Gridiron Club”* e do Dr. J. C. Rodrigues do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, aos 6 de Maio de 1909.

ideias e tornaria possível a união pan-americana. Tal postura por parte dos países americanos seria benéfica: no caso da alta civilização americana, o progresso conjunto traria a consolidação do seu poder em escala mundial e no caso da América latina atrasada, haveria um desenvolvimento comum com a possibilidade de criação de um sistema cooperativo continental. Dessa maneira, a constituição do pan-americanismo que incluísse a maioria dos países do continente americano seria benéfica para todos os lados. E a constituição desse pan-americanismo pautado na solidariedade e na paz tornaria obsoleta a necessidade de ameaças de intervenção armada em território conforme previa a Doutrina Monroe, pois as nações se bastariam e não se sentiriam ameaçadas por uma possível recolonização europeia.

De acordo com Nabuco, o Brasil teria o compromisso de desempenhar um papel de interlocutor e intermediário entre o mundo anglo-saxão e o mundo latino para possibilitar sua convergência. Essas visões incentivaram Nabuco à busca de um bilateralismo que punha o Brasil como um aliado preferencial e tradicional dos norte-americanos na busca da unidade dos dois lados do continente. Em seus discursos ele insistia na ideia de inevitabilidade da relação Brasil-Estados Unidos. Acreditava nisso porque a Argentina, por exemplo, apresentava uma forte oposição aos Estados Unidos e ao pan-americanismo e além disso era um competidor comercial norte-americano nas produções agrícolas. O Brasil era um rival histórico dessa nação e incentivava uma postura de aproximação com os Estados Unidos.

A partir da leitura dos discursos e dos ofícios diplomáticos, foi possível perceber que para Nabuco, as etapas do relacionamento continental seriam as seguintes: antes de tudo os Estados Unidos deveriam assumir a postura de líderes do continente, e por isso trazia em sua fala os aspectos que interessavam da Doutrina Monroe; num segundo momento, seria necessária a aliança com o Brasil para possibilitar o exercício de lideranças tanto no norte quanto no sul para formarem juntas um núcleo sólido de paz e harmonia continental. Ou seja, o Brasil seria o possibilitados da aliança entre as duas partes da América, no sentido de possibilitar o pan-americanismo e junto com ele a solidariedade e paz continentais. Finalmente, com essa estrutura consolidada, viria o terceiro momento, onde seria possível expandir as alianças, mas ainda não para todos os países. Somente os mais importantes

seriam incorporados, eram eles: a Argentina e o Chile no Sul e, pela vontade norte-americana, o México, no norte.

Após a conclusão dessas etapas, aos poucos iriam sendo incorporados os outros países americanos. A ideia de alianças para Nabuco era hierárquica, pois via os países com diferenças históricas e de relações de poder que deveriam refletir-se na organização do continente, dando um tom quase que oligárquico para as relações que formariam no continente.

Certamente o diplomata não era ingênuo para pretender uma paridade entre os países. O que importava era um núcleo sólido formado entre o Brasil e os Estados Unidos. E havia obstáculos para a formação dessa aliança, pois os meios materiais de relacionamento entre Brasil e Estados Unidos eram precários – as linhas de navegação entre eles continuavam em mãos de europeus; e o mesmo acontecia no campo das comunicações (as mensagens precisavam ser encaminhadas pela Europa ou pela Argentina). Transações comerciais também eram feitas por bancos europeus. Essas dificuldades teriam que ser superadas para que se ampliasse o intercâmbio e se agilizassem as decisões.

Outra questão dizia respeito à própria postura brasileira em relação à aproximação com os Estados Unidos. Nabuco temia que a embaixada brasileira em Washington tivesse sido usada apenas de maneira publicitária e a promoção internacional obtida lhe tivesse sido suficiente. Ou seja, para Nabuco não bastava a instalação material da embaixada nos Estados Unidos; ele também queria concretizar o seu ideal de colocar o Brasil atuando em escala internacional.

Em outra ocasião, no dia 16 de Fevereiro de 1907, Joaquim Nabuco discursou a respeito das possibilidades científicas do Brasil no terceiro banquete anual do Clube da Universidade de Washington, o qual foi dirigido para representantes de colégios universitários (140 universidades diferentes). Naquele contexto, o Brasil acabara de criar no Rio de Janeiro uma repartição de Geologia e Mineralogia, dirigida pelo geólogo norte-americano Orville Derby. Nesta alocução, Nabuco ressaltou que o Brasil possuía o maior sistema hidrográfico do mundo e que muitos botanistas, zoologistas e mineralogistas estrangeiros já haviam passado por nosso país no sentido de catalogar essa diversidade, inclusive muitos deles americanos.

> Em parte nenhuma haveis de encontrar um campo para descobrimentos geográficos e scientificos como o Brasil, que supposto haver emergido do oceano muito antes de que qualquer outra parte do mundo, conserva todavia as maiores extensões de terra descoberta no globo. Lembrai-vos que estão localizados no vosso continente.[85]

Além disso, o nosso diplomata ressaltou a importância da grande quantidade de riquezas dos doadores americanos e que era dever da ciência com a natureza aliar-se a essa riqueza.

Já nesse discurso, Nabuco desenvolve a convicção de que era necessário alcançar a Idade Científica para aproximar os países latino-americanos com os da América do Norte no âmbito do conhecimento no sentido de reduzir as diferenças entre os países pois:

> A sciencia aligeira sem dúvida as penas dos homens, multiplica-lhes os labores, melhora-lhes a condição em um grão e medida que a beneficência e a caridade nunca o lograriam. Caridade é local, sciencia é universal.[86]

E finaliza o discurso afirmando que o Brasil oferecia a maior possibilidade de dilatar os domínios da ciência e que os pesquisadores do Brasil não deveriam ignorar essa idiossincrasia do país. Ou seja, ao falar de pesquisas científicas Nabuco quis fazer circular a representação de modernidade.

Nesse sentido, o diplomata acreditava que as conferências pan-americanas teriam o seu papel na identificação de interesses comuns das nações americanas e no aprofundamento de suas relações, mas não bastariam, sendo necessária a criação de uma opinião pública americana, condição essencial para o desenvolvimento das duas Américas.

Também nesse contexto, Nabuco foi convidado pelo Sr. Willian Alden Smith – membro da Câmara dos Representantes ao Congresso pelo estado de Michigan – a participar das cerimônias que tiveram lugar na cidade de Grand Rapids, em 12 de fevereiro de 1906, em comemoração ao nascimento do presidente Abraham Lincoln[87]. Nessa ocasião, também estiveram presentes membros do Congresso norte-americano e representantes da imprensa local.

---

[85] "Possibilidades científicas no Brasil", no terceiro banquete anual do Clube da Universidade de Washington, aos 16 de Fevereiro de 1907, p. 3.
[86] Idem, p. 6.
[87] Cumpre ressaltar que, no estado de Michigan, as cerimônias em comemoração ao nascimento do presidente Abraham Lincoln aconteciam anualmente.

Nas palavras de Nabuco, a cerimônia mais importante constituiu o banquete comemorativo, servido a cerca de mil e duzentos convivas no salão do Teatro Auditorium. Nessa circunstância, Nabuco pronunciou uma alocução celebrando a influência mundial de Lincoln, tema que lhe foi dado de antemão. Nabuco chamou a atenção para a grande receptividade que suas palavras tiveram junto às autoridades políticas e à imprensa de Michigan, a julgar pelos múltiplos aplausos e pelas repetidas manifestações de apreço e consideração que lhe foram dirigidas. Ele afirma ter recebido felicitações calorosas do presidente Roosevelt pelas suas palavras proferidas em Grand Rapids[88].

O cerne do discurso proferido por Nabuco em Michigan girou em torno da exaltação da influência de Lincoln para as nações estrangeiras, destacando que este representava para o mundo o espírito da união nacional contra o espírito do separatismo local. Em suas palavras:

> *[…] before anything, Lincoln represents to the World the spirit of national union against the spirit of local separatism, the right and duty of nations to fight disintegration in their midst.*[89] *(1906, p.2)*

A partir desse discurso depreendemos que os Estados Unidos exerciam grande influência sobre as nações latino-americanas e tinham o objetivo de impedir uma desintegração do território, visto que fora a primeira nação que estabeleceu o verdadeiro caráter do que é ser uma civilização americana: a saber, uma nação que mantivesse a integridade do território e conseguisse conter os movimentos rebeldes, tendo como premissa a liberdade individual e que proporcionasse o desenvolvimento material de seus indivíduos. Nesse ponto do discurso, Nabuco faz uma análise da importância da Doutrina Monroe, de acordo com aquilo que era interessante aproveitar da mesma. Isso porque, o diplomata reconhecia a importância dos Estados Unidos dentro do continente americano, mas não o direito de intervenção armada. Vejamos.

A doutrina pronunciada pelo presidente Monroe ao Congresso dos EUA em 1823 surgiu como manifestação contra uma eventual intervenção de potências europeias nos destinos dos países do Novo Mundo, transformando-se rapidamente em

---

[88] Ver o ofício n. 5, de 20 de fevereiro de 1906.

[89] "Antes de qualquer coisa, Lincoln representa para o mundo o espírito da união nacional contra o espírito local do separatismo, o direito e o dever das nações de lutarem contra a sua desintegração ao meio". (Tradução da autora.)

princípio fundamental da política pan-americana da época. O Brasil aderiu aos seus enunciados que se resumiam a defender que

> *the occasion has been judged proper for asserting, as a principle in which the rights and interests of the United States are involved, that the American continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers. […] In the wars of the European powers in matters relating to themselves, we have never taken any part, nor does it comport with our policy to do so. It is only when our rights are invaded or seriously menaced that we resent injuries or make preparations for our defense. […] It is impossible that the allied powers should extend their political system to any portion of either continent without endangering our peace and happiness; nor can anyone believe that our southern brethren, if left to themselves, would adopt it of their own accord. […] If we look to the comparative strength and resources of Spain and those new governments, and their distance from each other, it must be obvious that she can never subdue them. It is still the true policy of the United States to leave the parties to themselves, in hope that other powers will pursue the same course.*[90]

Esta mensagem demonstra as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos em relação ao continente americano, visto que o presidente deixava clara a predisposição deste país de intervir militarmente caso ocorressem ingerências europeias em territórios já independentes. Nessa ocasião, os norte-americanos se auto atribuíam a função de defender o continente, e caso chegassem a ocupar alguma parte, poderiam se tornar uma ameaça à autonomia dos mesmos. Tal posicionamento levantou questionamentos especialmente a partir da guerra em que os Estados Unidos se envolveram contra o México entre 1836-1848, momento em que tomaram cerca de metade do território do país vizinho. Além disso, quando os Estados Unidos intervieram na guerra de independência de Cuba, o que garantiu a vitória contra os espanhóis, que além de perderem o território cubano, perdeu também os territórios atuais do Porto Rico e Filipinas.

---

[90] Transcript of the Monroe Doctrine, expressed during President's Monroe seventh annual message to Congress, December 2, 1823. *A ocasião é propícia para afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia. [...] Em nenhum momento nos imiscuímos nas guerras que as potências europeias empreenderam por questões particulares; tal é nossa política. Somente quando nos atacam ou vemos seriamente ameaçados os nossos direitos, é que nos consideramos ofendidos ou nos preparamos para a defesa. [...] É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer parte dos continentes americanos, sem ameaçar nossa paz e segurança, nem se pode supor que nossos irmãos do Sul o adotassem de livre e espontânea vontade, caso os abandonássemos à própria sorte. [...] Se considerarmos a força e os recursos da Espanha e dos novos governos da América bem como a distância que os separa, é evidente que a Espanha jamais poderá chegar a submetê-los."* (Tradução da autora).

Dessa forma, quando os norte-americanos propuseram a aproximação dos países americanos, sob uma ideia de pan-americanismo, foram vistos com desconfiança pela maior parte das nações do continente, que se sentiam ameaçadas pelo posicionamento econômico do último. Isso porque a livre troca de mercadorias entre as nações americanas tendia a favorecer aquela que era economicamente mais desenvolvida. É nesse sentido que Nabuco afirma a importância do Brasil como interlocutor entre as duas partes da américa: no sentido de fazer esmaecer todas as desconfianças em nome de um continente cujas nações estariam unidas pela solidariedade e em nome de uma paz e modernidade continentais.

Para termos uma ideia, a intervenção dos Estados Unidos na guerra de independência cubana foi o marco inicial da política intervencionista do país norte-americano, cuja base oficial foi formulada pelo presidente Theodore Roosevelt, em 1904. Ele afirmou que os Estados Unidos eram nação civilizada e que tinham o direito e dever de intervir militarmente em qualquer país relutante e incapaz de garantir a paz interna ou o pagamento de suas dívidas com outros países.

A partir da análise dos artigos publicados na *Revista Americana,* foi possível perceber que essa ideia dos Estados Unidos enquanto garantidores da defesa do continente latino-americano foi apropriada de maneiras diversas pelos intelectuais daquele momento. Aquela escolhida por Joaquim Nabuco para se fazer circular entre os representantes da elite política e diplomática, consistia em uma postura amistosa e positiva da Doutrina Monroe, visto que seu principal objetivo era aproximar as duas nações a fim de tornar possível uma aliança não escrita, em que pelo menos seria garantida a neutralidade dos Estados Unidos em questões fronteiriças. Portanto, para Nabuco, sua atuação na embaixada de Washington tinha esse caráter nacional de garantir a integridade do território, bem como o ideal maior de unir as nações do continente americano e estabelecer o pan-americanismo, sinônimo de paz.

Nabuco tinha a prática de discursar (a oratória) e de publicar sob a forma de impressos esses discursos. Portanto, trata-se de uma circulação imediata (àquela restrita ao público que ouve) e uma mais prolongada, cuja extensão temporal e espacial é maior. Com o intuito de fazer circular representações, Nabuco se utilizou

da oralidade para alcançar público presente, composto de figuras proeminentes como secretários de Estado, representantes diplomáticos, intelectuais, dentre outros.

Dentre as representações que Nabuco fez circular através de seus discursos em espaços de sociabilidade como banquetes e a *Revista Americana, s*e destacam a ideia de América, enquanto consequência do pan-americanismo, a de paz (como resultado da união e compromisso entre as nações americanas) e a de povo americano, como resultado direto das influências do meio, das raças que se miscigenaram e da civilização que foram capazes de constituir. Um povo com traços únicos, e mais desenvolvidos que os povos europeus.

Dessa forma, é possível perceber um silêncio a respeito dessa prática intervencionista, não por que se considerasse que ela não existisse, mas porque era mais interessante mudar de assunto. O diplomata, então, adotou a prática de citar a Doutrina Monroe no sentido de contemplá-la como um aspecto positivo na realização da política pan-americana. Ele foi capaz, em sua prática de discursar, de manter as representações da Doutrina Monroe e tê-la divulgado dentro dos limites que acreditava serem fundamentais para a constituição de uma nação pan-americana.

Nabuco também estabeleceu uma aproximação entre a figura proeminente de Lincoln e a questão da Doutrina Monroe como essencial para a manutenção do continente americano. Vejamos:

> *Lincoln's name brings at once to every mind, as he stood for Monroe's Doctrine at its critical moment, the thought that but for him, with the breaking of American Union, our continent would be now divided between itself and rent perhaps in two different political poles.*[91] *(1906, p.3)*

Fundamentado na exaltação do espírito americano personificada na figura de Lincoln, Nabuco incorpora o espírito da grandeza nacional, que não deve ser vista como de pouco esforço:

> *This is a law (the law of the lesser exertion), I am afraid, that does not sound well in this center of ever-increasing activity and competition, least of all on*

[91] "o nome de Lincoln traz logo para cada mente, a maneira como ele sustentou a Doutrina Monroe em seu momento mais crítico o pensamento de que se não fosse por esta doutrina, com a quebra da União Americana, o nosso continente estaria agora dividido em dois polos políticos diferentes".

> *the present occasion, as Lincoln illustrates in History just the contrary law: that of the greatest effort."*[92] *(1906, p.2)*

Ou seja, apesar de admitir que as nações do continente americano encontravam-se em ritmo de desenvolvimento diferente dos Estados Unidos, o diplomata assevera que os norte-americanos poderiam influenciar positivamente o continente compartilhando de uma postura que também possibilitasse o desenvolvimento de outras nações no sentido de diminuir a distância econômica entre as nações

O nome de Lincoln também é lembrado em virtude de sua participação na luta contra a escravidão, ao mesmo tempo em que a nação americana é exaltada por ter liderado o continente a se tornar em uma nação de homens livres.

Em relação à raça, Nabuco via na mestiçagem do Brasil um fator de descrédito nacional que deveria ser revertido, e por isso era necessário incentivar e facilitar a imigração europeia a fim de clarear a população brasileira. Tal fator deveria ser revertido, pois grande parte da população não só brasileira, como sul-americana, havia se formado a partir da escravidão, e não dos imigração livre que havia propiciado o desenvolvimento de uma raça única entre os norte-americanos.

Segundo Silveira (2000, p. 23-24), da mesma forma que nos EUA, a intelectualidade brasileira também absorvera e adaptara desde a época de 1870 os paradigmas cientificistas de análises sociais fundamentalmente baseados no positivismo e no darwinismo social que levaram à hierarquização dos países pelo seu nível de desenvolvimento, perspectiva que implicava o reconhecimento de uma escala entre as sociedades das mais simples às mais complexas. Os Estados Unidos e a Europa, supostamente no topo dessa pirâmide, eram vistos como superiores.

Retomando o artigo citado anteriormente, nele Joaquim Nabuco defendeu que já era tempo de compreender a importância da descoberta da América da civilização porque os países já tinham uma noção de sua individualidade nacional mesmo não sabendo onde ela chegaria. Naquele momento, os EUA, supostamente já teriam atingido esse *status*, e por isso estavam mais preparados para liderar o continente em busca de uma solidariedade pan-americana. A raça americana teria passado por uma influência europeia nas suas transformações, visto que as pessoas que

[92] "Esta lei (a lei do menor esforço), eu temo que não soe bem neste centro de competição e atividade sempre em desenvolvimento, pelo menos nesta presente ocasião, já que Lincoln ilustra na História justamente a lei contrária: a lei do maior esforço." (Tradução da autora.)

colonizaram esse espaço foram aquelas que vieram da Europa por escolha própria. Ao afirmar que a América é o continente da paz graças à Doutrina Monroe, Nabuco ressaltou igualmente que nada concorreria mais para o crescimento dos Estados Unidos do que o Pan-Americanismo – se constituído, a resoluta política externa dos EUA a ligaria ao resto do continente e paz e pan-americanismo seriam termos equivalentes.

O autor também argumentou que o que fez da América um continente de paz foi a força imprimida pela imigração; pois este continente não passava de uma nação formada por "nações pela vontade própria"; ou seja, os países foram formados pela imigração livre, e não pela conquista. A América foi um lugar onde as raças europeias se entremearam, aliaram e trocaram a velha alma por uma nova alma americana, tanto nos Estados Unidos como nas outras nações. Raça americana deveria ser compreendida como a "síntese inalterável da mistura" [93], que mantém uma composição étnica variável que proporciona a individualidade. Com o influxo constante de novos contingentes, não se formou o "inútil e decadente resíduo nacional" [94].

Dessa forma, a nação americana foi criada pelo sentimento de pátria e o sentimento de liberdade e independência levou os colonizadores a romper os laços e escolher a sua própria pátria. A América ainda contribuiu para regenerar o mundo, pois antes da imigração humana, o que existia era o tráfico de escravos, o povoamento baseado no roubo de homens. A Europa, por sua vez, está ligada à escravidão, pois ela marcou o período colonial. A imigração é uma característica americana e essa atração quebrou na Europa uma série de estratificações – criou a oportunidade de construir a vida em circunstâncias favoráveis, fez da pátria uma submissão voluntária e derrubou os alicerces da servidão prática.

O diplomata destacou que uma grande contribuição norte-americana é a democracia, pois o espírito de liberdade anglo-saxão cresceu em uma terra sem tradição monárquica e tomou a forma de democracia, que é o governo do melhor homem. Além disso, Nabuco chama a atenção para a igualdade de condições sociais em todas as classes do país, a maior contribuição possível para o progresso.

---

[93] *Revista Americana*, p. 25
[94] Idem.

E, finalmente, discute a civilização, compreendida por ele como a melhora das condições sociais da humanidade. A América não estaria na dianteira do aumento intelectual, mas sim no melhoramento da condição social do homem em virtude de uma evolução que já se encontrava em progresso em uma sociedade em que o sistema de educação e a inclusão da mulher nas correntes de pensamento era um fato. A América Latina, por sua vez, ainda não havia entrado em cena.

> Temos, entretanto, realizado uma obre considerável de civilização vencendo grandes dificuldades e creio que em nenhum outro logar se poderiam escolher typos mais belos de homens e de mulheres como em nossas diversas nações. Nutrimos a esperança de que honramos os nossos troncos nativos e que mostramos, comparados com eles, traços da mesma evolução que apresentaes comparados com a raça inglesa. Muitos ideaes do mundo são, pelo menos em parte, sustentados pela nossa fé e, sem que isso seja notado, devido ao nosso isolamento [...]. (Revista Americana; A parte da América na civilização, p. 35.)

Além disso, a igualdade geral de condições explica o destaque dos Estados Unidos em relação ao mundo, que por essa razão foi escolhido como o lar adotivo de muitas raças.

Ele também afirmou que paz e pan-americanismo são termos equivalentes porque a América é o continente da paz graças à Doutrina Monroe e explicitou o seu desejo de que todas as diferentes partes do continente se aproximassem.

Em um segundo artigo, intitulado *A aproximação das duas Américas,* Nabuco, no intuito de mostrar os benefícios de uma união pan-americana para todas as partes, assevera que Chicago era um dos portões de entrada do mundo por onde penetravam novas concepções sociais, novas formas de ser, em uma das fontes da civilização moderna. Especialmente a Universidade de Chicago havia beneficiado a espécie humana, pois havia alargado a proporção em que se desenvolve a ciência, já que aumentara o número de homens aptos a lidar com a ciência e entender as diferentes linguagens. Nessa linha de argumentação ele afirma que "*isso é principalmente um indício da vossa sympathia para com a obra da aproximação das duas Américas"* [95].

Ele ainda explica que as razões para o afastamento que persistia até aquele momento seria o fato de que muitas nações temiam o contato com os Estados Unidos em virtude da grande diferença de força. E os EUA, por sua vez, se

[95] *Revista Americana*; A aproximação das duas Americas, p. 38.

opuseram em virtude de sua indiferença ao movimento. Naquele momento então, o embaixador brasileiro propunha que as suspeitas cedessem lugar à confiança e que a indiferença pudesse dar passagem ao sentimento de afinidade continental. No Brasil, de acordo com o autor, os estadistas nunca temeram essa aproximação e este contato era visto como uma atitude que traria progresso e benefícios.

O efeito dessa aproximação da América Latina com os Norte-americanos teria como efeito a lenta americanização do otimismo, intrepidez e energia:

> *para as raças latinas festina lente é a regra da saude e da estabilidade. E seja-me licito dizer que é um bem para a humanidade que todas as raças não marchem a passo igual, que todas não corram. (Idem, p. 40)*

Nabuco não propunha, como se pode notar, o mesmo ritmo dos Estados Unidos, mas afirmava que havia um ponto comum no destino das duas Américas - todas as nações eram países que foram formados pela imigração para que os estrangeiros tivessem seu espírito nacional reduzido a um civismo patriótico. Dessa forma, a capacidade assimiladora do organismo latino deveria ser reforçada. E para isso não bastaria um sólido patriotismo, pois o que atrai a imigração é o espírito político que existe nos Estados Unidos. Sem ele os forasteiros não teriam a capacidade de se transformar em cidadãos. “O espírito político americano é uma combinação do espírito da liberdade individual com o da igualdade” (Idem, p. 41).

Ele assevera ainda que a liberdade por si só não converteria o imigrante em novo cidadão; a igualdade sim fora um agente poderoso, pois elevou socialmente o imigrante europeu na América. Isso que o fez desejar ser americano - é o progresso que os fez abandonar sua nacionalidade. Nesse sentido, a aproximação com os Estados Unidos ensinaria o segredo de empolgar imigrantes e atraí-los, criando um *habitat*. Para os Estados Unidos as vantagens seriam a simpatia dos países latino-americanos de forma que se tornasse um prolongamento do solo nativo.

Também propõe que a Doutrina Monroe não seria somente uma medida de precaução nacional e defesa própria. A política estrangeira permanente seria aquela por meio da qual se tentaria realizar um destino comum; e não pensando em si própria, fazendo das outras simples instrumentos – a livre cooperação abriria o caminho para a paz e o mútuo auxílio; sendo o natural destino de cada nação.

Nessa direção, era convicção de Nabuco que as conferências Pan-Americanas deveriam ser permanentes e ter um caráter de periodicidade, se transformando em assembleias diplomáticas que não teriam o intuito de apontar erros ou apelar para a simpatia; mas sim construir uma opinião pública pan-americana. Isso porque estas conferências seriam uma estratégia para criar espaços de sociabilidade em que circulariam as representações de América.

A par da distante e vaga opinião do mundo, é necessário a construção de uma maneira de pensar americana comum, ampliada pela concentração direta de nação a nação. Para que estas conferências se tornassem realidade, o primeiro passo seria que cada um fosse educado no sentido de respeitar a diversidade da raça humana em nome de um alargamento do horizonte intelectual e de um empenho dobrado de compreensão. Esta também se mostra uma das convicções do diplomata em seus discursos.

A partir da leitura e análise deste discurso, podemos perceber que Nabuco atribuiu aos EUA o papel de líderes do movimento pan-americano no sentido de construir o espírito de paz e solidariedade no continente e que ele esperava algo em troca da expressão desse reconhecimento. É importante ressaltar que o cargo de embaixador proporcionou à Nabuco um novo entendimento da situação. Encontrou um propósito no cenário internacional para a nação americana e a importância da política que foi realizar em Washington como embaixador.

Continuava sem enxergar na parte cultural qualquer contribuição dos Estados Unidos para o mundo, mas entendeu que havia outra contribuição tão importante quanto ou maior, que ganhava perspectiva: a promoção da paz pelo exercício de seu poder. Dessa forma, Nabuco relativizou a importância que atribuía à Europa e atribuiu mais relevância ao desenvolvimento material dos Estados Unidos, visando que tal reconhecimento pudesse trazer benefícios para o Brasil, o que, dentro do processo ideológico de americanização em que vivíamos no início do século XX, acabou dando expressão e significação ao que considerava uma condição modelar da sociedade mais avançada do nosso continente: a norte-americana.

O pensamento político de Nabuco indica que existia um componente solidário e de aproximação com os países americanos, coordenado com outros elementos ligados

à visão hierarquizada dos países, na ideia de relacionamentos preferenciais independentes e na perseguição de interesses nacionais brasileiros alheios a de outros.

Além do embaixador Nabuco, outros intelectuais da América Latina construíram uma opinião a respeito dos interesses e consequências de uma aproximação entre Estados Unidos e os outros países do continente americano.

Tal aspecto da aproximação entre os dois países foi discutido em banquete oficial, espaço de circulação de representações, oferecido ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, do qual também participaram representantes diplomáticos do continente americano juntamente às suas senhoras. Joaquim Nabuco esperava que esse banquete fosse "uma festa de alcance político e que deixaria em Washington uma impressão duradoura." [96]

No discurso *The American Conscience and American Public Opinion,* Nabuco ressaltou a importância da Conferência Pan-Americana e que o professor Rowe for bem sucedido em organizar a sua própria conferência pequena ao chamar as personalidades representativas da América do Norte, Central e do Sul para expressar as suas opiniões pessoais.

Na opinião do diplomata, a função daquelas pequenas assembleias periódicas das Repúblicas Americanas deveria ser primeiramente a de formar e manifestar ao mundo a consciência americana, assim como a paz, a solidariedade e a influência dessa raça de índole única. Segundamente, também seria objetivo dessas assembleias construir uma opinião pública comum americana no sentido continental, de acordo com o que o próprio intelectual expressa. Ao falar de consciência Americana, o diplomata se refere ao sentimento da própria órbita, separada da Europa apesar das contribuições do influxo europeu ao nosso continente:

> *products that we are of the overflow of the European races, doubting even that in our soil all the stems of European culture could ever produce the same fruits or the same flowers as in their native soil, we, however, elected to form a political system wholly unconnected with that of Europe.* (1906, p. 15).

Essa forma de governo diferente para a qual Nabuco chama a atenção, não era a única vantagem do continente americano, mas também era uma vantagem para a

[96] Ver ofício reservado, de 3 de Janeiro de 1906.

Europa visto que o nosso solo poderia ser usado para desenvolver todas as raças, seria um campo para as “forças superabundantes”. Afirmava isso, pois considerava que a América era um continente neutro frente ao resto do mundo que era considerado beligerante.

Um dos obstáculos para o desenvolvimento da consciência Pan Americana estaria precisamente a influência dos Estados Unidos sobre o resto do continente, caso esta nação não se dispusesse a colaborar para o desenvolvimento das outras nações. Nabuco afirmou que seria uma questão de bom senso e sinceridade para os Latinos Americanos admitir a crença universal de que a principal garantia para a separação do sistema político americano é a existência de uma “massa de poder humano” que agita o resto do mundo.

Nesse sentido, o primeiro passo para a formação de uma consciência americana é que as Repúblicas latinas observassem a parte que os EUA tiveram e tem de atuar ao guardar a Doutrina Monroe não em um sentido ofensivo ao orgulho e dignidade de nenhum desses países, mas um privilégio ao qual eles devem sustentar ao menos com simpatia e um conhecimento real do serviço que está sendo feito para todos. Ao fazer isso os EUA mostrariam o seu desinteresse em usar essa doutrina como a base de nossa política externa. O que Nabuco faz nesse discurso é colocar a Doutrina Monroe dentro de seus limites, que fossem interessantes para as outras nações, e que excluía a possibilidade de intervenção armada por parte desse país.

No sentido de criar uma opinião pública comum, Nabuco propõe, além dos encontros entre governantes, que as instituições e órgãos de opinião pública dos dois continentes deveriam se aproximar e ter suas próprias conferências além de mostrar uma real preocupação em visualizar que nenhum país está muito atrás dos outros (reforçando a noção de paz e solidariedade). Uma atitude mais ampla e profunda seria a criação nas universidades das duas américas, principalmente nos EUA, de uma geração de mestres e estudantes imbuídos do espírito continental, que seriam então responsáveis por dar continuidade à circulação das representações de pan-americanismo. Talvez por pensar dessa forma, Nabuco tenha escolhido proferir parte considerável de seus discursos para os estudantes e professores das universidades públicas e particulares de Wiscosin e Yale, nos Estados Unidos.

Nesse sentido, foi possível apreender que Nabuco foi um propagandista com o objetivo de desfazer desconfianças e a descrença no desinteresse do mais forte, marca registrada dos países sul-americanos. Com esse objetivo em mente, percebeu a necessidade de promover um trabalho de alicerce de sua política americana, baseando-se na força heterogênea, influenciada pelos meios de comunicação que eram um dos espaços em que circulavam a opinião pública. Nabuco considerava que a opinião pública estava se ampliando e ocupando um *status* internacional cada vez mais considerável. A opinião sobre o Brasil, portanto, deveria ganhar relevo, afinal o objetivo da presença do diplomata era aumentar o poder de influência do Brasil quando se tratasse de questões internacionais.

Nesse sentido, ele acreditava que a aproximação entre Brasil e Estados Unidos fosse imprescindível para garantir a integridade territorial brasileira, ganhar posição no sistema de poder continental e concretizar o desenvolvimento material e político de todos os países americanos à imagem norte-americana. Rio Branco era menos agressivo e usava essa aproximação apenas como uma política de base, secundária. O ministro queria viabilizar seus objetivos principais atuando de maneira mais autônoma nas questões sub-regionais, especialmente de definição de limites territoriais, trazendo prestígio para o Brasil em meios internacionais e garantindo os interesses da economia nacional cafeeira.

A partir da leitura e análise do corpus documental selecionado – discursos de Joaquim Nabuco, ofícios diplomáticos, atas do Conselho de Estado Brasileiro e artigos da imprensa - pode-se perceber que Nabuco acreditava e estimulava a participação de grupos influentes da imprensa – especialmente o Gridiron Club - e de diplomatas – o Bureau Internacional das Américas - no sentido de efetivar suas ações de aproximação entre os dois países. Fez isso ao oferecer uma série de banquetes e jantares para as figuras que considerava proeminentes daquela sociedade e da comunidade internacional.

Diante do exposto acima, podemos afirmar que a oportunidade de exercer influência sobre a opinião pública em espaços de sociabilidade, como as ocasiões de banquete político e a *Revista Americana*, não passou despercebida aos olhos de Joaquim Nabuco. O diplomata soube utilizar esses momentos em prol da defesa da política externa brasileira naquele momento em que cabia a Nabuco forjar uma

aproximação diplomática entre os Estados Unidos e o Brasil em consonância com os pressupostos com o ideal do pan-americanismo.

3 REVISTA AMERICANA

Ao utilizar a *Revista Americana* como uma das fontes desse trabalho, cabe salientar que, como todo objeto cultural, um periódico faz circular representações que são válidas para um determinado grupo. Essas representações são as formas como um determinado grupo se dá a ler. Nela coexistem várias formas de apropriação pelos diversos grupos e subgrupos que formam uma dada comunidade de leitores. Afinal, a revista é um espaço onde se realiza uma prática social de produção de sentido sobre a experiência coletiva.

Nesta pesquisa, consideram-se os articulistas da *Revista Americana* como enunciadores de opiniões em resposta a determinadas questões em discussão no período – especificamente aquela relacionada à aproximação entre América Latina e Estados Unidos. Nesse sentido, autores que fizeram parte da publicação contribuíram para a criação de uma determinada comunidade interpretativa e tornaram a revista um local de circulação de ideias e debates.

Ao considerarmos a cooperação e o intercâmbio cultural e intelectual entre as Américas, com especial destaque para a América do Sul, faz-se imprescindível compreender como os intelectuais que escreveram no periódico pensaram questões referentes ao continente. E também como associaram estas ao papel da ação diplomática na construção de uma identidade brasileira e sul-americana. Trata-se, principalmente, de uma reflexão sobre o papel que a diplomacia deveria assumir no continente e este no novo concerto das nações que vinha sendo redefinido na Europa quando do momento da circulação do periódico.

Nesse sentido, a representação de pan-americanismo que Nabuco fazia circular por meio de uma retórica pan-americanista disseminada em espaços como discursos orais, banquetes, também encontrou espaço na revista citada anteriormente.

O eixo norteador da revista é a aproximação com os Estados Unidos. Estes passaram a estimular relações comerciais com os demais países do continente a partir da Conferência Pan-Americana de Washington, na qual se fizeram representar todos os países do continente, marcando uma nova era de relacionamentos. Foi a partir de tal evento que o pan-americanismo proposto pelos norte-americanos,

assumiu uma postura solidária, defendendo aspectos práticos para o comércio e resgatando o ideal de uma união latino-americana. Esta união proposta pelos norte-americanos não se baseava em uma unidade hemisférica a partir de correspondências culturais ou históricas, mas sim por meio do vislumbre de um futuro comum, possível graças à Doutrina Monroe.

Não é absurdo supor, baseados no que afirmaram Castro (2012) e Santos (2005), que a *Revista Americana* foi parte integrante de uma estratégia de formulação de um projeto que consistia em estabelecer parâmetros acerca da função a ser exercida pelo corpo diplomático, associada ao papel que caberia à América do Sul na ordem mundial que se forjava nos primeiros anos do século XX. Dito de outra forma, em como o periódico pode servir como referencial para a elaboração de um ideal americano evidenciado em suas páginas. Nesse sentido, ampliamos essa ideia para pensar nossos objetivos e nossas hipóteses como parte desse projeto.

Afirmamos isso porque a *Revista* foi espaço de intensos debates que, no entanto, não expressavam algo acabado. Ainda de acordo com Castro (2012), caracterizou-se como um local em que ideias e visões de mundo estavam sendo construídas. Seria uma espécie de laboratório em que intelectuais, em sua maioria, ligados ao campo diplomático, se posicionavam ante questões contemporâneas, marcada por uma nova ordem mundial e que exigia uma leitura renovada da época. Nesse sentido, o objetivo seria o de buscar prognósticos que fossem aplicáveis aos países da América do Sul.

Concordamos com a opinião de Ortega (2003) para quem o ideário da revista pode ser considerado como um conjunto teórico, do qual é possível apreender os pontos fundamentais de uma ideologia de integração continental com características próprias que procurava fornecer fundamentos para a política externa.

Nesta seleção de *fac-símiles* da *Revista Americana*, além de dois discursos escritos e publicados por Joaquim Nabuco, encontramos a expressão da intelectualidade contemporânea de nosso personagem na América Latina a respeito do lugar dos Estados Unidos nesse novo direcionamento das relações internacionais. Dentre os artigos encontramos opiniões controversas a respeito deste tópico. Selecionamos trabalhar com os autores que de alguma maneira se posicionaram em relação à

preponderância dos Estados Unidos no continente (e os riscos desse destaque), bem como aqueles que teceram representações à respeito da Doutrina Monroe.

Em 1901, o autor Benjamim Vicuña Subercaseaux, intelectual chileno que se destacou como escritor e diplomata, enviou discurso para a *Revista Americana*, cujo título era *La orijinalidad de los Estados Unidos,* e assim como Joaquim Nabuco, asseverou que os EUA foram formados pela Europa, mas os imigrantes que dali vieram deram origem em solo americano a algo diferente: *"El jermen europeu, transplantado a tierra virgem, dio una flor desconocida".*[97]

Afirmou que os homens que ali nasceram, o fizeram sem a influência de tradições inglesas e em liberdade. Além disso, a constituição da forma de governo dos Estados Unidos ocorreu de forma diferente da América Latina e dos povos europeus porque:

> *En Estados Unidos, los altos recursos de lá vida publica no están en el centro, en el Govierno. Lo que ahi de enérgico y de memorável, pertence a lá vida individual, al espirito de aventura cujos efectos producen lo contrario de lá unidad. No ha habido ahí una influencia colectiva, una de essas isonomias civiles y políticas que dan forma a un ideal comum.* [98]

Ele ainda argumenta que, de forma diferente, entre os povos latinos, a própria natureza da liberdade contribuiu para a coesão, pois ela foi conquistada tardiamente sob a absolvição do governo. Em outras palavras, a maneira como ocorreu a colonização entre as nações latino-americanas, privadas de liberdade política, econômica e social, contribuiu para uma coesão entre as mesmas no pós-independência. Essas nações passaram por experiências semelhantes enquanto colônias.

Afirmou também que nos EUA a liberdade nascera com o Estado, sendo parte de seu fundamento. Tal ponto de vista é compartilhado por Nabuco em seus discursos quando defende que o território americano transformou os imigrantes europeus em um povo com ideais diferentes. Nesse sentido, pensamos que Subercaseaux aprovava uma liderança continental por parte dos Estados Unidos, visto que eles

---

[97] *Revista Americana*, p. 47. “A semente europeia, transplantada para terra virgem, deu origem a uma flor desconhecida.” (Tradução da autora.)

[98] Idem, p. 49. “nos Estados Unidos, os altos recursos da vida pública não estão no centro, no governo. O que há de enérgico e memorável, pertence à vida individual, ao espírito de aventura cujos efeitos produzem o contrário da unidade. Não houve ali uma influência coletiva, uma dessas isonomias civis e políticas que dão forma a um ideal comum.” (Tradução da autora.)

apresentavam aspectos de civilização que ainda seriam falhos nas repúblicas latino-americanas.

Apesar de acreditar nessa representação de predomínio dos Estados Unidos, Subercaseaux também acrescentou que os anglo-americanos não conheciam o sentimento do passado e para eles não havia tradição; nesse sentido, a aproximação dos Estados Unidos com a América Latina poderia ser muito positiva. Defendia isso, pois essa idiossincrasia os distanciava do restante da América latina, para os quais pátria e Estado eram - nos EUA, ao contrario, estão à luz do presente e carecem do prestigio do tempo. Nesse sentido, o autor acrescentou que o passado ainda não era sentido entre eles como uma força misteriosa e este era o motivo de ter se desenvolvido neles um caráter de ambição desenfreada e um amor pelo novo.

Nesse sentido, pensamos que o autor pensava que a originalidade dos Estados Unidos se manifestava em um individualismo sem precedentes na história, marcado pela falta de tradição, e pela falta de um governo histórico e concebido.

Ao escrever esse artigo, é possível que o autor Subercaseaux estivesse apontando quais seriam os benefícios para os Estados Unidos de uma aproximação com os países latino-americanos, que poderiam compartilhar de suas experiências, tradições e de seu ritmo próprio.

Diferente de Subercaseaux e de Nabuco, Eduardo Prado pensava de forma negativa a Doutrina Monroe e afirmou que a aproximação entre Brasil e Estados Unidos não seria vantajosa, pois faltava fraternidade. Este autor foi profundamente criticado por Dunshee de Abranches e Araripe Júnior em virtude desse posicionamento que consistia em afirmar que

> *a Doutrina Monroe é por certo, uma boa cousa, mas, como todas as cousas boas antiquadas, precisaria ser reformada. Essa doutrina resume- se nessa frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia, com prazer, um adiantamento: para os americanos, sim, senhor, mas, entendamo-nos, para os Americanos do Norte. Comecemos pelo nosso vizinho, o México, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo. A América Central virá depois, abrindo o apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mappa, vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom de garfo; há de devorar o presunto; isso é fatal, é apenas uma questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande*

> *para extender a sua sombra gloriosa de um oceano a outra. Um dia ela fluctuará, única e ovante, do polo Norte ao polo austral.*[99]

Defendia, portanto, que os Estados Unidos estariam muito longe de representar um instrumento de progresso verdadeiramente sólido, pois haveria incoerências graves em seu passado e seu presente. Portanto, deixa implícito que a aproximação com os Estados Unidos deveria ser cautelosa de forma que não culminasse em perdas territoriais.

Já Araripe Júnior, nos artigos que publicou em Dezembro de 1909 e Janeiro de 1910 com o título *A Doutrina de Monroe*, se propôs a estabelecer uma análise histórica do processo de construção do monroísmo e se posiciona favoravelmente à doutrina como maneira de aproximar as nações do continente. Afirmamos isso, pois o autor acreditava que a Doutrina Monroe foi o primeiro sentimento da autonomia americana se incorporando ao progresso.

O autor pensava que esta doutrina se resumiu a afirmar que a soberania de um povo é intransferível e teve o fim utilizável, no instante em que foi redigida, no sentido de impedir que outros países pudessem justificar a ocupação dos territórios da costa do noroeste. Portanto, como se tratava de um fruto do sentimento americano e criado como uma forma de “defesa da paz e da estabilidade do continente americano”, havia se tornado atemporal e seria pilar central da política norte-americana. Nesse sentido, ele se apropria de uma das representações que Joaquim Nabuco teve a intenção de fazer circular: a de que pan-americanismo e paz eram sinônimos.

Neste mesmo artigo, Araripe Junior discutiu a doutrina assinada por Monroe e explicou que as dissidências em relação ao monroísmo são oriundas de sugestões maléficas, mas que não se deveria pensar dessa maneira, visto que todas as construções humanas possuem o lado positivo e negativo. Dessa forma, pensamos que, assim como o diplomata Nabuco, ele pretendesse destacar os aspectos que interessavam dessa doutrina, e silenciar aqueles que não fossem interessantes para a conquista dos objetivos do Brasil.

Segundo o autor, as sugestões maléficas seriam frutos da Europa, que começava naquele momento a insinuar que a “América é para os norte-americanos”, provavelmente porque a doutrina começava a exercer uma grande fascinação sobre

[99] Idem, p. 52.

o velho continente. Ou ainda porque os povos americanos haviam alcançado “a idade adulta imunes de certos vícios e sentem-se melhor aparelhados para representar os interesses gerais do mundo.” (Idem, p. 65). Dentro desse panorama, além de ser uma doutrina, era uma lei que se impunha, uma lei que poderia direcionar a aproximação entre os Estados Unidos e outras nações americanas.

Ainda argumentou que as nações dissimulam para triunfar na “concorrência vital” e, ao mesmo tempo em que há essa dissimulação, também existem processos para incutir a confiança nos vizinhos, buscando apagar as muralhas da diplomacia. Essa seria a tática natural adotada pelos Estados Unidos ao proferirem a Doutrina Monroe:

> *nada tão natural, portanto, como o esforço empregado pela nação mais poderosa da América, no intuito de angariar confiança das irmãs mais moças, sem que esse fato importe nem bondade, nem fraternidade, tomadas essas duas palavras como devem ser tomadas, como virtudes de abnegação e desinteresse, apenas compatíveis com o desenvolvimento ethico da pessoa natural, porque a jurídica não tem entranhas.*[100]

Nessa dinâmica de dissimular e incutir confiança há épocas em que as nações podem individualizar-se soberanamente constituindo num determinado período de tempo, exemplo de caráter. Esse seria o caso dos Estados Unidos, que, em virtude de seu lugar no concerto mundial das nações, não deveria ser subestimado, mas sim ser objeto de uma aproximação entre as nações americanas. Nabuco compartilhava dessa representação.

Apesar disso, Araripe Júnior, assim como Benjamim Vicuña Subercaseaux, pensava que os EUA estavam muito longe de representar um instrumento de progresso verdadeiramente sólido, pois havia incoerências em seu passado e presente. No entanto, os processos que essa nação emprega no convívio internacional foram diferentes daqueles que foram impostos pela Europa. Por isso, não havia nada mais natural que os Estados Unidos angariassem a confiança das outras nações do continente sem que isso implicasse em fraternidade e bondade. Provavelmente, acreditava que o Brasil poderia ser o parceiro dos Estados Unidos nesta aproximação com as nações.

---

[100] Idem, p. 68.

Pensando dessa maneira, Araripe sugeriu que Elihu Root, o Secretário de Estados do presidente norte-americano Roosevelt, seria o representante intelectual da tendência de retirar a América do movimento da doutrina do equilíbrio de forças criadas na Europa. Igualmente não seria inteligente armar a Doutrina Monroe do *big stick*, visto que esta atitude não deveria ser vista como reflexo da mesma. Pensava dessa maneira, pois supunha que a ação do monroísmo seria inevitável e benéfica, pois constituía um capítulo da história do progresso extra europeu. Isso porque o ato do presidente Monroe havia sido o primeiro sintoma do sentimento da autonomia americana se incorporando ao progresso. A diplomacia anterior andava impregnada de deslealdade das interceptações moral e material, uma atmosfera de espionagem e traições e desconfianças quando se redigia um documento.

Dessa forma, é possível que Araripe Júnior estivesse sugerindo que a Doutrina Monroe deveria ser pensada dentro da ameaça de recolonização europeia, pois demonstra que a soberania é intransferível. Ainda de acordo com o mesmo autor, o que resta de útil no documento da Doutrina Monroe adapta-se de modo admirável às necessidades do continente americano, visto que nele existiria uma “força permanente de organização das três partes da América”.

Apesar de manifestar a sua aderência aos princípios da Doutrina Monroe, deixou claro que havia uma incoerência na formação do território norte-americano em virtude da anexação do Texas e compra da Louisiana. Tais atitudes eram incoerentes com o discurso da soberania continental proposto pela Doutrina Monroe.

De um modo geral, nos artigos da *Revista Americana* selecionados para esta pesquisa, foi possível notar uma preocupação recorrente em relação às estratégias da política norte-americana e até que ponto a aproximação com esta nação poderia trazer benefícios.

Em relação à imigração, Araripe Junior destacou que a intensidade da cultura transportada com os imigrantes para o plano americano, acessível à exploração, juntou-se à altivez. A democracia, como forma de governo natural nessas condições, inspirou toda a organização americana já que se tratava de novas terras, novos homens, novos aspectos, novas aspirações, novo direito público, e esse direito, em contato com os preconceitos, que os institutos europeus, com sua

profunda sabedoria, não podem expurgar, assume audácias. Pan-americanismo seria sinônimo de paz e também consequência de uma nação à princípio formada por imigrantes europeus, mas que adquiriu caráter único em solo americano. Tal perspectiva também é uma das representações de América propostas por Nabuco.

Pensava também que se América (o continente) quisesse influir nos destinos da humanidade, deveria pensar em resolver os problemas que a Europa não conseguiu por que lhe faltaram os elementos de ação não militar.

Destacou que os parágrafos 48 e 49 da Doutrina Monroe visavam à criação de um direito público americano, de forma que ocorresse a ascensão de todo o continente ao direito internacional. Como a autonomia do continente americano foi mal suportada pelas nações colonizadoras, a Doutrina Monroe constitui mais um sentimento americano e se resume em excluir a influência das potências europeias dos negócios políticos do novo mundo. Nesse sentido, de acordo com o autor, ela deve ser considerada como um instrumento de paz porque *"a guerra continuará engatilhada entre os dois continentes enquanto a Europa não se convencer da necessidade de se retirar da América, libertando as actuaes colônias da sua tutela e dos seus designios anti-americanos".*[101]

Ainda afirmou que os Estados da América não deveriam esgotar com guerras e preparativos militares com causas que não lhes concernem, pois o continente é animado pelo principio de que cada povo tem o direito de governar-se a si mesmo. Dessa forma, podemos afirmar que o autor compartilha da representação de paz que Joaquim Nabuco fez circular. Nos Estados Unidos este princípio tem dado ao mundo o exemplo mais frisante excelência das instituições livres, consideradas já do ponto de vista da grandeza nacional, já da felicidade individual. Assim, se esta intrusão à força de estados europeus deve sofrer resistência e ser impedida, é natural que a iniciativa do movimento caiba aos EUA.

No intuito de defender a liderança continental dos estados Unidos, Araripe Júnior argumentou que os Estados da América do Norte como os do Sul, pela proximidade geográfica, pela simpatia natural, pela similaridade das Constituições, são comercial e politicamente amigos e aliados dos EUA. Por isso, permitir que qualquer deles

[101] Revista Americana, p. 93.

fosse submetido ao jugo de uma potência europeia, seria transtornar e perder vantagens proporcionadas pelas alianças naturais desse continente. O povo americano sabia que as relações internacionais não dependiam de princípios, mas de interesses egoístas, no entanto verifica-se uma nova era para o progresso da autonomia dos povos americanos.

Em outras palavras, Araripe Junior entendia a representação de pan-americanismo como junção das representações de paz continental, nação americana como consequência de alianças naturais entre as nações do continente e vazias do sentimento de egoísmo e modernidade.

O brasileiro Dunshee de Abranches, romancista, internacionalista e professor de Direito na Alemanha, publicou artigo em Fevereiro de 1910, no qual demonstrava o seu entusiasmo em relação ao pan-americanismo e a liderança brasileira na América do Sul. Pensava que a doutrina Monroe seria na verdade o perigo americano e não apenas uma teoria especial e frisa que:

> *esquecem-se que Monroe não quis formular uma regra inflexível de direito das gentes. A sua doutrina, ao contrário, é a expressão ampla de uma ideia filosófica, o resumo das aspirações de uma raça e a orientação de seus destinos. Por ella justifica-se tão bem o ataque como a defesa em nome do interesse superior do povo americano, em nome desse princípio formidável: 'Os Estados Unidos devem tornar-se cada vez mais poderosos'.*[102]

Nesse sentido, o autor não pensava que o imperialismo seja antinômico a esta doutrina, mas sim uma consequência dela – os EUA na verdade deixavam a entender que partiam para a conquista ao mundo. Seguindo nessa direção, as rivalidades políticas e econômicas justificavam os ódios e prevenções. Ao explicar as críticas europeias a essa doutrina, Abranches afirmou que o imperialismo americano foi denunciado pelos panfletistas e pensadores do velho mundo sob duas formas temerosas: o imperialismo político e moral e o imperialismo econômico. Divulgavam essa ideia em virtude do rápido e assombroso progresso dos EUA que ocorrera sob o regime protecionista – a restrição da concorrência estrangeira e o encorajamento do comércio interior.

O mesmo autor ainda ressaltou que a imigração nos Estados Unidos era compreendida de forma que as instituições dominantes corresponderam à índole e

---

[102] Idem, p. 98.

aspirações dos seus primeiros povoadores. O “oceano humano” ali despejado foi bruscamente assimilado como que perdendo a pátria, os hábitos, as tradições, a própria raça. O chinês, tido como parasita, assim como o imigrante indigente ou enfermo, foi logo eliminado. A doutrina Monroe tornou-se a égide dos fortes. Nabuco também fez circular a representação de raça americana como o imigrante que foi transformado em solo americano no imigrante corajoso e aventureiro, disposto a construir uma nação.

Na sequência desse raciocínio, Abranches defendia que o pan-americanismo (protetorado político, econômico e moral dos yankees sobre todos os outros povos) e o imperialismo *yankee* não eram consequência da Doutrina Monroe. Assim, seria natural que os EUA procurassem acautelar os seus grandes interesses nos mercados exteriores e assegurar a sua própria estabilidade continental, uma vez que as outras potências assumiram uma atitude agressiva, dilatando todos os seus domínios e apossando-se, aqui e ali, nos oceanos, de territórios importantes, quer pela sua posição estratégica, quer como empórios comerciais de primeira ordem.

Em consequência, o imperialismo americano constituía a arma de defesa contra o imperialismo europeu, já aparelhados para golpes no extremo oriente e ainda mal organizados em relação à América do Sul. Ou seja, assim como o diplomata Joaquim Nabuco, Abranches pensava ser importante se aproximar dos Estados Unidos no sentido de garantir um aliado na questão da defesa de territórios. Certamente sabia que o Brasil não tinha condições de disputar territórios com nações europeias em pé de igualdade.

Alberto Nin Frias, professor e diplomata uruguaio, apresentou um ponto de vista interessante em seu artigo *“Comparaciones entre los Estados Unidos y la America Latina”*, publicado em Janeiro de 1910, ao asseverar que a impressão que os EUA nos deixam, passada a primeira surpresa, é de alistamento e importância individual. Acreditava nisso, pois a migração contínua nas cidades americanas lhes prestou um caráter transitório e órfão, como de uma esquisita sociabilidade. Pensava que as enormes distâncias diminuíram os afetos e resultaram na falta de trato íntimo, desconfiança, indiferença e descortesia.

Ainda de acordo com esse autor, esses inconvenientes da distância foram produzidos pelo passo acelerado da civilização norte-americana. O caráter do continente americano bonachão e otimista estaria se ajustando às novas condições criadas pela tensão da vida comercial. Em consequência à atividade comercial, acabaram por se distanciar dos refinamentos da arte e da cultura literária, que seria a grande paixão latina. O conselho que o autor apresenta aos EUA seria que amassem ao belo em sua forma mais sensível, e não apenas se dedicassem a edificar grandes feitos arquitetônicos, ou seja, à beleza em sua forma apenas prática.

O autor ressaltava que havia nos Estados Unidos carência de associações históricas mais antigas. A este respeito, pensava que naquele país havia se desenvolvido o espírito de igualdade e do americanismo típico no oeste, que seria a democracia do futuro. Pensava dessa maneira, pois nele os imigrantes se encontraram livres de todos os entraves de uma civilização arcaica controlada pelos puritanos ingleses. Esta nova democracia do Oeste seria a mais atual contribuição política dos EUA para a América e para a civilização.

No entanto, pensava que o Leste seria a parte mais conservadora dos EUA, onde eram primordiais os interesses industriais, que formaram uma aristocracia – ao mesmo tempo em que gasta milhões em obras filantrópicas, passa por cima das leis e dos sentimentos dos pequenos industriais. E esses desacatos se tornaram pequenos ante a grandeza da obra de difundir um produto tão útil quanto o petróleo.

Somado à democracia, o mesmo autor reconhecia que havia outra contribuição dos Estados Unidos para a América Latina: a atual posição e valorização da mulher que agregava importância aos norte-americanos – falava isso em virtude da expressiva quantidade de divórcios da época, que mostrava a aspiração da mulher de igualar-se ao homem no que este teria de mais livre, conquistar sua posição de “igualdade moral” e quiçá pacífica. Dessa forma, a família se edificaria em princípios mais sólidos, e não apenas em virtude de dificuldades econômicas ou leis.

Nesse sentido, é possível supor que o autor deixasse a entender que as tradições existentes na América Latina seriam uma grande contribuição para os norte-americanos, no sentido de não lhes esvaziar o espírito. E também que faltava

solidariedade entre os industriais norte-americanos. Da mesma maneira, reconhecia que a democracia norte-americana e o papel da mulher nessa sociedade deveriam ser visualizados como exemplo para outras nações do continente americano. Nesse sentido, poderia estar sugerindo que o movimento pan-americano poderia trazer aspectos positivos à nação norte-americana, bem como para as nações latino-americanas. Pensava que uma união pan-americana poderia propiciar a transformação do continente americano em uma região única do planeta. Nesse sentido pensava a representação de América como um continente com qualidades.

A sublime qualidade que distinguiria os americanos do mundo inteiro é: *"nuestra amplitude espiritual que abarca toda idea nueva que no pregunta de donde vienes? À que raza perteneces?; sino: quién eres? Que quiéres ser? Somos muy hospitaleiros".*[103] Ou seja, compartilhava uma representação de América como continente solidário, receptivo e livre de preconceitos, assim como Joaquim Nabuco.

Seguindo nessa direção, o autor ainda tem a perspectiva de que o mundo futuro é dos altruístas e da cooperação. Nesse sentido, a pergunta que os sul-americanos deveriam se fazer seria como ajustar as *"suas faculdades ao ambiente para fazê-lo render todo o possível sem incorrer aos males do regime altamente industrial ou aos defeitos do egoísmo? Essa é nossa tarefa: como harmonizar o pensamento com os dados da experiência?"* [104]

Em outras palavras, propunha uma reflexão de como construir uma nação pan-americana no continente, que diminuísse as distâncias econômicas e de influência política entre os Estados Unidos e a América Latina, mas que também influenciasse a cultura norte-americana no sentido de incutir-lhes um espírito de solidariedade.

De maneira semelhante, o Barão do Rio Branco, no artigo *"O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo",* publicado pela primeira vez em Maio de 1906 no *Jornal do Commercio*, e republicado em 1913 na *Revista Americana*, apontou que as manifestações de recíproco apreço e amizade entre Rio de Janeiro e Washington foram muito censuradas nos últimos anos com bastante injustiça e paixão por parte de alguns publicitas brasileiros. Neste artigo deixou clara a sua adesão à causa da

[103] Idem, p. 117. Nossa amplitude espiritual que abarca toda a ideia nova que não pergunta de onde vens? A que raça pertences?; Mas sim: quem é? Quem almejas ser? Somos muito hospitaleiros. (Tradução da autora).
[104] Idem, p. 118.

aproximação entre Brasil e Estados Unidos. O Barão compartilha da representação que Joaquim Nabuco tinha a respeito desse país.

No sentido de demonstrar este posicionamento favorável, ele se utilizou de uma série de exemplos históricos, desde os tempos de José Bonifácio e afirmou que as relações de amizade e mútuo interesse entre os dois países sempre foram bem-vindas pelas duas partes. Ao contrário do que à época sugeria a obra, *A ilusão americana*, trabalho de Eduardo Prado, os EUA prontamente reconheceram a independência do Brasil e também receberam o novo país com as mesmas formalidades destinadas aos representantes das nações europeias. Destacou que o Sr. José Silvestre Rebello era o encarregado de Negócios do Imperador do Brasil e o governo dos EUA foi o primeiro que reconheceu a independência e o Império do Brasil, inclusive antes do império de Portugal.

O Barão do Rio Branco afirmou que ao contrário da Grã-Bretanha que ficou dividida entre seus interesses comerciais e seu sistema liberal de governo e a obrigação de guardar, junto à nação portuguesa, antiga aliada, os Estados Unidos o fizeram em nome de uma "fraternidade". Nesse sentido, é possível afirmar que o ministro Rio Branco estivesse fazendo circular a representação de solidariedade entre Estados Unidos e Brasil, pressuposto fundamental para a aproximação.

Também afirmou que o Brasil, da mesma maneira, foi o primeiro país do continente americano a aceitar a Doutrina Monroe. De acordo com o autor, esse posicionamento favorável ocorreu, pois os representantes do Império viram essa mensagem como uma necessidade dos países americanos se ligarem no sentido de garantirem a defesa de seu território. Desde a independência o Brasil se aproximou dos EUA:

> *"Sondará a disposição desse governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do Continente americano, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas que deduza tão somente do princípio geral da conveniência mutua procedente desta mesma liga'.*[105]

Dessa forma, mais uma vez deixa sobressair a representação de pan-americanismo enquanto solidariedade entre os povos; a união seria para um bem maior, qual seja, a garantia de defesa do conjunto.

---

[105] Idem, p. 126.

Igualmente defende que desde o Império se acreditava que as nações do hemisfério europeu não deixariam de prever ou recear a união e aliança que poderia ser feita com os EUA. Nesse sentido, houve um interesse de promover uma aliança relativa desde aquele momento, dedicada a fomentar e conservar a liberdade das potências americanas. Acrescenta também que os que de perto trataram com o Imperador D. Pedro II sabem que o mesmo tinha apreço via vantagem em uma cordial inteligência com os Estados Unidos da América. Nesse sentido, afirmou eu Washington foi sempre o centro de intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião, mas que essas manobras sempre encontraram uma barreira invencível na velha amizade que une o Brasil aos EUA, desde 1823 até aqueles dias. Portanto, sabendo do histórico, pensava que seria dever da geração contemporânea a ele cultivar com o mesmo empenho e ardor que os dirigentes anteriores trataram essa amizade. Em outras palavras, a aproximação com os Estados Unidos era um projeto que deveria ser intensificado no sentido de trazer benefícios para o Brasil. Parte desse projeto era construir uma representação de Brasil pacífico e possível aliado no continente americano. Nabuco compartilhava dessa representação em seus discursos.

O posicionamento do intelectual argentino Francisco Felix Bayon, por sua vez, se resume à opinião de que a diplomacia deveria atuar como instrumento pacificador e como meio civilizador para garantir uma política internacional coerente e à serviço da coletividade sul-americana. Deixou esta colocação clara nos discursos "*Virtud de uma alianza em la Politica latino-americana"* e *"Solidariedad intelectual de Hispano-America"*, publicados ambos em Junho de 1910. Nestes escritos, afirmou que a civilização é um meio e não um fim para a realização da justiça e do bem, por isso, multiplicar estes meios é aperfeiçoar-se. Nesse sentido, apesar de não privilegiar uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, até mesmo porque o autor era argentino, essa representação é semelhante à de Nabuco, visto que ele também compreendia união pan-americana enquanto paz continental e solidariedade.

Dessa forma, diferente de Araripe Junior, Eduardo Prado, Dunshee de Abranches e Barão do Rio Branco, o autor defende uma aliança entre os países latino-americanos como um meio de aperfeiçoar a civilização, não necessariamente privilegiando os Estados Unidos nessa aproximação. Essa, em linhas gerais, seria a

missão dos homens americanos. Esse autor defendeu que a diplomacia, assim como a política, a pátria, a escola, a arte, a religião e o casamento são meios civilizadores destinados a integrar o ser. E por isso, propõe uma diplomacia à serviço dos interesses americanos; e não norte-americanos.

Bayon também asseverou que muito se discutia sobre a importância da formação de alianças defensivas entre nações de raças, religião e idioma distintos, pois a opinião geral é a de que as alianças consolidam a paz. No entanto, pensava que estas não seriam capazes de fazer desaparecer os conflitos armados. Em outras palavras, não acreditava que uma aproximação preferencial com os norte-americanos eliminaria a ameaça de intervenção armada por parte desse país.

Por isso, pensava que seria necessário selecionar o aliado e buscar na aliança o meio de evitar conflitos; mas uma aliança que proporcionasse o equilíbrio, pois o excedente altera a paz. Falava dessa maneira, pois acreditava que a inferioridade entre os aliados é perigosa e seria necessário que a aliança interviesse no sentido de deter a inclinação da balança.

Bayon afirmou que naquele momento, os países americanos não tinham preocupações de guerra, no entanto, as aspirações de querer ser o mais forte e o mais influente poderiam romper com o equilíbrio internacional e direcionar a opinião em um sentido ou outro. Seguindo nessa direção, afirmou que nada de progresso seria possível na América sem o culto à liberdade e à ordem, que são as bases insolúveis da felicidade dos povos. Ou seja, além de se apropriar da representação de pan-americanismo como paz e solidariedade continentais, acreditava que liberdade e ordem também comporiam essa união.

Nesse sentido, afirmou que em nome do ideal pan-americano, os países deveriam se reunir para pensar as rivalidades de mercado, a segregação de territórios e os novos limites que estes trouxeram e resolver as inquietações para que não se multipliquem as inquietudes. Dessa maneira, assim como o diplomata Nabuco, Bayon sugeria uma periodicidade das conferências pan-americanas no sentido de diminuir as distâncias entre as nações, e propiciar o equilíbrio dessa união, única maneira de evitar conflitos. Pensava que o mau uso da diplomacia apenas traria um continente preso a um passado cheio de “misérias e aspirações”.

Dessa forma, a política internacional deveria representar a inteligência individual posta a serviço da coletividade, compreendida como o conjunto das nações do continente americano.

A respeito dos países latino-americanos, defendia que era indispensável que a diplomacia fizesse uso das alianças, mediante as quais se dissipariam os receios. Pensava dessa maneira, pois já existiam exemplos de como uma crise dos EUA poderia afetar o mundo e o mesmo poderia ocorrer com a América Latina, visto que dela eram exportadas quantidades enormes de produtos que enriquecem os bancos europeus.

Assim, propunha uma aliança entre as nações Brasil, México, Chile, Argentina e Peru como medida importante para a defesa dos avanços estrangeiros e como meio de engrandecimento nacional. *"Yo sé que las alianzas tienen uma virtude y por eso las aplaudo, y sé también que, cuando en las relaciones de los pueblos no se tienen ideales definidos y se vive de impresiones oportunistas, se intriga, se altera la paz."* [106]

No sentido de fomentar essa aliança entre nações latino-americanas, afirmou seu desejo de ver realizados os propósitos de solidariedade intelectual entre os hispano-americanos. Assim como o diplomata Nabuco, afirmava que a imprensa teria muito que fazer, e o seu dever seria o de ordenar, levar informações sobre esses países e de ilustrar, no sentido de fazer circular uma representação do que seria América.

Além disso, esse mesmo autor afirma que seria necessária a cumplicidade entre os intelectuais para ocorrer uma determinação dos rumos que a América; e que os convênios e tratados deveriam celebrar questões intelectuais e sociais a fim de determinar quais eram os melhores princípios para cada um dos países. Isso porque, o erro de um país poderia ser o erro de todos, se estes não se mantivessem em situação de se defender dos males em perspectiva. Ou seja, as trocas entre intelectuais latino-americanos vinha no sentido de promover um equilíbrio no desenvolvimento das nações, de forma que todas estas se mantivessem em ritmo parecido de desenvolvimento.

---

[106] Idem. P. 156. Eu sei que as alianças tem uma virtude, e por isso as aplaudo, e sei também que, quando não se tem ideais definidos nas relações entre os povos, se vive de impressões oportunistas que intrigam e alteram a paz. (Tradução da autora.)

Além das conferências pan-americanas, afirmou que essas representações deveriam ser patê dos programas dos institutos docentes americanos de forma a fazer circular entre os intelectuais dos determinados países tais maneiras de se dar a ler.

De acordo com Bayon, as relações estabelecidas dessa maneira, através de um intercâmbio intelectual seriam um meio de contribuir para a unidade do direito, por exemplo. E se as relações internacionais entre os homens hispano-americanos até aquele momento eram pouco cultivadas, afirmou que isso deveria mudar, pois fazia com que obras de outros países fossem pouco conhecidas.

Por fim, destacou a imprensa como meio mais vantajoso para a divulgação das representações discutidas na conferência e mesmo as cartas poderiam dar conta dos acontecimentos, desenvolvimentos e missões de cada país. Nesses espaços de circulação, os intelectuais deveriam discutir o Direito Público e Privado, a Escola, a Justiça, a defesa nacional, a imigração e outros interesses gerais, sendo que imigração e escola seriam os pontos de maior relevância (a seleção dos imigrantes e a criação de escolas).

Nesse sentido, podemos afirmar que Bayon se apropriou da representação de pan-americanismo divulgada por Nabuco em seus discursos, além de propor, assim como nosso diplomata, a necessidade de tornar periódicas as conferências e fazer circular os assuntos decididos nas mesmas. Ou seja, propunha um fortalecimento da comunidade intelectual preocupada com o desenvolvimento da América-Latina.

Como já dito, com o advento da República, Nabuco abandonou a vida pública e passou a se dedicar exclusivamente à produção intelectual. De acordo com SILVEIRA (2003), foi apenas em 1895 que o diplomata retomou parcialmente a atividade política e passou a colaborar na imprensa no *Liberdade* e no *Comércio de São Paulo.* Apesar de ter fechado o escritório que lhe rendera poucos dividendos, neste mesmo período ocorreu a publicação da obra *Um Estadista no Império* (1899)*,* biografia do pai que lhe rendeu elogios por parte de Campos Salles, o presidente eleito, e a responsabilidade de cuidar da questão de fronteira com a Guiana Inglesa.

Oliveira Lima, então secretário de carreira, nesse mesmo contexto teve os primeiros conflitos com Nabuco. O desentendimento se agravou quando da morte de Correa,

que abriu em 1900, o problema da sucessão da legação londrina (SILVEIRA, 2003, p.133). Lima foi enviado para a legação em Tóquio e Nabuco assumiu a legação em Londres. Mesmo com o resultado desfavorável na questão lindeira com a Inglaterra, Nabuco foi convidado por Rio Branco para assumir a legação em Washington.

Apesar dos desentendimentos, os dois intelectuais compartilham opiniões a respeito do paradigma ideológico da americanização. Como vimos, Nabuco se utilizou dos conceitos de meio e raça para ressaltar a originalidade americana. Em *"A parte da América na Civilização",* Nabuco afirmou que o norte-americano é diferente do inglês e que os moldes são tão diferentes que seria necessário admitir uma influência modificadora, que permitira a raça americana ter-se constituído dentro da própria raça inglesa. Tal influência havia sido o meio americano, que permitiu essa transformação.

Oliveira Lima, nascido em Portugal e graduado lá, foi importante intelectual dos círculos brasileiros e assumiu as legações brasileiras de Berlim, Tóquio e Caracas. De acordo com Silveira (2003, p. 137) *"era polemista áspero e colega de trato pessoal difícil [...] e Rio Branco e Assis Brasil, já compunham seu quadro de desafetos".* Na Europa, representava a intelectualidade brasileira em inúmeros congressos científicos e em 1912 foi convidado pela Universidade de Stanford para uma série de conferências na Califórnia. O autor visitou as universidades americanas de Stanford e Bertheley na Califórnia, de Lawrence no Hansas, de Chicago e Madison Annabor em Michigan, de Cornell em Sthaer, de Colúmbia em New York, de Vassar e Johns-Hopkins em Baltmore, Yale e Harvard.

Em uma de suas conferências realizadas em universidades dos Estados Unidos, sob o título de *"América Latina e América Inglesa ou a Evolução Brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana",* que foi publicada em outubro de 1913 na *Revista Americana,* o autor debruçou-se sobre a realidade da América Latina do século XIX e XX e se propôs a construir a trajetória política das repúblicas de nosso continente de forma a justificar. Em estudos já realizados por Baggio (1999), a historiadora chama a atenção para o fato de que Oliveira Lima acreditava que o único remédio que havia impedido as repúblicas latino-americanas de se desagregarem havia sido a monarquia e que o federalismo havia sido o responsável pela degeneração de nosso continente.

Segundo Oliveira Lima, os países latino-americanos haviam se tornado num aglomerado de províncias autônomas onde tudo dependia dos caprichos do chefe local. Em contraposição, o autor apresentou o Brasil como pacífico, estável e ordeiro – representação de Brasil apropriada do Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco no sentido de vender uma imagem do país como organizado, livre de conflitos e possível líder na parte sul do continente americano.

Essa conferência foi igualmente repetida no Rio de Janeiro, no ano de 1913, e nela o autor procurou buscar as origens históricas das peculiaridades das ex-colônias americanas. Nesse sentido, explicou que no Brasil, as instituições das colônias portuguesas foram na maior parte modeladas pelas da metrópole, sem, contudo terem sido adaptadas ao seu novo meio. Dessa forma:

> *"Assim como os reis de Portugal desde o reinado de D. João II (1481-1495), tinham seus legistas que interpretavam de melhor acordo com os interesses da coroa as leis do reino, possuíam os governadores coloniaes os seus, que emprestavam ao texto das leis e dos decretos a significação mais favorável ao poder dos chefes, que, respectivamente os empregavam. (...) Lembram-me estas reflexões que nós, ibero-americanos, que só de uma lei carecíamos – mandando por em execução todas as existentes".*[107]

Por isso, chamando a atenção para a origem histórica das práticas políticas no Brasil, visto que o sistema de capitanias hereditárias fora implantado nesse país, apesar de em pouco tempo ter sido reconhecida a sua ineficácia, esse sistema constitucional não desaparecera de todo. O autor afirmou que até aquele momento sobrevivia como regulador político e que nem sempre houve a prática que correspondesse à intenção, ou que, muitas vezes esta deixou de traduzir os ideais.

E se utiliza da metáfora da árvore, assim como Joaquim Nabuco para falar a respeito das três raízes da América: a Inglesa, a Espanhola e a Portuguesa:

> *"a união federativa foi a grande obra dos primeiros homens de Estado da União Americana. O império no Brasil igualmente a esboçou depois que, por um esforço de centralização, contrário à tradição histórica, salvou a unidade política de um país homogêneo pela raça e pela cultura. Foi, enfim, a União Federativa que a cidade de Caracas propôs às outras cidades colombianas quando, em 1810, proclamou sua autonomia municipal, um anno antes da declaração da independência do país."* [108]

Oliveira Lima também afirmou nesse discurso a existência de dois traços fundamentais da raça inglesa que haviam se desenvolvido no meio favorável da

---

[107] Idem. P. 167.
[108] Idem. P. 168.

Nova Inglaterra e constituíra uma raça superior em virtude de seu misticismo e do mercantilismo. Também destacou o contraste Brasil-Estados Unidos (fraco x forte/admirável/próspero) como resultante de uma representação do passado, no caso referente ao processo de colonização das Américas. Provavelmente estaria sugerindo que essa representação era enganosa e deveria ser substituída pela representação de Brasil como país organizado, pacífico e em desenvolvimento.

Nessa direção, o mesmo autor afirmou que em virtude desse contraste, o momento do surgimento da Doutrina Monroe não havia sido mais apropriado do que aquela ocasião, pois propunha chamar à vida internacional um Novo Mundo para estabelecer o equilíbrio no Antigo. A América, nesse sentido, seria o Novo Mundo e a Doutrina Monroe era algo positivo que colaboraria para esse novo concerto. No entanto, cabe ressaltar que Lima via a Doutrina Monroe apenas em relação aos aspectos que interessavam ao continente; atribuía importância ao papel dos Estados Unidos no cenário internacional, mas olhava com desconfiança a atuação dessa nação.

Apesar dessas considerações, Lima destacou que havia sido em Londres que a América veio a encontrar seu melhor, mais decidido e único apoio. E para o autor, isso é um fato histórico incontestável, que a emancipação do resto do continente se consumou sem qualquer auxílio dos Estados Unidos - *"a sympathia platônica não é inflelizmente suficiente em casos taes."* [109] Afirmou isso, pois foi a ajuda material da Inglaterra, não de forças armadas, mas de facilidades diplomáticas, financeiras e mesmo militares - obviamente sem motivos de puro *"altruísmo social ou de mera philantropia internacional"* [110].

Além disso, o mesmo autor destaca o *yankee, os westerner* (da região Oeste dos Estados Unidos), como uma materialização do homem americano cujo espírito se converteu numa extrema confiança dos recursos próprios, que nasceram justamente da cultura do individualismo e envolve o desprezo da experiência. Ou seja, Lima queria fazer circular uma representação de homem americano como aquele que tem espírito empreendedor e organizador e em seus defeitos. Talvez estivesse sugerindo que os Estados Unidos também possuíam defeitos a serem trabalhados e que eles

[109] Idem. P.173.
[110] Idem. P.173.

poderiam ser amenizados através de uma postura solidária e não apenas de interesse econômico no continente americano.

O painel dos atributos do homem americano construído por Nabuco compartilha de algumas dessas representações. Nos discursos do diplomata são recorrentes a presença do bom humor, otimismo, moralidade, recato, independência, segurança, sociabilidade e praticidade como marcas atemporais da superioridade norte-americana.

Apesar dessa visão positiva a respeito da civilização construída em meio norte-americano, fica claro no artigo que a Doutrina Monroe era vista com desconfiança por Oliveira Lima, visto que ele afirma que esta havia substituído a ascendência europeia sobre a América Latina pelo domínio norte-americano. O autor afirmou que esta doutrina havia culminado em anexações que não seriam possíveis mais aos europeus. Ou seja, na prática, o monroísmo havia servido pouco para proteger as repúblicas americanas das ingerências europeias, mas sim para justificar as agressões dos Estados Unidos nesse continente. Na opinião do mesmo, reconhecer essa doutrina significaria abdicar da soberania para consagrar a intervenção. Seguindo nessa direção, é possível afirmar que este autor não pensava ser possível ao Brasil associar-se aos Estados Unidos, mas sim deveria aspirar a se tornar um elo entre o último e as repúblicas latinas em virtude de seu traço de pacificador.

Pensava assim, pois era contra o pan-americanismo preconizado por Roosevelt, no qual apenas os Estados Unidos tinham poder de intervir e esse direito não havia sido delegado a outras nações. De maneira diferente, pensava em uma integração de toda a América, na qual a União Pan-Americana seria o instrumento de negociações de dívidas com países imperialistas europeus, sem a participação dos Estados Unidos. Seria uma união defensiva, um projeto político e cultural que faria os países garantirem sua soberania nacional a fim de alcançar desenvolvimento, progresso e alto grau de civilização.

Em outros termos, o que o autor sugeriu era que o Brasil mantivesse boas relações com os Estados Unidos, mas que enfatizasse uma maior aproximação com os países vizinhos como uma forma de conter as agressões dos *yankees.* Dessa forma, podemos perceber que o diplomata Lima tinha uma posição não tão favorável à

aproximação entre Brasil e Estados Unidos, além de valorizar uma fusão da Doutrina Monroe com a Doutrina Drago, com predominância da última. Pensava que o monroísmo tal qual anunciado por Roosevelt não passava de uma justificativa para o expansionismo político, econômico e territorial norte-americano. Dessa forma, desejava recuperar alguns aspectos do bolivarianismo e propôs uma ação conjunta e independente da América Latina que não representasse apenas os interesses latino-americanos.

Já a Doutrina Drago, valorizada por este autor, foi proferida no contexto em que Venezuela atravessava uma situação anormal em 1902. Fazia tempo que não pagava sua dívida externa e as revoluções ocorridas em seu território haviam causado prejuízos aos estrangeiros residentes. Nesse ínterim, os governos europeus da Alemanha e da Grã-Bretanha se alarmaram e reclamaram indenização para os danos causados, bem como o pagamento dos serviços atrasados da dívida pública. Como a Venezuela recusou o pagamento, as duas nações bombardearam um dos portos venezuelanos e bloquearam as costas desse país.

Frente a esse feitos, o ministro das relações externas da Argentina, Luis Drago enviou uma nota diplomática anunciando que considerava: *"el principio que quisiera ver reconocido es el de que la deuda publica no puede dar lugar á la intervención armada, ni menos la ocupación material del suelo de las naciones americanas."* [111]

Dessa forma, foi possível perceber que o diplomata Oliveira Lima não era a favor de uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, mas sim de um relacionamento preferencial com as outras nações latino-americanas, em virtude de seu caráter pacífico, que poderia contribuir para trazer ordem a estas outras nações. Nesse sentido, apesar de ressaltar que o relacionamento com os norte-americanos não deveria ser deixado de lado, valorizava mais a Doutrina Drago do que a Doutrina Monroe em virtude seu caráter pacífico e solidário, conceitos que ele acreditava serem parte da representação de pan-americanismo. Nabuco privilegiava a relação com os Estados Unidos, pois pensava que uma aliança com este país poderia trazer muitos benefícios para o Brasil, mas da mesma maneira que Lima, pensava em pan-americanismo e paz continental como sinônimos.

[111]Idem, p. 316. "o princípio que quis ver reconhecido que a dívida pública não pode dar lugar à intervenção armada, nem mesmo a ocupação material do solo das nações americanas." (tradução nossa)

De maneira semelhante, o historiador Heitor Lyra, no artigo *"O pan-americanismo no Brasil antes da Doutrina de Monroe",* publicado em Julho de 1917, na *Revista Americana,* analisou como essa doutrina poderia significar uma ameaça aos países latino-americanos:

> *"As nações da Santa Aliança, a quem mais directamente se dirigia Monroe, responderam à arrogante e original declaração do outro lado do Atlântico com um sorriso meio incrédulo e meio receioso. Meio incrédulo, porque a doutrina era nova e original; meio receioso, porque quem a lançava merecia respeito."* [112]

De acordo com o autor as potências europeias estranhavam que um homem viesse a lhes dizer abertamente que não era mais permitido intervir em terras que haviam colonizado. Com exceção da Inglaterra, que estaria certa de que ninguém lhe tiraria o Canadá e era do seu interesse que nenhuma outra potência europeia se fortalecesse na América. Essa simpatia se revelava na neutralidade inglesa quando se tratava de alianças entre Estados americanos.

Em relação à Argentina e ao Paraguai, no sentido de fazer uma comparação com o Brasil e destacá-lo como pacificador e ordeiro, o autor asseverou que:

> *"Os governos sucediam-se com uma frequência desusada. Subiam hoje ao poder, pela força das armas, e desciam amanhã compellidos por essa mesma força, do lugar que illegalmente ocupavam. Os golpes d'Estado, os pronunciamentos, seguidos de assassinatos e perseguições inquisitoriaes; os complots, não espantavam mais a ninguém, por tão comuns que haviam se tornado na política americana.[...] Era a demagogia com todas as suas consequências."* [113]

E acrescentou que apenas dois países americanos se afastavam desse estado irrequieto e cheio de sobressaltos: os Estados Unidos e o Brasil.

> *"Os Estados Unidos porque não somente desde 1776, havia perto de cincoenta annos, eram estado independente, como também pela índole de seu povo, a educação política de seus chefes, o grao de adiantamento a que haviam chegado e o systema colonizador que tinham recebido. Ao Brasil muito influiu poderosamente a vinda da corte de Lisboa em 1808.[...] Graças ao regimen monarchico elle não esteve à mercê de caudilhos, que amparados em falsos princípios democráticos, investiam a todo momento contra o poder constituído."*[114]

De acordo com Lyra, o Brasil não poderia, portanto, sofrer comparações com os demais países sul-americanos porque no Rio de Janeiro havia uma corte, com um governo fixo, composto de homens que tinham a velha prática do poder e havia um

---

[112] Idem, p. 186.
[113] Idem, p.190.
[114] Idem, p.191.

rei, não um soberano improvisado. Ao contrário dos outros países sul-americanos, cujos vice-reis vieram em busca de fortuna e não tinham grandes interesses que os obrigassem ao sacrifício pelo poder. Dessa forma, certamente quis fazer circular a representação de Brasil como possível aliado dos Estados Unidos em virtude de sua ordem interna estabelecida.

Pensava também que muito antes de Monroe declarar sua mensagem, já havia no Brasil uma tendência para encerrar a era dos europeus, como também formar uma liga entre os países americanos como meio de impedir qualquer interferência europeia. Ou seja, mais que um movimento monroísta, tratava-se de um movimento pan-americanista. Isso porque o monroísmo, tal qual o encaravam na América, era um programa mais propriamente norte-americano do que continental. Ou seja, Heitor Lyra, assim como Oliveira Lima, e diferente de Joaquim Nabuco e Juca Paranhos, enxergava a Doutrina Monroe apenas como uma defesa para o território dos Estados Unidos. Dessa forma, assim como Oliveira Lima, Lyra incentivava o Brasil a fazer uma aliança com seus aliados natos, do Norte e do Sul no sentido de formar uma *Liga Americana*, que fosse composta pelos Estados Unidos, Brasil, Estado Independente do México, Reino Americano Meridional e outros Estados menores.

E cita Sá Vianna para afirmar que:

> *"avec um caractère permanent et obligatoire, non comme um simple compromis, mais bien comme le principe organique d'une conception politique large et complexe que les Etats Américains avaient imaginèe pour se garantir contre les ataques de l'ex-metropole espagnole. Ces Etats décidèrent d'employer tous les efforts à soutenir leur Independence et leur liberté, et desireux que cela fût general […]"* [115]

Dessa forma, baseado na concepção pan-americana, da maneira como havia se iniciado a partir de Bolívar, Lyra defendia uma América unida que pudesse se apresentar ao mundo. E, além de afirmar que muito antes de Monroe já se falava de uma política pan-americana no Brasil, afirma que *"política pan-americana não quer dizer política de egoísmo, política de exclusão da Europa [...]"*, mas política da

[115] Idem, p.201. *"Com um caráter permanente e obrigatório, não como um simples compromisso, mas sim como um princípio orgânico de uma larga e complexa concepção política que os Estados americanos imaginaram para se garantir contra os ataques da ex-metrópole espanhola. Esse Estados decidiram empregar todos os esforços para sustentar a independência deles, bem como a liberdade e o desejo que essa fosse uma condição geral."* [Tradução da autora]

"fraternidade, de completa união de vistas entre povos que soffreram juntos e que juntos foram creados." [116]

A partir da leitura, é possível sugerir que o autor Heitor Lyra se apropriou do conceito de pan-americanismo como uma herança brasileira e que, portanto, não havia a necessidade de que este movimento fosse liderado necessariamente pelos Estados Unidos. Ou seja, o pan-americanismo era uma tendência essencialmente sul-americana.

Nessa mesma esteira de discussões, foram importantes as considerações de Hélio Lobo, um ensaísta, diplomata, biógrafo e historiador mineiro que tinha grande prestígio no Itamaraty e se destacou pela participação no tribunal-arbitral brasileiro-peruano (1907), além de ter sido secretário da Junta de Jurisconsultos Americanos, e Consul em Londres e New York, além de outros feitos. Publicou na *Revista Americana o* artigo *"As relações entre os Estados Unidos e o Brasil",* publicado em outubro de 1910, no qual se posicionou de forma positiva frente ao monroísmo, mesmo vendo este como uma ideologia norte-americana, de iniciativa norte-americana e em função de interesses norte-americanos.

Nesse artigo, destacou quais seriam as semelhanças que aproximam os dois países. A primeira delas trata-se da escravidão – *"Também o Brasil teve escravos e tambem soffreu dessa chaga sem igual"* [117]*.* Assim como George Bryan havia chamado a escravidão de o "opróbrio da América", igualmente Ruy Barbosa descrevera esse quadro triste chamando atenção para o fato de que *"todavia, nem um nem outro, podemos, podeis, empregar o nosso, o vosso amor. Porque o amor é a identificação, a unidade, e entre eles e nós há o abysmo do espírito da liberdade que lhes falta"* [118]*.* A diferença que se apresentava entre os países em relação a este aspecto é que eles haviam liquidado a escravidão através da guerra enquanto no Brasil esta ocorrera através da propaganda da palavra.

Ainda nesse artigo, Lobo compartilha da opinião de Nabuco ao afirmar que os Estados Unidos haviam se tornado uma nação inteiramente livre em virtude do fim

---

[116] Idem, p. 208.
[117] Idem, P.215
[118] BARBOSA, Ruy *apud* LOBO, Hélio*. In: Revista Americana.* ***Revista Americana – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).*** *– Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001.P. 215.*

da escravidão e estabeleceu o verdadeiro caráter da civilização americana – o de liberdade e ordem.

Em relação ao Brasil, o autor destacou o fato de que logo após a abolição veio a proclamação da República, integrando este país que até aquele momento era exceção única na democracia americana. E que logo depois veio a assinatura do Convênio Aduaneiro de 1891 cuja vantagem não pareceu duvidosa ao Governo do Rio de Janeiro, pois marcava o começo de uma nova era nas relações internacionais e na economia interna, visto que garantia o monopólio do mercado dos Estados Unidos para nossos principais produtos, especialmente do açúcar, que permitiria uma recuperação dos estados do Norte do Brasil.

Em relação ao pan-americanismo, Lobo compartilha da opinião de Nabuco:

> *"Acaso seria licito duvidar hoje da amizade americana?[...] Ninguém melhor do que Nabuco descreveu o sentimento do trato mutuo que nos une a todos nessa terra de Colombo.[...] Pequenos e grandes, fortes e fracos, todos só temos a lucrar nesse comércio espiritual e econômico que une a América. Nem nos fazei receio, nem temos a perder, ao contrário, só temos que ganhar "*[119]

De forma semelhante discursou Nabuco a respeito da aproximação entre Brasil e Estados Unidos no discurso "*A aproximação das duas Américas",* igualmente contido na *Revista Americana, ao afirmar que:*

> *"o único effeito certo que posso enxergar no trato intimo da America latina convosco é que ella viria a ser lentamente americanizada [...] não quero dizer que algum dia emparelhemos com o vosso passo".* (NABUCO, *Revista Americana*, p. 35).

Também compartilhava da importância que atribuía a uma opinião pública americana, bem como as Assembleias nas quais se expressariam:

> *"As reuniões internacionais na America , nelles não se esquecem, e o movimento pan-americano é uma verdade. Quem negará a essas horas a efficiencia de taes comícios? [...] Para a formação da boa opinião americana, é fator preponderante o das universidades"* [120]

Joaquim Nabuco defendeu que as principais contribuições norte-americanas foram a imigração, democracia e igualdade de condições sociais. Segundo ele, foi a partir da imigração que houve a construção de um sentimento de pátria, fundamental na formação da Nação Americana. Ela também havia sido a responsável pela

---

[119] Idem, p. 224-225.
[120] Idem, p. 227.

regeneração do espírito americano, pois representou uma marcha da civilização após o tráfico de escravos. Nesse sentido, democracia é um termo distintamente americano – é produto inglês que ganhou na América espírito de liberdade.

Dessa forma, podemos afirmar que Hélio Lobo se apropriou da representação que Nabuco divulgava de América e das convicções que o diplomata tinha a respeito de como fomentar o espírito americano.

Além dos autores brasileiros citados anteriormente, é importante ressaltar as considerações de Francisco Garcia Calderón, diplomata e escritor peruano que publicou na revista o artigo *"El pan-americanismo: su pasado y su porvenir",* dividido em quatro partes distintas na revista. Nesse estudo, o autor destacou a decadência do prestígio que se atribuía à noção biológica de raça e de pureza de sangue, mas não em seu sentido de raça enquanto síntese de diversos elementos de uma civilização definida. E junto com a diminuição da importância desses conceitos, o autor destaca uma tendência mundial:

> *"surgen así el pangermanismo, el panserbismo, el pan-islamismo, el panamericanimo, el panslavismo, el panmagiarismo y hasta el panasiatismo.; riqueza de doctrina semejante que aspirana determinar el rasgo peculiar de cada flerte grupo de hombres y acercar gentes afines y convertir la nacíon difusa, sujete a contradictorias hegemonias. [...] A este libre acuerdo se oponen otras sínteses em que la fuerza impera. Em el panslavismo descubrimos no sólo la unión de subrazas afines, sino también el místico ideal de la dominacion. Ante el eslavo que busca tragicamente la pura unidad de sua estirpe, desaparecen las nacionalidades menores."* [121]

Diferente dessa tendência, o autor defendia que o pan-americanismo não seria um plano de americanização do continente, e que ao contrário do predomínio da violência, tratava-se de uma aproximação harmoniosa, sem líderes, conquistas e ambições. Pensava o pan-americanismo como uma associação econômica e moral com aspirações de liberdade e paz, representações também compartilhadas por Nabuco. Nesse sentido, Calderón afirmou que mesmo os Estados Unidos deveriam

---

[121] Idem, P. 236. *"surgem assim o pan-germanismo, o pan-servismo, o pan-islamismo, o pan-americanismo, o pan-eslavismo e até o pan-asiatismo; riqueza de doutrina semelhante que aspiram a determinar a característica peculiar de cada flerte entre grupos de homens e aproximar pessoas afins e converter a nação difusa, sujeita a hegemonias contraditórias.[...] a este livre acordo se opõem outras sínteses na força que impera. No pan-eslavismo descobrimos não somente a união de sub-raças afins, como também o ideal místico da dominação. Ante o eslavo que busca tragicamente a pura unidade de sua estirpe, desaparecem as nacionalidades menores."* (Tradução da autora)

anunciar o fim de sua política de atuação injusta, e teria como virtude apenas o consentimento.

Ao fazer um resgate das posturas tomadas pelo poder político norte-americano enquanto as nações do mesmo continente se declaravam independentes, o autor destacou o domínio de uma indecisa neutralidade ao mesmo tempo em Bolívar forjava o que seria uma união americana em uma proposta que não excluía a Europa das relações internacionais do continente. Segundo o autor, seria nesse momento em que os Estados Unidos perceberam em alguns estados segura ameaça a seus interesses, especialmente porque o que se oferecia com a união americana era a ampla liberdade às raças submissas de Cuba, Porto Rico e Haiti. *"Los Estados Unidos, neutrales por nacional vocacion, no permaneceron indiferentes em los negócios del Sur, em la discórdia de tierras próximas, porque pertenecen a la misma porción del globo."*[122]

O mesmo autor, ainda defendeu que nesse mesmo contexto surgiu Bolívar propondo em domínios limitados um modelo de confederação para as Américas a partir da associação de três democracias afins (Ecuador, Nueva granada e Venezuela). Essa confederação seria feita a partir da sujeição e sem pressão das repúblicas que iam formando-se sobre as ruínas do poder espanhol. As bases desta união seriam a língua, a religião e os costumes semelhantes.

Nesse sentido, Calderón afirmou que o pacto americano que formasse um corpo político com todas as Repúblicas nos moldes de Bolívar, seria apenas uma terceira etapa, sendo que a primeira tratava-se da destruição dos regimes antigos, seguida do estabelecimento ou fundação de uma nova ordem. Pensava que o imperioso ideal seria o da formação do Congresso das Repúblicas, um organismo superior às divisões nacionais, chefiado por dois plenipotenciários de cada país e destinado a afirmar a unidade entre povos que têm os mesmos costumes e os mesmos hábitos. Esso órgão seria responsável por pacificar um mundo inclinado à discórdia, visto que, segundo o autor, Bolívar enxergava na desagregação dos povos americanos a razão de sua fraqueza.

---

[122] Idem, P.239. *"Os Estados Unidos, neutros por vocação nacional, não permanecerão indiferentes aos negócios do Sul, nas discórdias de terras próximas, porque pertencem à mesma porção do globo."* (tradução da autora)

Calderón também pensava que os Estados Unidos foram hostis a essa primeira ideia de união americana. Também haviam se declarado contra a convenção de alianças ofensivas ou defensivas com as repúblicas sul-americanas e apresentaram inúmeras reservas quando convidado a participar da conferência. Calderón, portanto, considerou este comportamento dos Estados Unidos um tanto contraditório, visto que: "*si el fuerte poder sajon ambicionaba separar de Europa a la América española, era indispensable a su empeño un imediato panamericanismo.*"[123]

Dessa forma, o mesmo autor pensava que o ensaio de pan-americanismo proposto por Bolívar fracassou nas primeiras disputas instáveis das democracias, ainda que seu principal objetivo fosse o de servir de mediadores dos conflitos, conciliar interesses e evitar lutas armadas, bem como propagar a paz. E que tal rompimento ocorrera em virtude do distanciamento dos Estados Unidos, que não tinham a pretensão de se envolver em lutas, além de outras nações. Calderón igualmente destacou que apesar de aos poucos terem desaparecido os últimos vestígios de solidariedade política, ainda em 1889 ocorriam assembleias de especialistas em Montevideo que se propunham a unificar o direito internacional, congressos científicos e conferências sanitárias.

> *"En medio de revoluciones y tiranias, se realiza la invasión financiera, lenta penetración del oro inglés, dominio económico, acompañado o seguido [...] de barcos guerreiros. [...] Por uma contradicción inesperada, el nuevo continente es europeu em sus relaciones comerciales, por las vinculaciones de dependencia que crean los empréstimos, por la inmediata sumisión industrial, y conserva, desde el punto de vista de las instituciones, su agresiva personalidade. De los dos monopolios, el económico, que practicara España, hasta los últimos anos del siglo XVIII, y el político, a que aspiraron los neosajones, robusteciendo con su influencia y com su ejemplo um regimen naciente, ninguno llegava a perpetuarse. [...] La república norteamericana no abandona, sin embargo, su antigua voluntad de expansión. Al americanismo indeciso y elocuente[...] opone um activo silencio."*[124]

---

[123] Idem, P.244. "Se o forte poder saxão ambicionava separar da Europa a América espanhola, era indispensável a seu empenho um imediato pan-americanismo." (tradução da autora.)

[124] Idem, P.250. *"Em meio a revoluções e tiranias, se realiza a invasão financeira, lenta penetração do ouro inglês, domínio econômico, acompanhado ou seguido [...] de barcos guerreiros. [...] Por uma contradição inesperada, o novo continente é europeu em suas relações comerciais, pelas vinculações de dependências que criam os empréstimos, pela imediata submissão industrial, e conserva, no ponto de vista das instituições, sua personalidade agressiva. Dos dois monopólios, o econômico que praticara a Espanha, até os últimos anos do século XVIII, e o político, a que aspiraram os neo-saxões, robustecendo com sua influência, e com seu exemplo, um regime nascente, ninguém chegava a perpetuar-se. [...] A república norte-americana não abandona, no entanto, sua antiga*

Ou seja, o autor destacou o fato de que depois da Guerra de Secessão, quando então os norte-americanos se encontravam livres de debates não eficientes, próxima de ser potência mundial, povoada por milhões de homens, em pleno florescimento agrícola e crescente progresso industrial, certamente viria a intervir em negócios americanos.

Seguindo nessa direção, Francisco Calderón afirmou sua desconfiança em relação aos norte-americanos, pois antes de fundar uma política de aproximação americana, os Estados Unidos iniciaram um movimento de expansão territorial: em 1813, adquiriram a Lousiania, em 1819, a Flórida. E em virtude disso, propôs a pergunta: *"Donde se detendrá esta voraz ambición, que vá unida al progresso demografico , a la estabilidad de las instituiciones, al avance fabril, al orgullo etnico, a la voluntad de supremaciaa em um coninente inferior?"* [125] e a respeito do pan-americanismo, fala sobre aquilo que considera a verdadeira face do mesmo:

> *"El panamericanismo es hasta fines del ultimo siglo, sinonimo engañoso de prepotência, maridaje de naciones regido pela fuerza, sonora agrupación em que los pueblos del Tropico obedecen a los órdenes de Washington y trabajan em provecho de um lejano dictador."*[126]

Agindo dessa forma, o autor afirmou que assim como as metrópoles agiram, os norte americanos centralizariam o disperso movimento dos estados ingovernáveis, além de exigir o monopólio da exploração da fauna e da flora, além da concessão de terras e prerrogativas bancárias. "*Comercio y fraternidade, utilidad y lirismo, em curiosa asociasión, razones geograficas y consideraciones politicas revisten al pan-americanismo titubeante de nuevos y oportunos aspectos."*[127] Quando na verdade a união americana deveria tratar-se de questões concretas como a adoção de um sistema uniforme de pesos e medidas, a proteção dos privilégios de invenção, da propriedade literária, bem como de disposições referentes aos sistemas de

---

vontade de expansão. Ao americanismo indeciso e eloquente [...] opõe um ativo silêncio." (Tradução da autora.)

[125] Idem, p.252 *"onde se deterá essa voraz ambição, que se une ao progresso demográfico, à estabilidade das instituições, ao avanço fabril, ao orgulho étnico, à vontade de supremacia em um continente inferior?"* (Tradução da autora)

[126] Idem, p. 254. *"O pan-americanismo é até os finais do último século, sinônimo enganoso de prepotência, casamento de nações regido pela força, sonoro agrupamento em que os povos dos Trópicos obedecem às ordens de Washington e trabalham em proveito de um distante ditador."* (tradução da autora)

[127] Idem, p.253. *"Comércio e fraternidade, utilidade e lirismo, em curiosa associação, razões geográficas e considerações políticas revestem o pan-americanismo titubeante de novos aspectos."* (Tradução da autora.)

importação e exportação. Algo que permitisse a realização de um comércio recíproco e proveitoso entre as nações americanas, de forma que o capital gerado formasse bases semelhantes. Ou seja, uma aproximação pan-americana que privilegiasse a paz e solidariedade continental, da mesma maneira que divulgado por Nabuco.

Calderón asseverou que a intenção dos Estados Unidos no Congresso de Washington, era de unir os Estados Americanos a partir da construção de estradas de ferro que ligassem os territórios do continente. No entanto, era claro que a invasão fabril dos estados saxões, em condições privilegiadas diminuiria a riqueza dos outros estados que possuíam condições financeiras dessemelhantes. Os latino-americanos presentes afirmaram que a vinculação de aduaneiras supunha a interdependência de nações associadas, com facilidade de comunicação e interesses e em um continente de alma uniforme e sem distanciamentos. E não era essa a situação, pois as nações se conheciam pouco. Por isso, o que se propunha era apenas pactos de reciprocidade.

Esta primeira assembleia ocorrida em 1898, havia sido convocada pelo Secretário de Estado norte-americano Mr. Blaine, e dela participaram as repúblicas do Haiti, México, Argentina e outras da América Central. Esta serviu de antecedente para congressos posteriores que ocorreram em Buenos Aires, Rio de Janeiro e México, em que os Estados Unidos tentaram conduzir estas discussões com estreitos direcionamentos de utilidade.

Calderón ainda afirmou que em Outubro de 1901, os ministros americanos chegaram ao México onde se voltou a estudar questões de importância continental como a estrada de ferro pan-americana que ligaria as principais cidades sul-americanas e norte-americanas, e o congresso aduaneiro como uma medida destinada a facilitar o intercâmbio comercial e a revelar por meio de estatísticas as riquezas de cada Estado. Nas conferências do Rio de Janeiro (1906) e Buenos Aires (1910) igualmente se manteve o mesmo espírito de união.

Finalmente, o mesmo autor destacou que foi no encontro acontecido no Brasil, do qual participou o secretário de Estado de Roosevelt, o Mr. Root, que este último propôs de fato um plano de aproximação entre as Américas a partir da fundação de

bancos que estenderiam os negócios de *Wall Street,* subvenções a companhias de navegação, estudo das necessidades comerciais dos povos neo-espanhóis bem como o ensino da língua portuguesa e espanhola nas escolas norte-americanas.

No entanto, de acordo com o artigo, a primeira manifestação de vínculos econômicos, ou o resultado prático dos eloquentes debates, foi um acordo aduaneiro que obteve os Estados Unidos, em que obtiveram a redução de 20% dos direitos de importação que pagavam determinados produtos industriais como máquinas de escrever. E sobre tal fato Calderón afirmou que *"mientras disertaban brillantes oradores del Trópico, los pacientes estadistas neosajones meditaban em franquías para la importación, oportunos préstamos bancarios y campos de penetración económica."*[128]

Ele ainda afirmou que duas tendências se destacavam quando se tratava dos Estados Unidos: educavam restringindo a liberdade e preparavam lentamente para a futura liberdade as nações que eles consideram incapazes de se auto-governar. Seria essa a mais "audaz experiência psicológica" dos tempos modernos, pois se "*la anarquia es uns enfermedad del organismo politico, médicos eminentes, apoyados em cañones, practican, em inmensos asilos, uma cura social."*[129]

Ao falar do progresso higiênico e escolar de Cuba, atribuído à intervenção dos Estados Unidos, o autor denuncia a corrupção das eleições e da administração, o abandono da independência em troca de interesses individuais e os vícios políticos que deixaram o governo estrangeiro. Os Estados Unidos, portanto, de acordo com Calderón, não passariam de uma potência interventora que corrompe com previsão, divide para imperar, persegue os representantes mestiços nacionalistas.

Pensava, portanto, que somente a partir do progresso das nações americanas ou a repentina eminência de alguma república poderia transformar a tutela dos norte-americanos em livre amizade entre democracias iguais. Se apenas se perpetuasse a indisciplina e a boemia revolucionária, imperaria em um continente anônimo, o único poder organizado. Nesse sentido, afirmou que para ocorrer a aproximação seria

---

[128] Idem, p.262. *"Enquanto dissertavam brilhantes oradores dos Trópicos, os pacientes estadistas neo saxões meditavam em franquias para a importação, oportunos serviços bancários e campos de penetração econômica."* (Tradução da autora.)

[129] Idem, p.264. *"a anarquia é uma enfermidade do organismo político, médicos eminentes, apoiados em canhões, praticam, em imensos asilos, uma cura social."* (Tradução da autora.)

necessário equalizar o poder econômico das potências a partir do crescimento das nações mais débeis.

Paralelo a essa proposta, o mesmo autor pensava que em fins de século XIX Argentina e Brasil já se destacavam como nações fortes – a primeira, rica, poderosa e em paz e o segundo, antigo império de firmes tradições – ambos aspirando a juntar-se aos norte-americanos.

Apesar dessa intenção primeira, o mesmo autor destacou a atuação das nações Argentina, Brasil e Chile (o conhecido ABC), juntamente com ministros da Guatemala, Bolívia e Uruguai, no sentido de atenuar um conflito que ocorria entre o México e os Estados Unidos.

Em 1910 acontecia no México a Revolução Mexicana, um dos mais importantes movimentos populares latino-americanos do século XX. De acordo com Tratava-se de uma sublevação encabeçada por Francisco Madera, contra o governo de Porfírio Diaz, que teve que renunciar e ceder para Madera que havia sido eleito em Novembro de 1911. No entanto, este último fora assassinado e ocorreu à ascensão de Victoriano Huerta, um político de tendências conservadoras. A revolução preocupou ao governo e aos grupos econômicos estadunidenses, cujos cidadãos, proprietários de grandes investimentos no México, viam seus interesses e segurança pessoal ameaçados.

Nesse contexto, Woodrow Wilson assumiu a presidência dos Estados Unidos, que optou por continuar com a política intervencionista na América Central e no Caribe. Ele se utilizou do pretexto de que marinheiros norte-americanos haviam sido detidos no porto de Tampico e exigiu uma série de atos por parte do governo mexicano, dos quais apenas alguns foram acatados. Como resposta, Wilson ocupou Veracruz em 21 de Abril de 1914, mas essa invasão foi contida pelo exército mexicano. Ele havia cometido um erro político e uma grande falha no direito internacional. A situação se tornou insustentável, pois o presidente norte-americano proferiu que era contra um governo que ele não reconhecia, e dessa forma, Argentina, Brasil e Chile ofereceram-se para mediar o conflito sugerindo que Huerta se oferecesse para sair do poder

Nesse sentido, Calderón defendeu que a partir deste ensaio de solidariedade criada na América fosse criado um Ministério de paz desinteressado e oportuno para o qual se juntariam os países mais prósperos durante períodos de crises de determinada república. Nesse ponto de vista, à Doutrina Monroe seria atribuído um sentido americano; pois assim como Oliveira Lima, Calderón condenava o aspecto egoísta dessa doutrina no sentido de conservar o continente como uma possessão futura.

Nessa nova perspectiva proposta por Calderón, portanto, caberia ao pan-americanismo representar alguns princípios definidos, tais como: arbitragem, democracia, liberalismo sem dominações, paz no progresso industrial, convivência pacífica entre repúblicas menores e povos fortes, comunidade de interesses religiosos e morais. Entretanto, cabe salientar que o autor não estabelecia os Estados Unidos como única referência a ser seguida. Neste artigo pudemos perceber a importância histórica da América Latina estabelecendo comparações entre as nações do referido continente.

Deste Novo Mundo, possível graças a esse Ministério de Paz, chegariam até a Europa os mais generosos ideais e as teorias mais nobres, visto que na Segunda Conferência de Haya, os ministros da América defenderam princípios de paz:

> *"la Colombia, la sumisión de la guerra a leyes de civilización; el Peru, la eficacia de las soluciones arbitrales; el Brasil, la igualdad juridica de las naciones; la Argentina, la independencia de pueblos deudores ante poderes fuertes que pretendieran emplear medio de fuerzas em el cuebro de creditos pendientes (se referindo à Doutrina Drago)."*[130]

Em outras palavras, as nações americanas "converteram sentimentos e razões" em "ciência organizada" no sentido de conquistar o mundo pela moral. Podemos perceber aqui, mais uma vez, a presença do conceito de paz.

Por fim, nos pareceram interessantes as colocações de Norberto Pinero, argentino, no artigo *"La Politica Internacional Argentina",* publicado na *Revista Americana* em fevereiro de 1913. Neste, o autor fez uma severa crítica ao monroísmo e destacou que todas as nações que de alguma forma completaram um ciclo em sua história, em algum instante sentiram a necessidade de expandir suas fronteiras. Nesse

---

[130] Idem, P.282. *"A Colômbia, a submissão da guerra a leis de civilização; o Peru, a eficácia das soluções arbitrais; o Brasil, a igualdade jurídica das nações; a Argentina, a independência de povos devedores ante poderes fortes que pretendiam empregar meios de força da cobrança de créditos pendentes."* (Tradução da autora.)

sentido, nas sociedades primitivas, as guerras eram feitas não para manter um equilíbrio de poder, mas sim para apropriar-se de territórios. Na sucessão dos séculos, no entanto, os Estados passaram a proceder as conquistas com o intuito de estender a sua religião, sua soberania, sua influência e garantir meios de subsistência.

Pensava que a política colonial, promovida pelos fortes Estados europeus, propunha a conquista de territórios desérticos, ou habitados por povos incultos, para levar a eles o excesso de sua população e produção, seus métodos de trabalho e suas línguas com o objetivo de convertê-los em prolongamentos de seu ser. Tratou-se de uma política de conquista de penetração em países inferiores (porque não se intenta contra os iguais), por procedimentos pacíficos, com o uso da guerra quando fosse necessário suprimir obstáculos. Para manter a posição conquistada e adquirir novos mercados para seus produtos, essas nações investiram cada vez mais em armas e em seu exército com o argumento de que estes são necessários para a manutenção da paz. O autor ressalta que a atmosfera da comunidade internacional era pacífica, mas não em virtude das armas, mas sim como um efeito da civilização.

Ao tratar deste panorama internacional, o autor se propõe a analisar a política externa da Argentina, que teve como objetivo conquistar a sua independência, depois o de organizar a sua nação e assegurar sua soberania externa e por fim a disputa de fronteiras com países vizinhos.

Destacou que entre 1810 e 1825, as missões enviadas pela Argentina até a Europa e estados Unidos, tiveram por objetivo obter o reconhecimento da independência - a revolução teve que improvisar representantes diplomáticos. No entanto, a partir do retorno de Fernando VII, a monarquia inglesa se posicionou a favor da Espanha e não realizou atos de proteção aos sul-americanos. Apesar disso, a Grã-Bretanha queria a emancipação das antigas colônias espanholas da América porque aspirava à liberdade comercial para adquirir novos mercados e impulsionar o incremento de seu poder no Oceano. Por isso, em 3 de fevereiro de 1825 ocorreu o reconhecimento oficial da independência da Argentina por parte da Inglaterra. Ao mesmo tempo, nomeou-se o coronel Thompson para buscar o apoio dos Estados Unidos, que desde 1810 possuía uma tendência definida em relação a Argentina. James Monroe enviara um representante a Buenos Aires para deixar claro que os

norte-americanos tinham a melhor vontade em relação aos povos sul-americanos e que essa disposição continuaria independentemente do regime interno adotado nas colônias em relação a suas metrópoles. E que a separação entre as mesmas estava dentro da vontade daquela união. Este mesmo enviado destacou os interesses mercantis dos Estados Unidos e explicou as vantagens mútuas do comércio entre eles, além da promoção de relações liberais e permanentes.

> *"Se iniciaba de esta suerte uma politica de índole comercial. Esta politica era ratificada em las instrucciones expedidas en 1812 [...]. Em ellas se decia que los Estados Unidos se interesaban em la independencia de las colônias españolas: pero no podian ni debian reconocerla mientras no se evidenciara que los pueblos mismos la querian, estaban resueltos à adquirirla y eran aptos para conservarla. Se insistia em el tópico de las relaciones mercantiles y se insinuaba al enviado que procediese como se la independencia hubiese sido reconocida".*[131]

A respeito dessa dubiedade dos Estados Unidos, o autor afirmou que o controle britânico sobre a Flórida durou 20 anos. Eles dividiram a colônia em duas, uma chamada Flórida Ocidental e outra Flórida Oriental, mas com a Guerra da Independência dos Estados Unidos, os espanhóis acabaram se aliando aos colonos rebeldes, juntamente com a França e os Países Baixos, contra o Reino Unido. Os espanhóis invadiram a Flórida Ocidental em 1781, e o Reino Unido cedeu toda a Flórida para o Império Espanhol dois anos depois, após o fim da guerra. Mesmo assim, as relações entre o Império Espanhol e os recém-formados Estados Unidos logo se deterioraram, pois vários assentadores americanos, seja legalmente ou ilegalmente, passaram a colonizar a região nordeste da Flórida.

Pinero destacou que além de uma rebelião de posseiros americanos em 1812 que fora extinta pelos espanhóis, ocorreu uma série de incidentes: em 1812 o presidente James Madison autorizou uma posse temporária de algumas partes do extremo nordeste da Flórida; em abril de 1813, o General James Wilkinson, com 600 soldados, autorizado pelo Congresso, tomou a Baía de Mobile e o território em disputa com a Flórida Ocidental até o Rio Perdido, a pequena guarnição espanhola não ofereceu resistência, e, a partir de então o território tomado passou a fazer parte do Estado do Alabama. Entre 7 e 9 de novembro de 1814 ocorreu a Batalha de

---

[131] Idem, p. 310. *"Se iniciava dessa maneira uma política de índole comercial. Esta política era ratificada nas instruções expedidas em 1812 [...]. Nelas se dizia que os Estados Unidos se interessavam pelas independências das colônias espanholas: mas não podiam, nem deviam reconhecê-las enquanto não se evidenciasse que os próprios povos a queriam, estavam preparados para adquiri-la e aptos para conservá-la.se insistia no tópico das relações mercantis e se insinuava ao enviado que procedesse como se a independência tivesse ocorrido."* (Tradução da autora.)

Pensacola, na qual General Andrew Jackson tomou a região no contexto da Guerra anglo-americana de 1812 pois o Império Espanhol permitira aos britânicos o uso daquele porto; em 1816 ocorreu a destruição do Forte Negro, onde se abrigavam escravos negros fugitivos; entre 1816 e 1818, os Estados Unidos voltaram a invadir o Norte da Flórida na primeira das Guerras Seminoles, em uma área ocupada pelos índios Seminole que era um refúgio para escravos fugitivos. Finalmente, em 1817 sob as ordens do presidente James Monroe, tropas expulsaram um grupo de contrabandistas, aventureiros e piratas da Ilha Amélia no nordeste da Flórida. Pelos termos do Tratado de Adams-Onis, realizado em 1819, a Espanha vendeu a Flórida aos Estados Unidos.[132]

Portanto, a partir das afirmações de Pinero, é possível notar que as exigências das relações com a Espanha impuseram estes atos. Como o governo norte-americano aspirava a adquirir pacificamente a Flórida, não podia contemplar as contendas entre a Espanha e suas colônias. Essas circunstâncias, segundo o autor, explicariam o procedimento do governo dos Estados Unidos: não pronunciar-se logo sobre o assunto; não acolher propagandas que favorecessem a posição dos povos sul-americanos; e deixar o tempo contribuir para eliminar os obstáculos que se opunham ao reconhecimento das independências. Nesse sentido assim que resolvida a situação interna, quando a Flórida fora adquirida, o presidente Monroe respondeu a todas as comunicações que recebera anteriormente dos Estados Sul-Americanos anunciando que desde o princípio os cidadãos norte-americanos haviam simpatizado pelos movimentos revolucionários das províncias espanholas e que logo que a revolução adquiriu solidez e que ficou provável o seu sucesso, foram reconhecidos às colônias todos os direitos que os colocavam como partes iguais no concerto das nações.

Nesse sentindo, Pinero destacou que o ato de reconhecer a independência das províncias americanas contrariou os planos da Santa Aliança. Foi também desse período declarada a Doutrina Monroe que defendia a não intervenção europeia no continente americano, visto que até aquele momento da história, os Estados Unidos ainda não haviam intervindo nas disputas da Europa.

---

[132] Idem, p. 334.

Em outras palavras, apontava a relevância do posicionamento inglês na questão do reconhecimento das independências sul-americanas e que a posição de apoio, de ambas as nações (Estados Unidos e Inglaterra), trazia consigo o objetivo de estabelecer um pacto mercantil, restringindo-se a uma política meramente comercial. Ou seja, havia a prioridade dos interesses internos norte-americanos em relação à solidariedade com outras nações.

A partir dessa exposição histórica, o autor então analisa a opinião de que a Doutrina Monroe não somente excluía as potências europeias de qualquer aquisição possível nos territórios do Novo Mundo, mas também implicava a extensão da soberania dos Estados Unidos a todos os países do continente em um futuro próximo. Mas, naquele contexto, não se deveria existir nenhum receio de conquista ou de agressão.

Seguindo nessa direção, formulou uma nova doutrina em que combinava a Doutrina Drago com a de Monroe. A primeira havia sido elaborada no sentido de evitar as calamidades das conquistas aos povos americanos quando ela assume o disfarce de intervenções financeiras, da mesma maneira que a política tradicional dos Estados Unidos, "*sin acentuar superioridades ni buscar predomínios, condenó la opressión de las naciones de esta parte del mundo y el control de sus destinos*"[133] pelas potências europeias. Em outras palavras, combatia o uso da força na cobrança de dívidas, pois medidas coercitivas afastavam o verdadeiro ideal de união pan-americana.

A partir do que havia sido até aquele momento a política internacional argentina, o autor se propõe dizer o que será da mesma especialmente em relação à Europa e Estados Unidos. Em relação à Europa, não pode ser uma política defensiva, visto que contavam com o enunciado da Doutrina Monroe e também com sua política de vigilância mútua. Além disso, a incorporação dos Estados Unidos ao grupo de nações que governam a política universal desde 1898, momento do conflito com a Espanha foi um acontecimento significativo. Este feito havia formado uma nova esfera de poder que influia em todas as decisões. Outro evento significativo havia sido a conferência de Haya da qual, por iniciativa dos norte-americanos, todas as

[133] Idem, p. 317. *"sem acentuar superioridades, nem buscar predomínios, condenou a opressão das nações desta parte do mundo e o controle de seus destinos"* (Tradução da autora.)

nações de nosso continente foram convidadas a participar. Este feito e as deliberações do congresso constituíram um reconhecimento efetivo de que as nações americanas formam parte de uma comunidade internacional e tem personalidade para intervir no debate decisão de questões.

Dessa forma, o autor afirmou que a política externa argentina não seria uma política defensiva e receosa e também não o seria de negação em relação aos governos europeus. Pelo contrário, seria franca e constante a aproximação de forma a assegurar aos produtos argentinos e indústrias os mercados que precisam. No entanto, seria fundamental investigar quais eram as necessidades, definir regras aduaneiras a partir dos costumes.

A respeito da imigração, defendia a entrada de europeus, mas não de asiáticos e africanos que seriam prejudiciais à argentina, visto que, seus costumes, sua tradição e sua civilização, diferente na essência, não se adaptariam ao meio argentino e poderia trazer problemas futuros relacionados à mão de obra e ao salário.

Em relação aos Estados Unidos, destacou o papel da Primeira Conferência Pan-Americana organizada pelo secretário de estado norte-americano, Mr. Blaine, cujo programa tratava de discutir medidas para conservar a paz, a adoção forçosa de uma moeda única, leis protetoras de patentes, entre outras. No entanto, apesar da iniciativa, a união aduaneira ficou na teoria, pois sofrera muitas críticas: as nações sul-americanas não poderiam aceitar entregar o manejo de seu comércio aos Estados Unidos e causar transtornos em suas relações com a Europa, além de perturbar profundamente sua economia - conclusão se resumia à recomendação de que governos representados na conferência celebrassem tratados parciais de reciprocidade. Também foi criado a União Internacional das Repúblicas Americanas, com sede em Washington.

Afirmou que já em 1899, depois de 10 anos sem mencionar os pontos discutidos na primeira conferência, o governo dos Estados Unidos, com o intuito de acalmar os ânimos em relação à disputa com a Espanha e seus resultados, promoveu a reunião da Segunda Conferência Pan-Americana, que ocorreu no México em 1901 e durou 3 meses. Dentre as conclusões, se firmou a adesão às convenções de Haya de 1899, se adotou uma arbitragem obrigatória para resolver os conflitos provenientes de

reclamações pecuniárias e se adotaram acordos que favoreceriam os meios de transporte, o estudo de questões aduaneiras.

Finalmente, sobre a Terceira Conferência Pan-Americana ocorrida no Rio de Janeiro, em 1906, o autor destacou sua precisão e elogiou os assuntos políticos discutidos a respeito da arbitragem geral e a Doutrina de Drago – assuntos que foram deferidos na segunda conferência de Haya. Nessa conferência, foi ratificada a adesão à doutrina Drago e recomendou-se às nações participantes da conferência que dessem instruções aos delegados presentes em Haya para que procurassem transformá-la em uma doutrina internacional, colocada em vigor por todas as nações. Além disso, sugeriu-se que fosse reexaminada a cobrança excessiva e compulsiva de dívidas públicas além de buscar diminuir os conflitos que fossem exclusivamente pecuniários.

Segundo o mesmo autor, este congresso renovou com emendas as resoluções que haviam sido adotadas no anterior a respeito de marcas e patentes; ocupou-se especialmente dos meios de comunicação e transporte, da conclusão de tratados de comércio, da difusão de dados estatísticos e mercantis, da simplificação e unificação das leis aduaneiras e consulares e da política sanitária. Foi acordado que para a próxima conferência fosse preparado um estudo detalhado sobre o sistema monetário vigente em cada uma das repúblicas americanas, sua história e flutuações. Além disso, criou uma comissão para estudar os princípios do direito internacional, público e privado, comuns na prática dos Estados americanos além de preparar um projeto de código referente a esta matéria. Finalmente, reorganizou, de forma ampla e duradoura a oficina das repúblicas americanas.

Nesse sentido, Pinero destacou que a tendência do programa das conferências americanas se atinha aos interesses econômicos e financeiros, aos meios de comunicação e às relações mercantis e jurídicas, científicas e de política sanitária. Este programa havia ganhado terreno como um efeito da expansão industrial dos Estados Unidos e de sua necessidade de novos mercados para colocar parte de sai produção que o mercado interno não dava conta de absorver. Era sobre o ponto das trocas comerciais que se coincidem as ideias de todos os homens de estado americanos. Da mesma maneira, em relação aos outros países sul-americanos a

tendência seria de uma aproximação favorecida pela construção de vias de transporte e de comunicação.

> "*Los ferrocarriles internacionales a Chile, Bolivia, Paraguay, Brasil y aun en Uruguay: he ahi el mejor punto de aplicación de la diplomacia em estas regiones. Las vias de coomunicación allanarán total o parcialmente las dificultades que se opongan a las inteligências de índole comercial o a los acuerdos arancelarios, em razón del menor costo de los fletes. Por los caminhos que vayan y vengan hacia la frontera viajarán los hombres y los produtos, el intercambio crecerá y será continuo, las naciones vecina llegarán a conocerse mejor, se inspirarán confianza y podrán ayudarse em la obra comun de su adelanto y de su cultura.*"[134]

Nesse artigo, o autor também propôs que a política internacional da Argentina era fundamentalmente industrial e não militar, visto que não era necessário investir em armas. Naquele momento ele considerava a política internacional como buscando solução tranquila para a resolução dos conflitos e a diplomacia dos direitos deve prevalecer sob a diplomacia do equilíbrio de forças. Nesse ponto do artigo podemos asseverar que, assim como Nabuco, Pinero se apropriou da representação de pan-americanismo enquanto projeto de paz e solidariedade continental.

Nesse sentido, o autor defendeu que seria um erro se as nações da Argentina, Brasil e Chile iniciassem a aquisição excessiva de armamentos. Primeiro porque entre elas não havia questão conflituosa o suficiente que fosse capaz de conduzi-las a uma guerra e segundo porque se fosse possível um conflito armado pelos governantes, os quais são responsáveis por manter a paz, este não se realizaria, visto que os Estados Unidos e as nações europeias mediariam a evitá-lo para o bem desses países e do interesse de seus súditos. Portanto, a única ingerência aceitável, seria aquela de cooperação para manter a paz e facilitar aos integrantes a resolução de seus litígios. Ou seja, os Estados sul-americanos deveriam limitar seus armamentos às necessidades internas, visto que os conflitos com as nações vizinhas não era plausível.

Por fim, o autor se dedicou a analisar papel histórico d Argentina, qual seja a criação de uma raça e de uma civilização que se difundiria na paz e por meios pacíficos. Tal

---

[134] Idem, p. 331. *"As estradas de ferro internacionais do Chile, Bolívia, Paraguai, Brasil e até no Uruguai: eis o melhor ponto de aplicação da diplomacia nestas regiões. As vias de comunicação invadiram total ou parcialmente as dificuldades que se opunham às inteligências de índole comercial ou os acordos tarifários, em razão do menor custo dos fretes. Pelos caminhos que vão e chegam até a fronteira, viajarão os homens e os produtos, o intercâmbio crescerá e será contínuo, as nações vizinhas chegarão a conhecer-se melhor, se inspirarão confiança e poderão ajudar-se na obra comum de seu adianto e de sua cultura."* (Tradução da autora.)

expansão levaria um longo tempo, pois deveria operar-se em cada parte do território Argentino. Portanto, esta nação, apesar de seu desenvolvimento já alcançado ainda estaria apenas no começo de sua tarefa interior e não deveria preocupar-se com territórios estrangeiros.

Dessa forma, a partir da leitura dos artigos publicados na *Revista Americana,* foi possível perceber que este impresso, este objeto cultural, transformou-se em um espaço de sociabilidade em que as representações de pan-americanismo circularam. Tratava-se de um espaço em que representantes da intelectualidade latino-americana tiveram a preocupação de discutir questões concernentes ao continente e de alguma maneira contribuir para o fomento de uma nação pan-americana. Assim, ora sugerindo o pan-americanismo sob liderança dos Estados Unidos e apontando a Doutrina Monroe como um aspecto positivo; ora olhando os norte-americanos com desconfiança, de uma maneira geral, o que estes intelectuais propunham era a constituição de uma união pan-americana como sinônimo de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaque para as representações de pan-americanismo que observamos no período teve como objetivo compreender a circulação dessas representações por meio da prática daquilo que chamamos de retórica pan-americana. Compreendemos esse processo como uma dinâmica da diplomacia cultural de Nabuco empenhado em construir um papel de destaque para o Brasil no cenário das relações internacionais no continente americano.

A representação de pan-americanismo pensada e divulgada por Nabuco era constituída pelas representações de paz, civilização, modernidade e solidariedade. Também correspondia a uma dada representação de Brasil como possível líder, país pacífico e equilibrado e como aquele que auxiliaria na resolução de conflitos.

A partir da investigação, foi possível compreender a maneira como Nabuco atuou no sentido de alcançar os objetivos delineados pelo Ministério das Relações Exteriores, que naquele momento, era liderado pelo Barão do Rio Branco. O diplomata elaborava discursos que proferia nos espaços de sociabilidade propiciados pelos banquetes políticos, nas conferências de universidades norte-americanas com o intuito de promover a circulação da representação de pan-americanismo e de América como sinônimos de paz, solidariedade, civilização e modernidade. Ou seja, para o diplomata, havia um projeto que iria além da aproximação com os Estados Unidos – tratava-se de uma união do continente. Esta União seria liderada pelos dois países; Brasil e Estados Unidos. Nesse sentido, sua imagem elegante e as amizades que conseguiu tecer, foram fundamentais no alcance de seus objetivos, visto que aumentavam sua popularidade. Foi possível perceber que em cada discurso havia uma escolha de argumentos propícios de acordo com o público ouvinte e a adoção de uma retórica pan-americanista como estratégia para fazer circular as representações apresentadas anteriormente.

Além da atuação de Joaquim Nabuco, outros intelectuais do continente americano como Francisco Calderón, Hélio Lobo, Heitor Lyra, Barão do Rio Branco, Oliveira Lima, Dunshee de Abranches, Felix Bayon, Alberto Frias, Araripe Júnior, Norberto Pinero, Benjamin Subcarsseaux, também tiveram a intenção de definir um significado para pan-americanismo, sugerir hegemonias no continente, aproximar os

países do continente americano e propor sugestões que culminassem na superação da diferença. Dessa forma, é possível afirmar que a *Revista Americana* tinha o objetivo de propor uma representação de americanidade atrelada com paz, solidariedade e modernização. Dessa forma, é possível afirmar que se tratava de uma comunidade intelectual que teve a preocupação de pensar as questões do continente baseada na noção de paz perpétua.

Pensamos que, além de contribuir para ampliar os debates acerca do pan-americanismo e dos intelectuais que compartilharam dessa representação, este trabalho abre perspectivas para novos estudos no que concerne ao papel do Brasil na União Pan-Americana e o empenho da diplomacia cultural brasileira na construção de um *status* determinante e diferenciado nas relações internacionais do continente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conferências do Embaixador Joaquim Nabuco nos Estados Unidos

Lincoln's world influence. Remarks of the Brazilian Ambassador Mr. Joaquim Nabuco at the fourteenth annual banquet of the Lincoln Republican Club and of the Young Men's Republican Club of Grand Rapids, February 12, 1906: [Washington, D.C., 1906] 4p.

The American Conscience and American Public Opinion (The Pan-American Conferences and their Significance). Proceedings of the special session of the American Academy of Political and Social Science held in honor of His Excellency, the Mexican Ambassador, Don Joaquin D. Casasus. February 24, 1906. Supplement to the *Annals of the American Academy of Political and Social Science,* May 1906. 14p.

Scientifics Possibilities in Brazil. Remarks made at the Third Annual Dinner of the Washington University Club, February 16, 1907. [Washington, D.C., 1907] 6p.

Lessons and Prophecies of the Third Pan-American Conference. [Washington, D.C., 1907] 8p. Address delivered by Mr. Joaquim Nabuco, Ambassador from Brazil, before the Liberal Club of Buffalo, February 20, 1907.

Toast to the President Roosevelt. Dinner at the Brazilian Embassy at Washington, on the 18th May, 1907, in honor of Rear Admiral Huet de Bacellar and the Captains of the Brazilian Ships on a visit to the James Town exposition. 11p.

Address of the Brazilian ambassador Senhor Nabuco, at the laying of the New Building of American Republics, on May 11, 1908. [Washington, D.C., 1908], 3p.

The Place of Camoes in Literature. Address delivered before the students of Yale University, on the 14th May, 1908. [Washington, D.C., 1908], 26p.

The place of Nationality in the History of Brazil. Address delivered before the Hispanic Club of Yale University, on the 15th May, 1908: [Washington, D.C., 1908], 14p.

The approach of the two Americas. Convocation address before the University of Chicago, August 28th, 1908, by Joaquim Nabuco. New York City, American Branch of the Association for International Conciliation, 1908. (International Conciliation, 13 pp. Traduzido ao francês e ao português: L'accord des deux Ameriques, Paris, Publication de la Conciliation Internationale, número 1 (Janvier, 1910). Introduction de M. d'Estournelles de Constant; *Revista Americana*, III, n. 2, maio 1910, p. 173.

Saint-Gaudens. Speech Delivered at the memorial Meeting of the American Institute of Architects at the Corcovan Gallery of Art. [Washington, D.C.], December 15th, 1908. 6p.

The Restauration of the National Government in Cuba. Speech at the Dinner offered to the vice-president and the members of the Cuba Cabinet at Havana, on January 31, 1909.

Lincoln's Centenary. Speech of the brazilian Ambassador, Joaquim Nabuco, at the Celebration in Washington of Lincoln's Centenary organized by the Commissioners of the District of Columbia, February 12, 1909. [Washington, D.C., 1909]. 4p. Cf. "Centenário de Lincoln", *Revista Americana*, II, n. 2, Fevereiro 1910, p. 165-168.

Mr. Root and the Peace. Speech at the dinner given by Peace Society of New York in honor of Mr. Root. February 26, 1909. [New York, 1909]. 5 p.

Camoes, the Lyric Poet. Address at the Vassar College. April 21st, 1909. [Washington, D.C., 1909], 29 p.

The Lusiadas as the epic of Love. Address at Cornell University on April 23, 1909. [Washington, D.C., 1909], 23 p.

Toasts Delivered at the Dinner in honor of Gridiron Club and Mr. J. C. Rodrigues, editor of the Jornal do Commercio of Rio de Janeiro. May 6th, 1909. [Washington, D.C., Herald, May 7, 1909].

The Share of America in Civilization. Baccalaureat address at the University of Wiscosin, American National Review, XV, n.1, October 1909. [New York, 1909]. 18p.

Ofícios Diplomáticos

Joaquim Nabuco, Embaixador / Centro de História e Documentação Diplomática. – Rio de Janeiro: CHDD; Brasília, FUNAG, 2011. 2 Volumes.

Revista Pan Americana

ABRANCHES, João Dunshee de. O Brasil perante a Doutrina de Monroe. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 97-110.

BAYÓN, Francisco Félix. Virtud de uma alianza em la Política latino-americana. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 141-146.

_____. Solidariedad intelectual de Hispano-America. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 147-162.

CALDERÓN, Francisco Garcia. El Pan-Americanismo: su pasado y su porvenir. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 235-290.

FRÍAS, Alberto Nín. Comparaciones entre los Estados Unidos y la America Latina. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 111-118.

JUNIOR, Tristão de Alencar Araripe. A Doutrina de Monroe (1909). ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 55-74.

_____. A Doutrina de Monroe (1910). ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 75-97.

LIMA, Manoel de Oliveira. América Latina e América Inglesa ou a Evolução Brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 163-184.

LOBO, Hélio. As relações entre os Estados Unidos e o Brasil. *In:* ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 211 a 234.

LYRA, Heitor. O Pan-Americanismo no brasil antes da Declaração de Monroe. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 185-210.

NABUCO, Joaquim. A Parte da América na Civilização. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 23-36.

_____. A aproximação das duas Américas. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 37-46.

PARANHOS, José Maria da Silva. O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 119-140.

PIÑERO, Norberto. La Política Internacional Argentina I. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 291-298.

_____. La Política Internacional Argentina II. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 299-306.

_____. La Política Internacional Argentina III. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 307-318.

_____. La Política Internacional Argentina IV. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 319-334.

SUBERCASEAUX, Benjamin Vicuña. La Originalidad de los Estados Unidos. ***Revista Americana* – uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** – Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. P. 47-54.

Bibliografia Geral

ALONSO, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Ideias em movimento:** a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAGGIO, Kátia Gerab. **Ronald de Carvalho e Toda América:** diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América. In:

_____. O olhar de Oliveira Lima sobre a América Latina. *In:* **História: Fronteiras. XX Simpósio Nacional da ANPUH.** Florianópolis: Humanittas, Julho de 1999. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S20.30.pdf

BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia (orgs). **Intercâmbios políticos e mediações culturais na América**. São Paulo: Laboratório de Estudos da História das Américas. USP.

BECKER, Jean-Jackes. A opinião pública. In: REMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BEIGUELMAN, Paula. **Joaquim Nabuco.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BEIRED, José Luis Bendicho. O hispano-americanismo na América Espanhola: A trajetória de Unión Íbero-Americana e Revista de Las Españas. (1885-1936). In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia

(orgs). **Intercâmbios políticos e mediações culturais na América**. São Paulo: Laboratório de Estudos da História das Américas. USP.

BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. *In: Dossiê Joaquim Nabuco. Novos Estudos 88.* 2010. P. 73-88.

BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. (orgs) **Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos –** Correspondência 1880 – 1905. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BONAFÉ, Luigi. Como se faz um Herói Republicano: **Joaquim Nabuco e a República.** 2008. 287 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BURNS, Bradford. **A Aliança não escrita:** o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. As duas Repúblicas (prefácio). *In:* ARANHA, Graça (org). **Machado de Assis e Joaquim Nabuco – Correspondência.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CASTRO, Fernando Vale. **Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a *Revista Americana* e a construção de uma nova visão continental.** *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2012, vol.32, n.63, pp. 301-324. ISSN 1806-9347.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHACON, Vamireh. **Joaquim Nabuco - revolucionário conservador:** sua filosofia política. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 236 p. -- (Coleção biblioteca básica brasileira)

CHACON, Vemireh. “Nabuco e a política externa do Brasil”. In: ANDRADE, Manuel Correa de. **Anais do Seminário Joaquim Nabuco, o parlamentar, o escritor e o**

diplomata. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. (Cursos e Conferências, 71). P. 11 – 27.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. In: **Revista brasileira de política internacional.** [online]. 1998, vol.41, n.2, pp. 59-82. ISSN 0034-7329.

CRUZ, H., PEIXOTO, M.. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História ISSN 2176-2767, América do Norte, 35, dez. 2009. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322. Acesso em: 15 Out. 2011.

DACHLIAN, Carlos. **Os discursos Americanos de Joaquim Nabuco.** Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.

DENNISON, Stephanie. **Monarchism, Panamericanism and Nation-Building in the Brazilian Belle Epoque.** USA: Peter Lang European Editors, 2006.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. In: **Revista brasileira de política internacional.** [online]. 2000, vol.43, n.2 ISSN 0034-7329.

FABRIZ, Larissa Milanezi. **As palavras do abolicionismo:** uma comparação entre Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES, Espírito Santo, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Em torno de Joaquim Nabuco.** São Paulo: A Girafa, 2010.

GRANJA, Maria Helena Bittencourt. **Joaquim Nabuco: um político liberal?** São Paulo: [USP], 1976. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

JACKSON, Kenneth David. O embaixador americanista: as conferências de Joaquim Nabuco nos Estados Unidos. In: JACKSON, Kenneth David (org). **Conferências**

sobre Joaquim Nabuco – Centenário das conferências na Universidade de Yale. Ensaios comemorativos. Rio de Janeiro: Bem-te-Vi, 2010. Volume II.

LEITE, Juçara Luzia. Diplomacia Cultural e História da Educação: Circulação de Representações nas Relações Exteriores. *In:* **Horizontes.** V. 29. N. 2, p. 85-91. Jul-Dez, 2011.

LIEUWEN, Edwin. **U.S. Policy in Latin America: a short history.** New York: Frederick A. Praeger, publishers, 1966.

LINS, Álvaro. **Rio Branco; Biografia pessoal e História política.** 3º edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995

NABUCO, Joaquim. **Discursos e Conferências nos Estados Unidos.** Trad. De Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro: Benjamin Áquila, s/d.

_____. **Camões e Assuntos Americanos.** Seis conferências em Universidades Americanas. Traduzidas do Inglês por Carolina Nabuco (Edição Uniforme das obras de Joaquim Nabuco). São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Civilização Brasileira, 1940.

NEEDELL, Jeffrey D. Glória no crepúsculo: o ativismo de Nabuco, suas meditações e a escolha pela diplomacia. *In:* JACKSON, Kenneth David [org.]. **Joaquim Nabuco em Yale –** Centenário das conferências na Universidade. Ensaios comemorativos. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2010. P. 227-259.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ORTEGA, Any Marise. **A construção de uma ideologia continental no início do século XX: a *Revista Americana* (1909-1919).** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Política), 2003.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** Número 48. Páginas 111-128. 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio... [*et al.*]; HOLANDA, Sergio Buarque de (introdução). História Geral da Civilização Brasileira: **O Brasil Republicano.** Sociedade e instituições (1889-1930). Tomo III, Volume 9. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das ideias políticas no Brasil.** 1933 - Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 384 p. – (Coleção biblioteca básica brasileira)

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império.** Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** *Rev. bras. polít. int.*[online]. 2005, vol.48, n.2, pp. 185-204. ISSN 0034-7329.

_____. **O dia em que adiaram o carnaval**: Política Externa e a Construção do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Leonardo Dantas (org). **Nabuco e a República.** Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

SILVEIRA, Helder Gordim. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima:** faces de um paradigma ideológico da americanização das relações do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império.** Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VIANA FILHO, Luiz. **A vida de Joaquim Nabuco.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.